

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM POLÍTICA SOCIAL
MESTRADO EM POLÍTICA SOCIAL

THAYANE SANTOS CRESPO DA CUNHA

POBREZA, DESIGUALDADES E PROJETOS SOCIAIS
ESPORTIVOS DIRIGIDOS A CRIANÇAS E ADOLESCENTES:
estudo de uma experiência no município de São Gonçalo

Niterói – RJ

2017

THAYANE SANTOS CRESPO DA CUNHA

**POBREZA, DESIGUALDADES E PROJETOS SOCIAIS ESPORTIVOS
DIRIGIDOS A CRIANÇAS E ADOLESCENTES: estudo de uma experiência no
município de São Gonçalo**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Política Social. Área de concentração: Avaliação de políticas sociais.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª Mônica de Castro Maia Senna

Niterói – RJ

2017

Cunha, Thayane Santos Crespo da.

Pobreza, desigualdades e projetos sociais esportivos dirigidos a crianças e adolescentes: estudo de uma experiência no município de São Gonçalo / Thayane Santos Crespo da Cunha – 2017.

108 f. : il.

Orientador: Mônica de Castro Maia Senna.

Dissertação (Mestrado Acadêmico em Política Social) – Universidade Federal Fluminense, Escola de Serviço Social, 2017.

Bibliografia: f. 95-100.

1. São Gonçalo (RJ). 2. Política social. 3. Esportes – Aspectos sociológicos. I. Senna, Mônica de Castro Maia. II. Universidade Federal Fluminense. Escola de Serviço Social. III. Título.

THAYANE SANTOS CRESPO DA CUNHA

**POBREZA, DESIGUALDADES E PROJETOS SOCIAIS ESPORTIVOS
DIRIGIDOS A CRIANÇAS E ADOLESCENTES: estudo de uma experiência no
município de São Gonçalo**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Política Social. Área de concentração: Avaliação de políticas sociais.

Aprovada em: __/____/____

Banca Examinadora:

Prof^ª. Dr^ª Mônica de Castro Maia Senna (Orientadora) - UFF

Prof.^º Dr André Augusto Pereira Brandão - UFF

Prof^ª. Dr^ª Ariane Rego de Paiva - PUC-RIO

Prof^ª. Dr^ª Tatiana Fonseca – UNISUAM
(suplente)

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus, pelo dom da vida e por me proporcionar mais uma oportunidade acadêmica tão única e, principalmente por me fortalecer em cada momento. Toda honra seja dada a Ele.

Quero agradecer a minha família, por sempre me auxiliar com tanto carinho e amor e compreenderem meus momentos de ausência, que por sinal foram muitos.

A minha mãe, pela sua força e incentivo sem igual, por desde o princípio acreditar nos meus sonhos e me fazer enxergá-los antes mesmo de acontecerem.

Agradeço ao Lucas, pela sua compreensão, amor e por sempre acreditar nos meus sonhos e desafios. Seu companheirismo me motivou a fazer sempre o melhor, mesmo nos períodos de choros, indagações e de intensa dedicação aos estudos. Você foi fundamental nesta realização, muito obrigada!

Aos meus amigos, que compreenderam minha ausência durante a elaboração desse trabalho.

A minha querida orientadora professora Dr^a Mônica Senna, que desde a graduação em Serviço Social contribuiu para minha formação acadêmica, sempre com muita paciência, generosidade me trazendo reflexão sobre novos conhecimentos. Sua orientação foi um privilégio para mim, muito obrigada!

Ao professor Dr^o André Brandão, por ter me motivado a seguir o caminho do Mestrado. Obrigada pelos seus incentivos desde a graduação, pelos seus escritos e pelo aprendizado obtido.

A professora Dr^a Ariane Paiva, pelas contribuições e por ter acolhido prontamente o convite de participar da banca de forma tão compreensiva.

Aos amigos queridos que me ajudaram na caminhada de leituras e produções acadêmicas, sempre através de trocas riquíssimas de conhecimento. Em especial a Mariana Aguiar, Sidimara Souza, Nathaliê Cristo, Thaislayne Nunes, Clarice Carvalhosa e Lúcia Paiva.

A todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense.

E por fim, a todos que de alguma forma contribuíram para a realização deste sonho.

RESUMO

Considerando o avanço do surgimento de Projetos Sociais Esportivos esse trabalho se debruçou em contribuir para a reflexão acerca dos fenômenos da pobreza e da desigualdade social, que desde o contexto do agravamento das manifestações da questão social no mundo contemporâneo vem afetando diretamente o segmento da infância e adolescência. No âmbito das políticas sociais se torna um desafio a oferta de ações direcionadas a esse público-alvo. No entanto, em relação a política de assistência social brasileira, a atuação de novos organismos com ações direcionadas a este segmento demarca certas contribuições no combate aos impactos da exclusão social. É neste processo que as atuações de Projetos Sociais Esportivos desenvolvem atividades orientadas sob o lema de combate à pobreza e desigualdade social. Neste trabalho, procuramos, também refletir esse campo, a partir da contribuição do esporte enquanto fenômeno social traduzido no campo das políticas públicas. A pesquisa qualitativa e exploratória partiu de um estudo empírico de uma instituição localizada em um bairro periférico no município de São Gonçalo e contou com entrevistas semiestruturadas com gestores implementadores, professores, adolescentes e responsáveis. O Projeto Social Esportivo em destaque foi implementado através da Lei de Incentivo ao Esporte, fato que garante certas especificidades e indagações. Os principais questionamentos do trabalho foram direcionar as percepções acerca dos significados de inclusão social de crianças e adolescentes, acesso e permanência, esporte como direito social desse segmento e desenvolvimento do Projeto Social Esportivo estudado. É necessário, portanto, reforçar o acesso ao esporte enquanto direito social de crianças e adolescentes, sobretudo no combate às desigualdades.

Palavras-chave: Pobreza; Políticas Sociais; Projeto Social Esportivo; Lei de Incentivo ao Esporte.

ABSTRACT

Considering the progress of the emergence of Sports Social Projects, this work has focused on contributing to the reflection on the phenomena of poverty and social inequality, which from the context of the worsening manifestations of the social question in the contemporary world has been directly affecting the segment of childhood and adolescence. Within the scope of social policies, it is a challenge to offer actions aimed at this target audience. However, in relation to the Brazilian social assistance policy, the performance of new organizations with actions directed to this segment demarcates certain contributions in the fight against the impacts of social exclusion. It is in this process that the activities of Sports Social Projects develop activities oriented under the slogan of combating poverty and social inequality. In this work, we also seek to reflect this field, based on the contribution of sport as a social phenomenon translated into the field of public policies. The qualitative and exploratory research was based on an empirical study of an institution located in a peripheral district in the municipality of São Gonçalo and counted on semi-structured interviews with implementing managers, teachers, adolescents and responsible persons. The Social Sports Project in particular was implemented through the Sports Incentive Law, a fact that guarantees certain specificities and inquiries. The main questioning of the work was to direct the perceptions about the meanings of social inclusion of children and adolescents, access and permanence, sport as social right of this segment and implementation of the Social Sports Project studied. It is therefore necessary to strengthen access to sport as a social right of children and adolescents, especially in combating inequalities.

Keywords: Poverty; Social politics; Social Sports Project; Sports Incentive Law.

LISTA DE SIGLAS

BPC	BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA
CMDCA	CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
CONANDA	CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
CRAS	CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CREAS	CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
DIFE	DEPARTAMENTO DE INCENTIVO D FOMENTO AO ESPORTE DO MINISTÉRIO DO ESPORTE
ECA	ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
FUNABEM	FUNDAÇÃO ESTADUAL DO BEM-ESTAR DO MENOR
FHC	FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
IBGE	INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
LOAS	LEI ORGÂNICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
ONG	ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL
ONU	ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS
PNAS	POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
NOB	NORMA OPERACIONAL BÁSICA
UNICEF	FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Programa Bolsa Família	35
Tabela 2: Estrutura Institucional do Esporte a nível Federal.....	52
Tabela 3: Captação de Projetos Sociais Esportivos no Rio de Janeiro através da Lei de Incentivo ao Esporte em 2015.....	60
Tabela 4: Indicadores Qualitativos da pesquisa.....	69
Tabela 5: População vinculada – Programa de Transferência de Renda em São Gonçalo.....	70
Tabela 6: Quantitativo de alunos por turma de faixa etária em 2015	77
Tabela 7: Perfil de alunos entrevistados	77
Tabela 8: Perfil dos responsáveis entrevistados	78
Tabela 9: Perfil dos profissionais e gestores entrevistados	78

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Principais eixos e conteúdos de mudança	32
Quadro 2: Primeiros Projetos Sociais Esportivos no Brasil	58
Quadro 3: Bairros de São Gonçalo (RJ) por distritos administrativos	72

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Projetos Apresentados por manifestação desportiva	62
---	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Distribuição percentual da população extremamente pobre por faixa etária em 2010.....	71
--	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1: DESIGUALDADE, POBREZA E POLÍTICA SOCIAL NO BRASIL.....	17
1.1 DESIGUALDADE SOCIAL E EXCLUSÃO: ELEMENTOS HISTÓRICOS E CONCEITUAIS	17
1.2 A POBREZA ENQUANTO UMA DIMENSÃO FUNDAMENTAL DA EXCLUSÃO.....	22
1.3 APONTAMENTOS ACERCA DA FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA E A POLÍTICA SOCIAL	24
1.4 POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL NO BRASIL.....	30
1.4.1 Políticas de Inclusão dirigidas para crianças e adolescentes	38
CAPÍTULO 2: ESPORTE BRASILEIRO NA DIREÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	40
2.1 TRANSFORMAÇÕES NO CAMPO ESPORTIVO E A POLÍTICA NACIONAL DO ESPORTE	41
2.1.1 Esporte na história.....	41
2.1.2 Desenvolvimento do Esporte na agenda pública brasileira	46
2.1.3 A política Nacional do Esporte a partir dos anos 2000	52
2.2 PROJETOS SOCIAIS ESPORTIVOS NA PERSPECTIVA DA TRANSFORMAÇÃO SOCIAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES.....	56
CAPÍTULO III: A PESQUISA – REFLETINDO A INCLUSÃO SOCIAL E PROJETOS SOCIAIS ESPORTIVOS	67
3.1 ESCOLHAS METODOLÓGICAS DA PESQUISA	67
3.2 UM PROJETO SOCIAL ESPORTIVO EM UM MUNICÍPIO POBRE.....	70
3.3 O PÚBLICO-ALVO DO PROJETO SOCIAL ESPORTIVO ESCOLHIDO NA PESQUISA.....	76
3.4 PERSPECTIVAS E SIGNIFICADOS APREENDIDOS	79
3.4.1 Significados de inclusão social de crianças e adolescentes.....	79
3.4.2 Acesso e permanência	82
3.4.3 Esporte como direito social de crianças e adolescentes	85
3.4.4 Desenvolvimento do Projeto Social estudado	87
CONSIDERAÇÕES FINAIS	92
REFERÊNCIAS	95
APÊNDICE 1 TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	101
APÊNDICE 2 ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADO COM PROFISSIONAIS E GESTORES	103
APÊNDICE 3 ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADO COM RESPONSÁVEIS DOS ALUNOS	105
APÊNDICE 4 ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADO COM ALUNOS ...	107

INTRODUÇÃO

Essa dissertação de mestrado se insere na Área de concentração “Avaliação de Políticas Sociais” e na linha de pesquisa “Avaliação de políticas, programas e projetos governamentais e não governamentais” do Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense. O tema de estudo está relacionado à implementação de projetos sociais esportivos desenvolvidos, na maioria das vezes, em locais caracterizados pela pobreza e carência de equipamentos sociais. Em geral dirigidos a crianças e adolescentes em localidades pobres e conduzidos por organizações não governamentais, esses projetos baseiam-se na perspectiva de que o esporte é uma ferramenta de inclusão social.

O interesse pelo tema a ser pesquisado surgiu de uma experiência profissional desenvolvida pela autora em um projeto social esportivo, sediado em comunidade pobre do município de São Gonçalo e executado por uma Organização Sem Fins Lucrativos, por meio da Lei Federal de Incentivo ao Esporte de 2006. O Projeto oferece atividade esportiva por meio do futebol enquanto ferramenta de inclusão social. A motivação para elaboração do trabalho também partiu da experiência enquanto moradora da região durante a infância e adolescência.

A dimensão do esporte enquanto categoria de estudo no âmbito das políticas de inclusão social é um tema recente e atual, principalmente no contexto dos megaeventos esportivos sediados nos últimos anos no Brasil (Copa do Mundo de Futebol em 2014 e os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio-2016). Apesar dessa pujança, ainda são poucos os estudos nesse campo e cuja análise exige a adoção de uma perspectiva interdisciplinar no campo científico.

Projetos sociais esportivos têm sido largamente desenvolvidos no Brasil nas últimas décadas, sob a perspectiva de promoção da inclusão social. A literatura aponta que as primeiras iniciativas nessa direção surgem na década de 1980, por meio de programas públicos pioneiros¹, notadamente em âmbito municipal e estadual. No entanto, é na década de 1990 que se observa uma considerável expansão dessas iniciativas,

¹ No âmbito federal podemos citar o programa Recriação (1986-1999) e no âmbito privado o PRIESP implementado pela Fundação Roberto Marinho em 1978 (ZALUAR, 1994).

processo impulsionado, em grande parte, pela incorporação da pobreza na agenda social brasileira e pela proliferação das Organizações Não-Governamentais orientadas pela perspectiva de promover oportunidades aos jovens de camadas pobres. A cidadania aparece como eixo central dessas iniciativas, associada à ideia de estimular formas de inclusão social do público-alvo, que em suas realidades vivenciam carências e problemáticas em diversos aspectos da vida em sociedade.

Em geral, os projetos sociais esportivos são sediados em localidades pobres, sobretudo nas periferias dos grandes centros urbanos, e têm como foco central crianças e adolescentes em situação de “risco social”. A prioridade conferida a esse segmento populacional parte do reconhecimento das múltiplas vulnerabilidades sociais a que estão expostas as crianças e adolescentes das camadas pobres brasileiras, bem como, se associa à noção abrangente de proteção social contida no Estatuto da Criança e do Adolescente aprovado em 1990.

Outra característica marcante da maior parte desses projetos é sua condução por organizações não governamentais (ONG), subvencionadas pelo poder público brasileiro. Alguns estudos vêm apontando a incorporação histórica da ideia de construção da cidadania e de inclusão social de crianças e adolescentes através da atuação dessas instituições em comunidades pobres no Brasil, com ampliação no contexto da década de 1990, para captação de recursos por essas organizações em parceria com as esferas estadual e federal (FERNANDES, 2006).

Ao incorporarem a prática esportiva enquanto estratégia de atendimento a esse público-alvo, tais iniciativas assumem a perspectiva de que o esporte possibilitaria o desenvolvimento da cidadania e adotam a ideia de socialização de crianças e adolescentes por meio de práticas socioeducativas, a partir do reconhecimento do mesmo enquanto fenômeno sociocultural e com capacidade de transformar realidades sociais. Ao mesmo tempo, esses projetos se propõem a atuar de forma preventiva em áreas consideradas de “risco social”, principalmente no que tange à violência e ao tráfico de drogas, além de permitir a profissionalização de jovens pobres. Nessa perspectiva, é possível destacar o esporte enquanto categoria apropriada no direito social do lazer, porém assumindo uma função social de combate à desigualdade social quando referido ao atendimento de crianças e adolescentes moradores de comunidades pobres brasileiras, através inclusive, do desenvolvimento de ações do Ministério do Esporte por meio da Política Nacional do Esporte (BRASIL, 2007).

Considerando esses apontamentos, entende-se que a atuação dos Projetos Sociais Esportivos pode ser incorporada também na formação das políticas de inclusão de crianças e adolescentes diante do contexto de exclusão e desigualdade social no caso brasileiro. Nesse sentido, os Projetos Sociais Esportivos articulam ações esportivas a outras políticas sociais, especialmente educação e assistência social.

No estudo aqui proposto, parte-se do entendimento de que embora a perspectiva de inclusão social esteja presente na maior parte dos projetos sociais esportivos desenvolvidos, suas ações tendem a ser retraduzidas ao longo do processo de implementação. Isso porque as políticas públicas são construções dinâmicas, “alheia [s] à vontade dos implementadores” (Arretche,2001) e, nessa direção, o processo de implementação é marcado por retraduzões do desenho original. É sob essa perspectiva que o estudo procurou compreender o processo de implementação de projetos sociais esportivos dirigidos a crianças e adolescentes na perspectiva de promoção da inclusão social.

Nessa direção, o presente estudo parte da hipótese de que embora os projetos sociais esportivos se assentem na ideia de promoção da inclusão social e desenvolvimento da cidadania das crianças e adolescentes pobres, as concepções que orientam tais projetos e ações implementadas acabam se restringindo à perspectiva de medida preventiva à “marginalidade” e à “ociosidade” a que estaria exposto esse segmento populacional, reforçando uma visão moralista de que os jovens inseridos no cenário de pobreza dos centros urbanos constituem uma ameaça à ordem social.

Entende-se, assim, que há uma contradição da perspectiva pedagógica desenvolvida pelos projetos sociais esportivos: ainda que sejam espaços de promoção de práticas pedagógicas não-formais (GOHN,2006) como potencialidade de transformar a realidade social dos beneficiários, percebe-se a adoção de ações que estimulem a melhoria comportamental dos mesmos, seja no contexto familiar, escolar ou da comunidade, representando uma cobrança de um padrão de comportamento (jovens com boas notas, ausentes de conflitos familiares e não articulados com os movimentos informais na comunidade). Tal fato representa uma via contrária à valorização das vivências culturais e aprendizados, deixando de lado o protagonismo juvenil e suas experiências específicas.

Sendo assim, o estudo aqui proposto colocou a necessidade de realização de uma pesquisa de base empírica, em que a experiência de um projeto social esportivo desenvolvido no município de São Gonçalo foi o lócus do estudo. Ao examinarmos o processo de implementação desse Projeto, buscamos compreender como ocorrem os

critérios de acesso e permanência, o público alvo e as ações desenvolvidas na implementação do Projeto Social Esportivo destacado, ainda que a orientação normativa seja direcionada para aspectos específicos.

Diante do exposto, o objetivo geral foi compreender o processo de implementação de um Projeto Social Esportivo localizado no município de São Gonçalo, dirigido a crianças e adolescentes na perspectiva de promoção da inclusão social. Para alcançar a proposta do estudo foram desdobrados os seguintes objetivos específicos:

1. Compreender as especificidades de implementação de um Projeto Social Esportivo em um município metropolitano no estado do Rio de Janeiro;
2. Mapear as relações entre os agentes implementadores, os profissionais e o público-alvo das ações desenvolvidas em um Projeto Social Esportivo no Município de São Gonçalo;
3. Identificar quais concepções de inclusão social o Projeto Social Esportivo se apropria;
4. Conhecer os critérios de acesso e permanência do público alvo;
5. Contribuir para a compreensão teórico-conceitual acerca dos fenômenos da pobreza e desigualdade social na sua relação com o campo da análise de políticas públicas de esporte no caso brasileiro.

Em relação à estrutura da dissertação, no capítulo inicial apresentamos elementos teórico-conceituais para o entendimento sobre desigualdade social e pobreza numa análise macrossocial, bem como, a compreensão sobre quais implicações sociais, econômicas e políticas contribuíram para o desenvolvimento da política social no contexto brasileiro, demarcada por processos e aspectos específicos e diferentes de outras realidades na formação ocidental. Constituiu-se assim como principal objetivo do capítulo demarcar as especificidades da desigualdade social no Brasil e os contextos do legado da política social e o surgimento das políticas de inclusão social no país. O capítulo dedicou ainda um breve histórico dos fundamentos do fenômeno da exclusão social e da pobreza, compreendendo os aspectos econômicos, sociais e políticos da formação social brasileira em relação ao contexto que caracteriza o Brasil com altos índices de desigualdade nas diversas dimensões (escolaridade, acesso às políticas sociais, pobreza, entre outros). Foram apresentados os elementos considerados fundamentais na formação da política social brasileira com enfoque principal em relação ao contexto das desigualdades sociais e pobreza.

Destacamos as principais experiências de combate à pobreza no contexto brasileiro através da compreensão dos períodos históricos, levando-se em conta os desdobramentos da política social em relação ao público-alvo das ações desenvolvidas seguindo a perspectiva da justiça social e inclusão social. E por último, enquanto subitem foi apresentada uma breve discussão acerca do desenvolvimento de políticas de inclusão dirigidas a crianças e adolescentes no Brasil, contexto no qual o esporte também foi apropriado.

Partindo do entendimento das dimensões sociais do esporte compreendidas por Gomes Tubino (2002) como *esporte-educação, esporte-participação e esporte-performance ou de rendimento*, o segundo capítulo apresentou o esporte enquanto campo teórico de conhecimento, demarcando quais determinações históricas contribuíram para sua apropriação no contexto do desenvolvimento dos direitos da criança e do adolescente. Foram expostos ainda elementos decisivos na construção do esporte como ferramenta de inclusão social no surgimento de Projetos Sociais Esportivos no contexto brasileiro, compreendendo uma análise crítica em relação ao esporte enquanto direito social identificando referências políticas e morais acerca dos “valores positivos do esporte” (Stigger e Thomassim, 2013). Foi necessário apresentar sob quais prerrogativas e contextos o esporte foi apropriado no desenvolvimento de Projetos Sociais Esportivos e por meio de políticas sociais em relação aos direitos de crianças e adolescentes sob a perspectiva de inclusão social.

O capítulo abordou também a política nacional do esporte, a fim de problematizar os fundamentos de construção histórica dessa política, apreendendo a trajetória que permitiu a construção do esporte enquanto política pública e os contextos em que o esporte foi apropriado enquanto direito social na agenda pública. No último item do capítulo 2 foi problematizado o surgimento dos Projetos Sociais Esportivos partindo do cenário internacional para depois compreender o contexto brasileiro. A análise foi realizada a partir do reconhecimento da relação existente entre o campo do esporte enquanto educação não-formal (GOHN, 2006), apropriada enquanto princípio na maioria dos conteúdos normativos dos Projetos Sociais Esportivos em geral desenvolvidos no Brasil.

No terceiro capítulo, foram apresentados os resultados obtidos pelo estudo e a análise empreendida sobre o desenvolvimento de um projeto social esportivo no município de São Gonçalo. Inicialmente, o capítulo apresenta os procedimentos metodológicos empregados para a apropriação dos dados. Após a caracterização do

projeto social esportivo estudado e da localidade onde o mesmo está inserido, passou-se à exposição dos resultados do trabalho empírico e sua análise, por meio de quatro eixos centrais: (a) significados de inclusão social de crianças e adolescentes; (b) acesso e permanência; (c) esporte como direito social de crianças e adolescentes e (d) desenvolvimento do Projeto Social estudado.

CAPÍTULO 1: DESIGUALDADE, POBREZA E POLÍTICA SOCIAL NO BRASIL

1.1 DESIGUALDADE SOCIAL E EXCLUSÃO: ELEMENTOS HISTÓRICOS E CONCEITUAIS

A abordagem a partir das desigualdades sociais no contexto brasileiro necessita do reconhecimento de uma análise a partir das diversas dimensões da formação social, histórica, cultural e econômica do país, numa evidência da determinação das conjunturas que definem uma sociedade marcada por intensas disparidades. Nesse sentido, essas disparidades são realidades postas em outras diversidades, principalmente sob os aspectos étnico-racial, regional, econômico e educacional (LUNA E KLEIN, 2009). Enquanto recorte histórico neste estudo, percebe-se que a definição plural de desigualdades sociais permite o aprofundamento de uma realidade específica, porém com aproximações de outras realidades tratadas pelos principais autores sobre o tema. A principal intenção se refere inicialmente para o destaque de aspectos da formação social brasileira e a trajetória das principais experiências em relação ao combate à desigualdade social e pobreza.

Sabe-se que o fenômeno da exclusão social deve ser compreendido em sua essência multidimensional configurado também nos processos de desigualdade social e pobreza, implicados nas novas relações estabelecidas na sociedade capitalista, mediante a desigual distribuição da riqueza socialmente produzida. Da mesma forma o fenômeno da pobreza compreende aspectos para além da distribuição de recursos nas sociedades contemporâneas. Nesse sentido, parece fundamental a compreensão acerca das relações entre Estado e sociedade e a formação dos elementos morais que constituem o pano de fundo para a disseminação da sociedade de mercado. Além disso, algumas abordagens teórico-conceituais e históricas sobre o Estado e a ordem política apreciam as especificidades da constituição do Estado brasileiro tratando de algumas tendências e elementos fundamentais para pensarmos a política social.

Foucault (2012) nos faz referência à realidade europeia acerca do caráter histórico de internamento durante os séculos VII e VIII através do surgimento de instituição destinada àqueles que não correspondiam à ordem moral da época como a população desempregada, miseráveis, prostitutas, mendigos, entre outros. Configuravam-se também algumas formas assumidas da função dos leprosários. Assim, o surgimento dos Hospitais Gerais no século XVII se institui como forma justificável à ideia asilar, na lógica moral e repressiva, sem nenhuma função médica, baseado no contexto político, econômico e

social do estabelecimento da monarquia absoluta. Portanto, há o reconhecimento da história acerca dos lugares sociais ocupados por aqueles que não correspondiam à ordem moral e política específica na formação da sociedade ocidental, considerando os contextos de cada época.

A construção de uma ordem moral específica na formação do capitalismo enquanto uma nova configuração socioeconômica no Ocidente pode ser compreendida através dos estudos desenvolvidos por Hirschman (2002), Weber (2005), Boltanski e Chiapello (2009), que destacam, entre outros aspectos, os elementos das transformações ocorridas acerca das noções da moralidade, o surgimento de uma nova racionalidade ética em contraposição à ética cristã católica, e o engajamento dos sujeitos na formação dessa nova ordem socioeconômica.

Os argumentos políticos que compõem o terreno fértil na formação de um padrão agora reconhecido como positivo entre os séculos XVII e XVIII podem ser compreendidos como justificativas anteriores ao triunfo do capitalismo como nos mostra Hirschman (2002). As concepções em torno do binômio “interesse individual” e “bem comum” são postos como elementos centrais para o Liberalismo Econômico já no século XVIII, a partir também dos ideais da Revolução Francesa e o surgimento de uma nova moralidade que agora se torna algo desejado e almejado, como a busca pelo lucro e a competitividade.

O trabalho assalariado foi outro elemento intrínseco na formação dessa nova ordem socioeconômica, através da extração de renda por meio da força de trabalho e pela capacidade de recusa do trabalhador em se submeter à atividade laboral forçada, distinguindo-se do sistema escravista. Portanto, independente de possuir meios de produção ou não, novos sujeitos veem a oportunidade de se inserir nesse processo, e mais do que isso, suas provas demonstram o quanto essa ordem passa a ser atrativa.

A relação intrínseca entre os elementos expostos acima forma a legitimação do capitalismo enquanto uma nova configuração socioeconômica, pautada também por meio do engajamento dos sujeitos conforme as análises apresentadas sob a lógica de reprodução constante. Podemos perceber também através dos autores citados, como tal relação possui sua gênese no contexto do Protestantismo ascético que possibilitou uma nova formação específica do capitalismo no Ocidente e compreender que Estado e Mercado são elementos que estruturam qualquer ordem social no Ocidente.

Paugam (2006) ao analisar a sociedade moderna francesa percebe que as mudanças no mundo do trabalho foram fundamentais ao fenômeno de desqualificação

social através de três ideias que configuram, por sua vez, o conceito de exclusão. O autor destaca que o fenômeno incorpora múltiplas dimensões não somente a econômica, mas com capacidade de designar o estado de privação, inferioridade e desvalorização demarcando uma identidade dos que vivem essa experiência através de três ideias fundamentais na formação de uma espécie de status social para além da privação material. A ideia de *trajetória* permite apreender que “há um processo que deve ser visto longitudinalmente, o que permite apreender o percurso temporal dos indivíduos em confronto com o ambiente mais ou menos permeável” (PAUGAM, 2006. P. 15). A ideia de *identidade* tanto como crise ou construção também incorpora o entendimento da exclusão. E a *territorialidade*, que demarca os espaços que definem a lógica da segregação.

Para Paugam (2006) a *territorialidade* apresenta-se como um aspecto para entendermos a nomenclatura empírica da exclusão social, uma vez que a pauperização no Brasil apresentou avanços inclusive durante o processo de transição democrática a partir do processo constituinte de 1988. Nessa lógica podemos apontar também que as particularidades territoriais definem também o próprio conceito de desigualdades sociais.

Em uma dada formação social, contextualizada espacial e historicamente, convivem classes e frações de classes, grupos sociais, que guardam certa homogeneidade interna média em relação ao seu acesso às riquezas nacionais. (SCOREL, 2006, p. 25)

Castel (1998), ao analisar a sociedade francesa no final do século XX e o processo de crise da sociedade salarial, aponta para um novo lugar ocupado pelo trabalho nas relações de coesão na estrutura social e as novas expressões da pobreza urbana nesse período. Embora tenha analisado o caso francês, o autor traz grandes considerações para compreensão do caso brasileiro. Segundo ele, duas dimensões foram importantes na transformação percebida a partir da década de 1970. O fenômeno da pobreza pautou-se inicialmente sob o processo de desfiliação a partir da crise da sociedade salarial por meio do eixo *desemprego x precarização*, o que configurava a “nova questão social”. Enquanto a desfiliação destacada por Castel (1998) correspondia ao desemprego e baixa escolaridade e desproteção, o fenômeno de exclusão social pode ser compreendido a partir da ausência de vínculos, ruptura dos laços de solidariedade, restrição de espaços e ausência de garantia dos direitos (BRANDÃO, 2002).

Abordar aspectos acerca do contexto da desigualdade social implica compreender o fenômeno da pobreza, que ao longo da história, demarca tanto as representações sociais

dos sujeitos, o cenário político, econômico e social de um espaço territorial quanto às diversas formas de acesso aos meios culturais e simbólicos dos sujeitos. As representações sociais da pobreza podem ser apreendidas ao longo da formação da sociedade ocidental a partir das mudanças acerca do entendimento do que é pobreza nos diferentes momentos históricos, principalmente a partir da sua concepção religiosa, que destinou o fenômeno ora como ordem divina ora como maldição.

Nesse sentido, compreende-se que o processo de exclusão social enquanto fenômeno determinado historicamente e que, as medidas destinadas ao seu enfrentamento através da implementação de políticas públicas são direcionadas segundo as concepções que se tem em determinado contexto histórico acerca dessa categoria.

Lavinas (2003) adverte em sua análise que tal processo se inicia a partir da apropriação pela população migrada do campo dos espaços urbanos e zonas metropolitanas tendo como resultado condições precárias de moradia, o que demandou intervenção estatal, tanto nas experiências de países europeus quanto na América Latina. Historicamente determinado, o processo de exclusão social surge, portanto, enquanto categoria para demarcar elementos para além da pobreza definida como déficit de renda.

A transição do século XIX para o século XX institui o cenário mais próximo da pobreza e do processo de exclusão social enquanto centralidade da ação estatal através do desenvolvimento de modelos de Estado de Bem-Estar Social na Europa e na América Latina de formas diferenciadas.

A abordagem de Esping-Andersen (1991) remete aos diferentes regimes de *Welfare State* com distintas soluções políticas para conflitos distributivos no interior das sociedades e que são resultados da capacidade de mobilização de poder da classe trabalhadora, através da ideia fundamental de cidadania social. Segundo o autor, embora diferenciados segundo a especificidade dos países, o cerne do Estado de Bem-Estar Social consiste na assistência oferecida pelo governo na forma de padrões mínimos de renda, alimentação, saúde, habitação e educação assegurado a todos os cidadãos como direito político.

O modelo liberal típico dos países de tradição anglo-saxônica (como Estados Unidos, Austrália e Canadá), as políticas sociais são de cunho liberal de maneira que maximizo o status de mercadoria do trabalhador individual. Marcado pela predominância da assistência social aos pobres, diminuídos benefícios universais. As políticas sociais seguidas caracterizam-se pela seleção distinguindo os “merecedores” e “não merecedores” (ESPING-ANDERSEN, 1991, p. 108).

A lógica do modelo social democrata predominante nos países escandinavos, é configurada pela mobilização de classe no sistema parlamentar é meio para a realização dos ideais socialistas de igualdade, justiça, liberdade e solidariedade. Através dos princípios social-democratas conseguiram implementar políticas sociais, caracterizadas por um sistema de proteção ampla de cobertura universal, com benefícios, garantidos como direitos, através da lógica de eliminação via mercado, constituindo um sistema em que os benefícios não são vinculados a nenhum tipo de contraprestação efetuada pelos beneficiários; trata-se de assegurar mínimos vitais, distribuídos segundo critérios de equalização, e não de mérito (*op cit*).

E o terceiro, modelo conservador ou “corporativista”, predominante em países como Alemanha, França, Áustria e Itália, é caracterizado pelo corporativismo e pela estratificação ocupacional e os benefícios estariam vinculados ao objetivo político de materializar divisões no interior da classe trabalhadora (*op cit*).

É importante sinalizar ainda que o estudo compreendido por Esping-Andersen (1991) permite identificar como os modelos de Bem-Estar Social se desenvolveram política e institucionalmente apontando em cada distinção para uma maior ou menor inclusão dos regimes de proteção social sendo fundamental para compreender porque diferentes nações comportam-se de modo diferenciado em relação ao processo de exclusão social e pobreza.

Nesse sentido, às sociedades modernas torna-se indispensável enfrentar o desafio de combinar democracia com eficiência econômica e justiça social. Sob esse aspecto da necessária combinação entre desenvolvimento econômico e justiça social no que tange à formulação de políticas dirigidas à pobreza e desigualdade social, Kerstenetzky (2011) sinaliza que as experiências da Ásia e América Latina teriam sido configuradas pela orientação seletiva de estado de bem-estar social desenvolvimentista no qual “as políticas sociais confinaram a proteção social apenas aos agentes protagonistas desse processo: os trabalhadores industriais, os trabalhadores urbanos, os funcionários públicos” (*op cit.*, p. 134).E “no caso do Brasil, o Estado desenvolvimentista vocalizou preferencialmente interesses dos grandes proprietários rurais e negócios urbano- industriais; a maioria da população não participou da mudança social” (apud, 2011, p. 135). Sabe-se que os avanços e retrocessos do acesso à determinada política social são desenhados, em parte, pelas características próprias do reconhecimento de determinado grupo social na agenda de governo, inclusive mediante processo de atuação dos sujeitos sociais. Entretanto, tratando-se de um país marcado pelo percurso de desigualdades sociais e territoriais a

pobreza é compreendida enquanto um fenômeno complexo de natureza multidimensional que acompanha a trajetória do desenvolvimentismo econômico. No caso brasileiro “Assim sendo, o acesso a bens e serviços sociais caracterizou-se por ser desigual, heterogêneo e fragmentado” (YAZBEK, 2012, p. 294).

1.2 A POBREZA ENQUANTO UMA DIMENSÃO FUNDAMENTAL DA EXCLUSÃO

Dupas (1998) destaca as tendências importantes em compreender a pobreza enquanto uma dimensão fundamental do processo de exclusão social diante das mudanças de sobrevivência sob o processo de internacionalização das economias já no final da década de 1980 que desenvolveu dinâmicas intensificadas no final do século XX com características diferenciadas em países centrais e periféricos. As transformações societárias advindas da nova economia global, portanto, apontou para o crescimento da pobreza indicando o impedimento de acesso a determinados bens, serviços e direitos, bem como, o acirramento às desigualdades em esferas econômicas, políticas, culturais, étnicas, de gênero, etc. (DUPAS, 1990 *apud* BRANDÃO, 2004). Algumas abordagens destacam também as implicações nas especificidades de cada região no contexto da globalização mundial, em considerar no cenário dos subsídios governamentais as premissas categóricas em diferenciar os “pobres” e os “não-pobres”.

Na perspectiva de Castells (1999) a modificação das bases materiais marcada pela valorização do capital global a depender de novas tecnologias, da desregulamentação do comércio e da desregulamentação financeira internacional impactou decisivamente na reconfiguração do mercado financeiro. É nesse contexto de maior competitividade dos países dependentes inclusive de uma “modernização tecnológica”, que as economias latino-americanas dispuseram de maior intervenção do FMI e do Banco Mundial, sobretudo com as metas de controle da inflação, corte brutal de gastos públicos, políticas de contenção e rebaixamento salarial, privatização do setor público, entre outras (DUPAS, 1990 *apud* BRANDÃO, 2004).

Porém, com o passar dos tempos, o modelo vitorioso do capitalismo global mostrou possuir elementos estruturais que contêm uma perversa realidade: aumento da pobreza com exclusão crescente das sociedades em países periféricos. (OLIVEIRA, 2004, p. 462)

Emergia, portanto, o aumento das desigualdades econômicas, políticas culturais e sociais no contexto da consequência do aumento da pobreza surgindo uma nova classe de pobres: assalariados e funcionários burocráticos (OLIVEIRA, op. cit.).

As representações sociais da pobreza no contexto brasileiro a partir da década de 1930 caracterizaram-se a partir do crescimento dos centros urbanos que acompanhou o avanço da industrialização e conseqüentemente a concentração de trabalhadores. Aos que não ocupavam lugar nas hierarquias simbólicas da sociedade lhes restavam a “marginalidade” enquanto lugar social (SCOREL, 2006). No mesmo sentido, Valladares (1991) compreende que no contexto brasileiro a pobreza é reconhecida enquanto expressão da questão social no processo de transformação de uma economia agrário-exportadora para urbano-industrial, diante do crescimento acelerado das populações nos centros urbanos. Observou-se a intensificação de áreas periféricas e concentração de populações em situação pauperizada no entorno das regiões metropolitanas e nos centros urbanos brasileiros.

Pereira (2007, p. 38) discorre que a contribuição do conceito de necessidades humanas básicas (*basic needs*) foi fundamental para a apropriação da lógica protetiva estatal, sobretudo acerca da real contribuição para formulação de políticas públicas e do interesse analítico-crítico dos setores intelectuais e políticos não conservadores. Associado a essa perspectiva está o caráter de elegibilidade como fator determinante em relação aos aspectos que favorecem o acesso a Programas Sociais de combate à pobreza e a desigualdade social mediante, por exemplo, indicadores de escolaridade, renda *per capita*, condições de moradia e saneamento, mortalidade, entre outros.

Segundo Rocha (2003) especialmente a partir da década de 1970 o reconhecimento multidimensional da pobreza via *basic needs* por organismos internacionais permitiu avanços em três esferas principais. Inicialmente através do abandono da “renda enquanto critério de pobreza” (ROCHA, p. 20). Em segundo lugar, através do desenvolvimento de análises que pudessem comparar realidades de países diferentes e comparações no progresso de atendimento às necessidades básicas das populações como um todo. E por último, no reconhecimento de indicadores interligados no combate aos diferentes aspectos da pobreza, na inter-relação entre os diversos tipos de carências.

Outro apontamento importante refere-se ao processo de formação de segregações espaciais na contemporaneidade, que por um lado contribuem para facilidades de acesso aos serviços públicos para determinados grupos e por outro reforçam mecanismos de

desigualdades sociais. Bichir (2009) destaca esse aspecto ao analisar que as possíveis consequências da segregação espacial são resultados da própria atuação do Estado no espaço urbano, seguindo em sua análise algumas variáveis territoriais, a contribuição dos fatores individuais e da participação associativa. A análise desenvolvida pela autora nos chama a atenção para considerarmos os fatores de micro e macrossegregação nos territórios brasileiros, uma vez que as *periferias* (no plural) vêm apresentando suas tendências cada vez mais heterogêneas. O mesmo ocorre quando analisamos o acesso aos serviços públicos em áreas urbanas e rurais de regiões diferenciadas do Brasil. Portanto tratar de territórios em contextos de desigualdades sociais nos atenta também ao processo e formas de segregação espacial.

Sabe-se que os avanços e retrocessos do acesso à determinada política social são desenhados pelas características próprias do reconhecimento de determinado grupo social na agenda de governo, inclusive mediante processo de atuação dos sujeitos sociais. Entretanto, tratando-se de um país marcado pelo percurso de desigualdades sociais e territoriais a pobreza é compreendida enquanto um fenômeno complexo de natureza multidimensional que acompanha a trajetória do desenvolvimentismo econômico. No caso brasileiro “Assim sendo, o acesso a bens e serviços sociais caracterizou-se por ser desigual, heterogêneo e fragmentado” (YAZBEK, 2012, p. 294).

1.3 APONTAMENTOS ACERCA DA FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA E A POLÍTICA SOCIAL

Nesse tópico a principal intenção refere-se ao entendimento da relação Estado – Sociedade no caso brasileiro, bem como, os apontamentos dos impactos dessa relação no que tange às ações no âmbito da política social no trato às camadas pobres. Os aspectos ressaltados contribuem para a direção dos desafios postos ao combate à desigualdade social e a pobreza se tratando de um país marcado pelas suas especificidades e dilemas, que por sua vez, podem ser compreendidos nas estruturas que demarcam a formação social do Brasil, enquanto caminho analítico viável para o desenvolvimento das próximas etapas deste trabalho.

Nas obras de Da Mata (1997), Santos (1993) e Nunes (2004), os autores discutem a noção da relação Estado-Sociedade a partir de categorias diferentes em suas abordagens também distintas, mas que em alguns pontos se complementam acerca do entendimento da formação tanto das relações institucionalizadas no Brasil e seus contextos próprios,

quanto as relações societárias que compõem a sociedade brasileira refletindo nas diversas problemáticas contemporâneas.

A abordagem de Da Mata (1997) em discutir a operação da sociedade brasileira através de uma concepção partindo das relações societárias, abrange duas categorias de análise sustentadas na construção da cidadania como algo social e culturalmente aprendido, partindo de sua análise mais sociológica. Ou seja, no olhar de que o significado de cidadania é absolutamente contextual, portanto por um lado assume diferenças dentro da institucionalidade política e por outro, opera de acordo com as diferentes lógicas culturais existentes e formadas.

Partindo das concepções em geral, a cidadania seria algo construído historicamente, enquanto uma categoria que a burguesia utilizou contra os detentores dos poderes fora do mercado (nobreza e clero, por exemplo). Ou seja, dentro de uma lógica de reivindicações por direitos individuais no contexto liberal. Já na análise de Da Matta (1997), a cidadania no caso brasileiro foi construída como “negativa”.

Essa abordagem vai caracterizar a operação do caso brasileiro a partir de uma lógica “relacional”, ou seja, um universo de rede de privilégios que desenvolvemos e utilizamos dependendo do contexto das necessidades dos indivíduos; numa espécie de “hierarquização da cidadania”. Portanto, pressupõe que no Brasil intercalamos lógicas universais e relacionais.

Da Matta ainda resgata a abordagem de Santos (1993) acerca da “cidadania regulada” que caracterizou um contexto político e social específico do Brasil, e complementa que, o individualismo nas relações societárias constitui o caráter negativo no caso brasileiro enquanto não possibilidades de alcançar privilégios em determinadas situações. Portanto a hierarquia no caso brasileiro é revestida por relações institucionalizadas para funcionar. Assim, todas as instituições sociais estão submetidas a duas pressões: universalista e das redes de relações pessoais. Embora, relacionamos essa questão apenas ao campo das atividades políticas e não na lógica pessoal. Mas ainda assim, no caso brasileiro é possível relacionar os eixos da “casa”, da “rua” e do “outro mundo” de forma intercalada e complementar, dependendo da situação. Portanto, esses são aspectos que também vão de encontro à formação de um “híbrido institucional” no Brasil.

A proposição de Santos (1993) relativa à existência de um “híbrido institucional” na relação Estado-Sociedade e suas formas demonstra que, no Brasil, temos a convivência de ações contraditórias, e agregamos tudo isso num mesmo sentido, num modelo híbrido,

haja vista que os elementos da poliarquia do modelo dahlsiano são opostos ao hobbesianismo. No caso brasileiro tivemos uma tendência “subótima”, pois houve uma incorporação de segmentos sociais no processo eleitoral, porém sem nenhuma ampliação da competição política. Gerou-se direito ao voto sem a população saber o significado do processo eleitoral/ política, o que facilitou sua captura via relações clientelistas.

Portanto, as estruturas de inconclusão e instabilidades de uma poliarquia inacabada no caso brasileiro destina seu modelo diferente de países de capitalismo avançado que conjugaram elementos centrais: desenvolvimento das forças produtivas; superação do setor agrícola pelo setor industrial; formação do empresariado e da classe trabalhadora; gradativa ampliação da participação da população em processos decisórios e direitos sociais. (GÓIS, 2013).

Esse “híbrido institucional” caracterizado por Santos vai mostrar que já a partir do século XIX no Brasil e na América Latina como um todo, houve um legado que favoreceu o centralismo político na década de 1930, por conta também de um período longo de guerra pela independência e os conflitos intranacionais. Ou seja, em 1930 há um processo forte de centralização, enquanto um “bem público” nas palavras de Santos, na contraposição à operação do hobbesianismo, trazendo também uma lógica de integração ao mercado internacional, uma vez que, antes, eram as elites regionais que controlavam a economia brasileira.

Porém somente esse processo de institucionalização do mercado não suporta essa análise de comparação entre países que tiveram contextos distintos, o que vai de oposição à abordagem de Da Matta (1997).

No Brasil esse “híbrido institucional” é formado por instabilidades, que abrem brechas inclusive para reivindicações individuais. O Estado é que foi o criador tanto de uma organização central de trabalhadores quanto de empresariado, por meio do corporativismo, ou seja, sem tendência da competição como no caso inglês comparado por Santos. No caso brasileiro tivemos elementos econômicos por um lado e elementos institucionais por outro, pois não tivemos uma generalização do mercado (essa generalização só foi produto de uma ação estatal pós-30): antes generalizou-se a presença do Estado para depois generalizar a existência do mercado (o que ele chama de “bem coletivo”), e assim institucionalizando o empresariado por um lado e a classe operária por outro. Portanto, o Estado centralizado era positivo, uma vez que, produziu a antítese do poder das oligarquias e conseqüentemente uma ordem (estabilidade política e generalização do mercado).

O modelo das ordens caracterizado por Santos ao afirmar que seguindo o modelo dahlsiano no caso brasileiro houve uma ausência de aprendizado democrático na participação poliárquica, mas é importante compreender quais atores competiam nesse processo. Assim, fazendo uma relação com as quatro gramáticas apresentadas por Nunes (2004) pode-se compreender que o Brasil evoluiu de oligarquias fechadas, ampliando a participação sem ser institucionalizada a competição política. Portanto, a projeção de segmentos sociais na dinâmica política ocorreu via Estado e partidos através de um insulamento burocrático comandado por Vargas. O autor destaca que diante desse cenário, na formação brasileira da política social foi possível perceber quatro gramáticas fundamentais garantindo seu surgimento histórico: o clientelismo, o corporativismo, o insulamento burocrático e o universalismo de procedimentos.

A análise de Santos nos proporciona ainda compreender esse “híbrido institucional” na construção da cidadania a partir da relação Estado-Sociedade para analisar o Brasil. Entretanto, a análise de Da Matta explica esse formato híbrido a nível das relações individuais.

Santos e Nunes possuem possíveis aproximações em suas análises ao caracterizar a estruturas das instituições formais da sociedade brasileira, diferente da análise de Da Matta (1997).

Nunes parte do pressuposto de que é necessário pensar o contexto institucional onde a gestão está inserida nas possibilidades desse contexto. Portanto, numa análise entre sociedade e instituições formais, o que o autor chama de “gramáticas” que se configuram também na relação Estado – Sociedade. Assim o clientelismo vem acompanhando os diversos períodos políticos no Brasil e se reproduzindo nos diferentes contextos. O corporativismo seria outro elemento presente também na análise de Santos, no contexto das reformas pós-30, porém foi sendo vencido. Ainda no governo varguista surge o insulamento burocrático caracterizado por Nunes como outra gramática e por Santos como um dos elementos históricos desse “híbrido institucional”, porém passa a perder espaço no período de redemocratização. E o universalismo de procedimento enquanto a gramática que acompanha a prática democrática no Brasil.

Trazendo a análise para o contexto contemporâneo da política social brasileira e as estruturas de bem-estar defendidas por alguns autores como um processo de abertura democrática a partir do período constituinte e a interação de novos atores na cena política nos anos oitenta, as políticas sociais assumem em sua estruturação o princípio de justiça social. Entretanto, conforme destaca Fleury (2008) a proposta da seguridade social

articulou lógicas diferenciadas já existentes de reconhecimento na dinâmica de formação das políticas sociais: com o campo da saúde direcionado pela necessidade, a previdência social pela condição de trabalho e a assistência social pela incapacidade do indivíduo, ainda que numa tendência ao modelo de “individualização dos riscos” mediante o avanço da ideologia neoliberal (ibidem, p. 17).

A formação institucional brasileira nos revela que o combate aos indicadores básicos da pobreza e desigualdade social foi marcado pelo legado das estruturas frágeis das ações do Estado, o que nos permite compreender as especificidades da constituição do Estado brasileiro tratando de algumas tendências contemporâneas da política social.

Draibe (1998) nos mostra que entre as principais características assumidas no período reformista da década de 1980 em matéria de um Estado de Bem-Estar embrionário na lógica redistributiva e igualitária, é importante considerar que

Revelava-se quase nula a sua capacidade de incorporação social, deixando à margem do progresso um vasto contingente de excluídos de todo o tipo, em especial os trabalhadores rurais; as populações rurais e das cidades pequenas do Nordeste; as camadas pobres e miseráveis das regiões metropolitanas; Seus programas, mesmo os mais universais, pouco contribuíram para a redução das acentuadas desigualdades sociais. No padrão pretérito de desenvolvimento, desigualdade e pobreza tenderam então a se reduzir menos por impacto das políticas, antes em decorrência das altas taxas de crescimento econômico, assalariamento e mobilidade social. (DRAIBE, 1998, p. 3)

Sendo assim, partimos do entendimento de que a relação entre a tradição histórica da política social no Brasil e alguns arranjos que permanecem na atualidade são configurados pela cogestão das políticas entre os três entes federativos, elementos do federalismo brasileiro, as desigualdades territoriais e por fim o desenvolvimento desigual das políticas sociais (CASTRO, 2012).

A descentralização político-administrativa foi um dos elementos centrais na institucionalização do federalismo brasileiro pós-1988 e na organização dos entes federativos na autonomia de provisão de serviços das políticas sociais brasileiras bem como na hierarquização entre os territórios sub-nacionais (SOUZA, 2005). Entretanto, o desenho federativo e a distribuição das ações a níveis estadual e municipal esbarram-se até hoje nas disparidades econômicas, sociais e culturais do território brasileiro e na tendência de setorização das políticas sociais.

Nesse mesmo processo, seguiu-se a municipalização dos serviços a partir do reconhecimento da gestão municipal enquanto uma instância decisiva e executora das ações a nível local.

A formação da sociedade brasileira e o desenvolvimento de suas formas na condução do tratamento às necessidades sociais apresentam-se como fruto dos fundamentos da colonização portuguesa, da construção econômica, da formação entre classes numa combinação de violência e paternalismo, e segundo as particularidades de sua formação política (CARVALHO, 2004). Portanto, o patrimonialismo ainda é um aspecto muito presente na condução de determinadas políticas sociais, principalmente quando observamos as disparidades sociais entre as regiões brasileiras e a oferta de serviços públicos diferenciada nas áreas mais rurais e urbanas.

No contexto do Estado desenvolvimentista vocalizaram-se, preferencialmente, interesses dos grandes proprietários rurais e negócios urbano-industriais; a maioria da população não participou da mudança social. No caso brasileiro as políticas sociais foram instrumentos para apoiar seus projetos de desenvolvimento econômico conduzidos por um Estado em geral autoritário limitando a proteção social a setores selecionados em função de sua contribuição ao projeto (ibidem, 2004).

Outro aspecto que nos clareia para esta análise diz respeito ao processo de descentralização político-administrativa no caso brasileiro, que segundo Souza (2002), ocorreu em contextos contraditórios tratando-se de um país marcado historicamente pelas desigualdades e heterogeneidades regionais e sociais. O processo de redemocratização e o rearranjo político-administrativo proporcionou uma redefinição dos papéis dos níveis federativos em realidades regionais muito diferentes. E esse contexto de descentralização se traduz ainda na atualidade enquanto uma descontinuidade na oferta de serviços territoriais, uma vez que, governos locais podem vir a assumir funções que caberiam a outros níveis de governo. Ou seja, essa questão permanece presente na disposição de serviços e políticas sociais no contexto brasileiro.

Além do mais, a descentralização promove novos conflitos entre diferentes grupos sociais e afeta a distribuição de poder político e de bens a diferentes grupos da sociedade local e entre diferentes níveis de governo. (SOUZA, 2002, p. 435).

Faz-se necessário apontar também o caráter político embutido na condução de políticas sociais destinadas às desigualdades sociais, no reconhecimento de que as respostas produzidas em torno de uma demanda e/ou necessidade veiculam resultados de negociação e conflitos entre posições contrárias. Por isso, deve-se considerar como o

rumo político das ações destinadas às necessidades sociais (ou combate à pobreza, por exemplo) define características que podem configurar políticas focalizadas em contraposição à perspectiva universal (KERSTENETZKY, 2003).

Portanto, discutir sobre a lógica da desigualdade social implica na ampliação do discurso baseado em indicadores clássicos e definições formais de definição da pobreza baseada na carência de renda e atendimento às necessidades básicas no caso brasileiro.

Nesta perspectiva, há no Brasil um padrão duplo onde impera um mercado privado de bens e serviços que são socialmente tomados como de provedores de serviços de qualidade; em contraste com a provisão de serviços públicos de baixa qualidade voltados para uma população mais pauperizada. (BRANDÃO E OLIVEIRA, 2014, p. 290)

1.4 POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL NO BRASIL

Parece-nos um caminho viável para análise das políticas de inclusão social no contexto brasileiro partir dos aspectos políticos, históricos e econômicos acerca da compreensão de como demandas de inclusão são tomadas como demandas políticas. Dessa forma, percebe-se que o desenvolvimento de políticas de inclusão social no Brasil incorpora um conjunto amplo de políticas sociais e programas inseridos em diversas áreas. Entretanto, o estudo se limita em destacar e compreender os avanços no contexto da política de assistência social e do enfrentamento da pobreza e da desigualdade social.

Kingdon (apud CAPELLA, 2006, p. 32) destaca múltiplos fluxos no processo de formulação da política pública, considerando três fluxos convergentes: problemas (problems); soluções ou alternativas (policies); e política (politics) (ibidem, 2006, p. 26). O primeiro fluxo é composto pelo reconhecimento de um tema como problema que se insere no processo decisório, por meio de alguns mecanismos básicos (básicos: indicadores; eventos, crises e símbolos; e feedback das ações governamentais). No segundo fluxo Kingdon se refere ao conjunto de alternativas e soluções possíveis para o problema colocado no processo decisório, o qual considera as ideias centrais, no sentido de que “algumas idéias sobrevivem intactas, outras confrontam-se e combinam-se em novas propostas, outras ainda são descartadas” (CAPELLA, 2006, p. 27). E o terceiro fluxo diz respeito à dinâmica seguida pelo jogo político independente das alternativas possíveis. Esse último fluxo incorpora três elementos que influenciam a agenda governamental e suas mudanças destacadas no estudo analisado: um certo “clima nacional” que permite a incorporação de algumas alternativas em detrimento de outras; a atuação dos grupos de pressão por meio de organização política; e “mudança de pessoas

em posições estratégicas dentro da estrutura governamental” (KINGDON, 2003 apud CAPELLA, 2006, p.29).

Diante desse entendimento, o conceito de inclusão social insere-se ao conjunto de mecanismos que possam dispor de esforços à contribuição ou efetivação enquanto alcance da igualdade que se traduzem em respostas às diversas deficiências no sistema econômico predominante.

A pobreza apresenta-se como um fenômeno desafiador em relação ao surgimento de políticas de inclusão inicialmente por se tratar da necessidade de renda que, na sociedade capitalista, possui sua principal fonte através do trabalho para acesso de cumprimento das necessidades básicas. Entretanto, os estudos e os principais indicadores contemporâneos aprofundam outras dimensões no que se refere também à lógica de exclusão social.

Levando-se em conta os apontamentos enunciados, as experiências que marcam as ações do Estado brasileiro em relação às populações pobres apresentam nas mudanças o caráter transformador das realidades que se pretendem avançar. O eixo percorrido neste item refere-se à trajetória do âmbito político que direcionou os conteúdos e normas dos programas e políticas sociais dirigidos às parcelas pobres da população a partir do processo da redemocratização brasileira, ou seja, principais aspectos das ações no âmbito dos programas assistenciais desenvolvidos.

Sabe-se que diante da formação social brasileira e o legado histórico, até o final do século XIX as ações destinadas a camadas mais pobres ficavam sob a benemerência da filantropia e de obras sociais da Igreja Católica, sob a condição de assistidos.

Enquanto política de Estado, a proteção social assumiu ao longo da história, aspectos segundo o desenvolvimento tanto econômico e as articulações de luta na arena política de cada país. Conforme abordado anteriormente, ora podem assumir caráter com maior garantia por meio de sistemas públicos de proteção, ora desenvolvida com direcionamento para setores populacionais específicos. No caso brasileiro, temos a construção baseada no segundo contexto, como já destacado anteriormente.

Pode-se referir a construção de mecanismos de proteção social no caso brasileiro em dois períodos fundamentais, inicialmente no que tange construção dos direitos sociais e o período constituinte a partir da década de oitenta com a inserção de novos atores políticos e movimentos sociais na arena decisória. No período pós 1930 com as transformações a nível econômico, nas mudanças de uma economia agroexportadora para

urbano-industrial e novas formas de enfrentar as demandas trabalhistas (CARVALHO, 2007).

Já na década de 1970 diante da crise do capital, ao passo que provocou novas formas na estrutura de acumulação, a pobreza assume a ressignificação na precarização no mundo do trabalho, na informalidade, no desemprego e na desproteção trabalhista.

O marco constitucional de 1988 na garantia dos direitos sociais e, portanto, no reconhecimento de uma política de assistência social destinada àqueles que dela necessitar sob a diretriz universal, trouxe grandes avanços na direção do dever do Estado brasileiro enquanto garantidor dos “mínimos sociais”. A lógica universal foi inserida como principal ruptura das concepções anteriores, através da garantia de “renda mínima” a todos por direito. Nessa afirmativa, Sposati (2009, p. 27) destaca que o “trânsito do âmbito individual para o social é a raiz fundante da política pública que exige seu distanciamento da mediação da benemerência ou da caridade”.

Segundo Draibe (1998) tais mudanças e conteúdos trouxeram aspectos fundamentais acerca das ações destinadas à proteção social na política brasileira seguindo a direção das reformas previstas e implementadas no âmbito social, conforme o quadro abaixo:

Quadro 1 - Principais eixos e conteúdos de mudança

Eixos de Mudanças	Principais conteúdos das alterações
Na Concepção <ul style="list-style-type: none"> • No fundamento da política • No equilíbrio universalismo /seletividade • No estilo de política 	Direito Social como fundamento da política
	Reforço da seletividade Ampliação dos critérios de focalização
	Redução do clientelismo
Na Relação público/privado <ul style="list-style-type: none"> • No financiamento • Na <i>provisão</i> 	Introdução da participação do setor privado empresarial
	Reforço das parcerias com o terceiro setor
Na natureza dos programas implementados	Introdução e/ou reforço de programas de transferências monetárias
	Introdução de programas de tipo “produtivo” – capacitação e crédito popular
Na armação institucional das políticas <ul style="list-style-type: none"> • No sistema de financiamento • No sistema decisório • No sistema de supervisão e controles 	Descentralização do poder decisório e de recursos Delegação federativa de funções
	Ampliação e institucionalização da participação social

Fonte: DRAIBE (1998, p. 10)

Através da ilustração da autora, compreende-se que os marcos decisórios se deram tanto no eixo de mudanças na concepção, relação público/privada, natureza dos programas implementados e na armação institucional das políticas, quanto nos conteúdos institucionalizados acerca do destino de programas sociais no período pós-1988. Nesse

redesenho da institucionalidade da política de proteção social, as políticas de inclusão se formalizam principalmente no campo da garantia de renda quanto na oferta de serviços. Nesse contexto, as transformações se deram principalmente por meio do

(...) aparecimento das políticas voltadas para públicos específicos, de natureza transversal, que abriram um campo incontornável para o desenvolvimento de políticas inclusivas e, ao mesmo tempo, desconstrutoras de processos seculares de naturalização e reprodução da pobreza e da desigualdade. (JACCOUD, 2013, p. 283).

Somado a esse contexto, se destaca o desenvolvimento dos principais programas de inclusão sob os núcleos da descentralização político-administrativa, do reconhecimento da dimensão da equidade e justiça social na concepção política adotada na agenda pública e dos movimentos de participação social. Na evolução dos principais programas assistenciais o avanço se deu também na vinculação dos benefícios ao piso de um salário mínimo no âmbito da equivalência dos benefícios da população urbana e rural.

Durante o governo Collor (1990-1992) com ajustes econômicos via lógica neoliberal e de integração entre a economia nacional e internacional houve a retração das conquistas na área social em face do destino financeiro às despesas orçamentárias do Governo Federal (MATTEI, 2016).

Já no governo FHC sob a reforma do Estado e ajuste econômico diante do Consenso de Washington, o cenário é composto de

(...) por um lado, a concepção embasada na tradição universal que consagra os direitos à saúde, educação, previdência e assistência social como direitos inalienáveis dos cidadãos, tendo o Estado como portador desses benefícios e, por outro, a concepção neoliberal que enfatiza os princípios da seletividade e da focalização dos gastos públicos junto às camadas mais necessitadas da população. (ibidem, p. 7)

Em 1997 o contexto é marcado pelo acirramento dos níveis de pobreza no Brasil e através das primeiras experiências dos programas de transferência de renda isoladas a nível municipal a partir da experiência do Governo Federal com o Programa Comunidade Solidária em 1995 presidido pela então primeira dama Ruth Cardoso, marcado pela articulação e parcerias entre Estado e Organizações Não-Governamentais na esfera social.

Em relação às políticas de transferência de renda operacionalizadas em alguns países da América Latina, especificamente a partir da compreensão da pobreza e desigualdade enquanto fenômenos inerentes à expansão das sociedades capitalistas e não apenas como disfunções estruturais, Mattei (2016) e aponta que os programas de transferência de renda surgiram enquanto alternativa de redução da pobreza e no cerne posições de conciliar desenvolvimento e combate à desigualdade.

Diante das despesas da União atreladas ao alto custo social das ações dirigidas ao combate à desigualdade de renda e pobreza, o fortalecimento das ações de caráter focalizador encontram terreno fértil para a expansão de programas de transferências monetárias sobretudo no contexto da América Latina, que segundo Mattei (2016) materializou políticas através dos seguintes argumentos centrais:

a) os programas de assistência social normalmente não têm uma abrangência adequada, gerando, inclusive, distorções no atendimento do público prioritário; b) os programas de assistência social geralmente são ineficientes devido ao alto custo administrativo, levando à redução efetiva dos recursos destinados às famílias pobres; c) muitos programas sociais apresentam sobreposição de ações, além de metas difíceis de serem atingidas; d) a maior parte desses programas destina pouca atenção aos problemas estruturais da pobreza. (Ibidem, p.11)

Vale destacar nas considerações contemporâneas a partir dos anos 2000, o Programa Bolsa Família iniciado no Governo Lula em iniciado em 2003 que adquiriu grande importância no cenário dos programas sociais e no desenvolvimento de políticas sociais, no que tange ao enfrentamento da pobreza, acesso à educação e combate ao trabalho infantil (YAZBEK, 2012). Através da unificação dos programas anteriores de transferência de renda (Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação e Auxílio Gás), abordado por estudos empíricos como um dos programas de maior adesão nos índices de combate à pobreza e desigualdade de renda e mediante articulação entre as três esferas governamentais, surge no período de avanços da institucionalidade da política social, com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) em 2004 e, da consolidação da Norma Operacional Básica que implementa o Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS/2005).

É possível perceber na tabela abaixo o crescimento anual do número de famílias cadastradas e atendidas desde a operacionalização do Programa. O declínio em relação ao ano de 2015 refere-se à situação de aumento da demanda, porém com redução do atendimento para os enquadrados apenas como pobres e extremamente pobres (ibidem, p. 21).

Tabela 1 – Programa Bolsa Família

Anos	Número de Famílias Cadastradas	Número de Famílias Atendidas
2004	-	6.571.839
2005	-	8.700.445
2006	15.125.898	10.965.810
2007	16.819.976	11.043.076
2008	18.284.298	10.557.996
2009	19.288.559	12.370.915
2010	20.813.445	12.778.220
2011	22.265.418	13.352.306
2012	25.063.802	13.902.155
2013	25.800.472	13.841.665
2014	29.164.446	14.003.441
2015	27.325.069	13.936.791

Fonte: SAGI/MDS *apud* MATTEI, 2016, p. 21)

Destacado no contexto dos últimos cinco anos, o Plano Brasil Sem Miséria representa a continuidade de experiências significativas de implementação de programas sociais de enfrentamento da pobreza, através da adoção de novas dimensões do caráter multidimensional do fenômeno. O processo de formulação do Plano teve como destaque sua emergência em vista do cenário do ano de 2003 a 2010, marcado com a saída de 28 milhões de brasileiros da pobreza desde o início da gestão do Presidente Lula em 2003. “O binômio *elevação do emprego e distribuição de renda* havia sido o principal responsável pelo alcance de resultados positivos em um curto período de tempo”. (CAMPELLO E MELLO, 2014, p.36).

Os autores citados destacam nesse processo a convocação do Ministério de Desenvolvimento Social para o Plano diante do Censo IBGE do ano de 2010, o qual apresentava o diagnóstico mais recente sobre o perfil dos 16,2 milhões de extremamente pobres distribuídos pelo país todo.

Segundo seus dados, a extrema pobreza era majoritariamente negra (71%), concentrada na região Nordeste (60%) e composta por um percentual significativo de crianças e adolescentes de 0 a 14 anos (40%). Homens e mulheres estavam distribuídos de forma semelhante, embora as mulheres representassem um pouco mais da metade (51%). (*op cit*, p. 39)

Para o alcance da abrangência nacional enquanto eixo central do Plano, o processo de formulação partiu de algumas inflexões que provocaram novos rumos desde 2003 no

campo das políticas de inclusão social. As principais inflexões destacadas por Campello e Mello (2014) foram: estabelecimento de uma linha de extrema pobreza que passou a organizar a priorização que o Estado faria para incluir e apoiar a população extremamente pobre; o estabelecimento da meta de universalização das políticas voltadas para a pobreza, como no caso do Bolsa Família, que já havia chegado à grande maioria do público pobre e extremamente pobre, mas que ainda não tinha o claro comando de chegar a todos que tinham perfil e direito; a compreensão de que os mais pobres, exatamente pelo nível de exclusão, abandono, desinformação e isolamento, eram os que tinham menos condições de exigir seu direito a ter direito, construiu-se assim, um novo conceito segundo o qual passou a ser responsabilidade do Estado ir aonde a população pobre estava, a Busca Ativa; estabeleceu-se o patamar abaixo do qual não era mais aceitável ter nenhum brasileiro e, ao mesmo tempo, criou uma política para garantir esse direito, através da garantia de que nenhum brasileiro recebesse menos do que R\$70; e a criação do Cadastro Único para Programas Sociais para o mapeamento e garantia do acesso aos extremamente pobres (nordestinos, negros e crianças) (op cit, p. 34).

Sobre as mudanças de combate à pobreza e desigualdade no cenário brasileiro pós-2000 Brandão e Rezende (2016) destacam que a noção de bem-estar atrelada ao desenvolvimento de políticas e programas sociais “fomentou propostas de discriminação positivas em prol de grupos focalizados, os quais são priorizados em ações como a transferência de renda” (op cit, p. 312). Os autores destacam que, ainda que constitua um amplo significado, tal noção incorporada ao incentivo monetário, constitui acesso a bens e serviços públicos e a compra de artigos de consumo duráveis no cenário contemporâneo.

Nesse sentido, ainda que as políticas sociais de transferência de renda possuam orientações adotadas seguindo políticas internacionais de ajuste estrutural (através de organismos como o Banco Mundial) seguindo o caráter de focalização aos segmentos mais pauperizados com vistas também ao fortalecimento do mercado, não se pode negar o amplo alcance dos programas sociais no combate à pobreza no cenário brasileiro. Pochmann (2010) indica que entre 2003 e 2008, o rendimento médio familiar na base de distribuição de renda dos 10% mais pobres cresceu em média, 9,1% ao ano, enquanto que o rendimento médio familiar per capita dos 10% mais ricos cresceu 1,6%, em média. O principal fator, segundo Pochmann (2010) foi a política de aumento real do salário mínimo que permitiu injetar R\$ 1trilhão nos rendimentos de trabalhadores de salário de base, somente no período de 2003 a 2010.

A análise deste trabalho ecoa na compreensão das operações sobre o campo da infância e da adolescência no que tange às manifestações da questão social. Os efeitos são inúmeros quando destacamos as implicações no cenário de desigualdades sociais caracterizadas pela formação econômica, política, social e cultural do Brasil conforme os apontamentos acima.

Partindo das matizes da abordagem crítica marxista, compreendemos a “questão social” enquanto um conjunto de expressões oriundas da relação capital-trabalho no sistema capitalista predominante. Tal relação transita, portanto, nas esferas ideológica e política a partir dos impactos na vida dos sujeitos sobretudo no campo da garantia de direitos e no acesso às políticas públicas; constitui-se então da expressão mais elevada da exploração do capital sobre o trabalho, já que a produção da riqueza social é pública e sua apropriação privada (CASTEL, 1998 *apud* GUERRA, 2007).

Ainda segundo Pereira (2001) a “questão social”

Indica, [...], a existência de relações conflituosas entre portadores de interesses opostos e antagônicos [...], na qual os atores dominados conseguem impor-se como forças políticas estratégicas e problematizar efetivamente necessidades e demandas, obtendo ganhos sociais relativos. Foi com essa caracterização que a questão social surgiu na Europa no século XIX. [...] Por isso, a questão social é, de fato, particular e histórica. (PEREIRA, 2001, p.59)

No final do século XX as manifestações da questão social seguindo a contradição entre capital e trabalho, assumem suas expressões através na precarização do trabalho e do sistema de mundialização do capital conforme a análise de Castel (1998).

No que tange ao campo da infância e da adolescência a crise das relações trabalhistas e o processo de inserção nas dinâmicas sociais advindas das inovações das transformações econômicas os impactos são diretamente correntes na vida da população infanto-juvenil brasileira. Fatores ligados à escolarização, étnico-raciais, de gênero e aos locais de moradia vem definindo o destino de adolescentes sobretudo em relação ao mundo do trabalho e, no caso de jovens oriundos de camadas pobres os reflexos possuem maior magnitude. Muitos são inseridos na realidade prática das oportunidades próximas, principalmente dos seus locais de moradia, sujeitando-se, inclusive, às condições de exploração infantil.

1.4.1 Políticas de Inclusão dirigidas para crianças e adolescentes

Sabe-se que as políticas de inclusão social dirigidas a crianças e adolescentes foram desenvolvidas no contexto brasileiro a partir da relevância no cenário da agenda pública mediante a incorporação de necessidades amplas. Nesse rol, destacam-se no campo: o acesso ao mundo do trabalho, capacitação profissional, alimentação e nutrição, educação, proteção, entre outros. Dessa forma, o estudo se limita em destacar os avanços no campo da assistência social e combate à pobreza.

Os pressupostos que marcam o desenvolvimento de políticas sociais dirigidas a crianças e adolescentes na sociedade brasileira datam da consideração desse segmento social oriundo de camadas pobres da população, e em geral, que vivenciam processos de vulnerabilidades e exclusão social. Os paradigmas são clássicos, bem como as nomenclaturas utilizadas ao longo da história ao referir crianças e adolescentes como “menores” ou “meninos de rua” no contexto urbano nos anos oitenta, sobre os quais repousou a necessidade de intervenção pública. Diante dessa premissa os estudos apontam para uma história recente de proteção e reconhecimento das crianças e adolescentes enquanto sujeitos de direito no âmbito internacional a partir da elaboração da Declaração Universal dos Direitos da Criança promulgada pela Organização da Nações Unidas (ONU) em 1959 e a promulgação da Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança em 1989 aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas. O marco da Convenção trouxe avanços na agenda governamental durante o governo Collor com a criação do Ministério da Criança em 1989 e do artigo 227 da Constituição Federal, trazendo a concepção da doutrina de proteção integral em oposição ao conteúdo de “situação irregular” do Código de Menores de 1979 (ROSEMBERG e MARIANO, 2010).

A participação social no campo da infância e adolescência, enquanto nova dimensão apropriada no contexto das políticas sociais brasileiras, possibilitando o reconhecimento de novos atores no processo de formulação, execução e monitoramento das ações, se materializa também na criação do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) por meio da Lei nº 8.242, de 12 de outubro de 1991 com representação nos âmbitos estadual e municipal.

As políticas de inclusão dirigidas a criança e ao adolescente na contemporaneidade visam, nesse sentido, tanto a prevenção de riscos e vulnerabilidades quanto a proteção e garantia de seus direitos. As inovações a nível de proteção social

possuem como marco normativo a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990, que inclusive, passa a prever a necessidade de considerar outras premissas para a garantia dos deveres da família, da comunidade, da sociedade e do poder público. Outro destaque fundamental na aprovação do ECA refere-se à previsão dos Conselhos Tutelares no plano municipal a partir da extinção da Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (FUNABEM).

Sabe-se que a lógica comercial de acesso no mundo globalizado, além da transferência via seguridade social, no país marcado pela desigualdade social, o trabalho é apropriado enquanto principal fonte de renda. Brandão (2004) destaca que o Brasil passou pelo processo de precarização no mundo do trabalho, com o agravamento das desigualdades raciais e transformações profundas de acesso ao mundo do trabalho no contexto das periferias brasileiras nas últimas décadas do século XX. Com isso, o processo de globalização, cada vez mais excludente caracteriza o impacto na realidade social de crianças e adolescentes, materializado em níveis de escolarização insuficientes, intensificação das diversas formas de violência, dificuldade de acesso à capacitação profissional e consideráveis índices de trabalho infantil.

Em termos de desigualdade social, os indicadores mostram como esses índices interferem de forma direta nas condições fundamentais de vida de crianças e adolescentes, através do cenário principalmente em relação aos índices de evasão escolar, conflitos familiares, riscos de saúde e inserção no sistema socioeducativo. Nesse sentido, no contexto brasileiro pode-se compreender que as políticas públicas de inclusão de crianças e adolescentes foram desenvolvidas na transversalidade das diversas áreas, conforme a articulação, por exemplo, entre a política de educação, assistência social e saúde.

Dessa forma, as políticas públicas no Brasil destinadas às esferas da infância e adolescência vêm sendo desenvolvidas a partir da necessidade do reconhecimento de atenção a outras áreas, consideradas primordiais para que essas esferas possam ocupar um lugar de visibilidade na agenda pública. Ou seja, os indicadores que demarcam aspectos da desigualdade no campo das políticas públicas de inclusão de crianças e adolescentes perpassam aspectos acerca do fracasso escolar, desnutrição, mortalidade infantil, trabalho infantil e violência de todas as formas. É possível analisar esse aspecto na implementação de programas e governamentais e serviços articulados de forma intersetorial dirigidos às crianças e adolescentes que convivem com alguma situação de pobreza ou risco social.

Diante do movimento do escopo interventivo da política de assistência social no Brasil, a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) aprovada em 1993, trouxe à esfera

as políticas previstas para infância e adolescência a partir do reconhecimento enquanto um de seus objetivos o amparo às crianças e adolescentes carentes, previsto no Artigo 2º. Passa a ser incorporado também, nesse sentido, na área da assistência social o papel de entidades não governamentais, centros comunitários e instituições filantrópicas como parcerias e interlocutoras do Estado na execução de políticas públicas.

Outro marco foi a aprovação da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais em 2009 pelo Conselho Nacional de Assistência Social, que trouxe em seu conteúdo o direcionamento das ações a serem desenvolvidas no âmbito da infância e adolescência. Os principais serviços previstos são Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e o Serviço de Acolhimento Institucional.

Enquanto dimensão a ser aprofundada no próximo capítulo, vale destacar o campo do esporte enquanto categoria relevante no desenvolvimento de políticas de inclusão social de crianças e adolescentes no cenário brasileiro. Esse aspecto demarca o reconhecimento do cenário tanto internacional, como nacional da emergência de promoção de políticas com capacidade de provocar mudanças na realidade das crianças e adolescentes pobres provenientes das periferias. Destacam-se nesse âmbito, as experiências iniciais nos anos 2000 a partir da articulação entre o Conanda (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente) e o Ministério do Esporte na captação de recursos oriundos de doações por meio de depósitos em conta específica no Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente, conforme disposto no Art. 260 do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA e a partir da Resolução Nº94, de 11/03/2004.

CAPÍTULO 2: ESPORTE BRASILEIRO NA DIREÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Neste capítulo abordamos os aspectos relevantes acerca da construção do conteúdo político no contexto do desenvolvimento do campo esportivo. O esporte possui destaque na discussão por se tratar de um fenômeno social, imbricado no conjunto de interesses e disputas tanto no setor público quanto no âmbito privado. Portanto, as características assumidas nos diferentes contextos nos permitem compreender que além de se tratar de uma atividade de lazer o esporte é uma atividade social. Além de seu reconhecimento a partir do incentivo e propagação por meio de diferentes veículos ideológicos (mídia, lemas de clubes, entre outros), o campo esportivo vem ao longo da história demarcando novos atores e conceituando novas dimensões de intervenção. E

enquanto proposta deste trabalho, importa-nos destacar essa trajetória articulada aos conteúdos na perspectiva da inclusão social. Dentro destes apontamentos se destaca a institucionalidade de uma política pública nacional de fomento à prática esportiva no Brasil em nível do Governo Federal, sobretudo com importante evidência na primeira década do século XXI com incentivo ao esporte olímpico e paraolímpico mediante a ampliação de fontes de recursos e inserção de novos atores no âmbito da necessidade de formulação de políticas para o desenvolvimento do esporte, tanto na relação esporte e racionalidade econômica quanto a ampliação das manifestações do esporte participativo e educacional.

2.1 TRANSFORMAÇÕES NO CAMPO ESPORTIVO E A POLÍTICA NACIONAL DO ESPORTE

2.1.1 Esporte na história

Segundo Stigger (2005), existem duas abordagens diferenciadas acerca do surgimento do esporte conhecido enquanto atividade inerente ao desenvolvimento da história humana: a abordagem da continuidade e da descontinuidade. A primeira remete ao surgimento do esporte enquanto prática que perpassou diversas culturas, a partir da Antiguidade, sofrendo as transformações de acordo com contextos históricos específicos. Já a abordagem da descontinuidade privilegia o esporte enquanto fenômeno datado a partir da modernidade, seguindo as transformações da sociedade e do sistema capitalista, bem como as configurações de produção e distribuição de bens. Importante ressaltar que, longe de serem excludentes, ambas as abordagens contribuem para o aprofundamento da compreensão das formas assumidas histórica, social e economicamente do esporte enquanto fenômeno social.

Na sociedade moderna, o reconhecimento do esporte enquanto prática e acesso a diferentes dimensões da vida social para além do lazer nasce a partir das transformações advindas da Revolução Industrial, especialmente no tocante às relações desenvolvidas entre o trabalho e o direito do homem ao tempo livre. Linhales (1996) destaca que o processo de politização do campo esportivo, ao longo da história e das diferentes configurações socioeconômicas e políticas, foi capaz de incorporar um conjunto multifacetado de atores sociais e diferentes instituições. Os interesses incluem as ações do Estado, do mercado e de organizações sociais que, ao longo da formação do esporte enquanto fenômeno social, conjugaram as dimensões de legitimidade e autonomia na

construção de valores e na afirmação desse campo na vida social. Conforme afirma Bourdieu (1978),

(...) tudo permite supor que a probabilidade de praticar os diferentes esportes depende, em graus diversos para cada esporte, do capital econômico e, de forma secundária, do capital cultural e do tempo livre; isto por intermédio da afinidade que se estabelece entre as disposições éticas e estéticas associadas a uma posição determinada no espaço social e os lucros que em função destas. (BOURDIEU, 1978, p. 16).

O campo esportivo moderno, a partir das transformações advindas da Revolução Industrial, foi apropriado enquanto política governamental e teve sua gênese na relação entre esporte, Estado e Sociedade. Ainda que não seja o principal objetivo desse estudo aprofundar o processo de formulação da política nacional esportiva no Brasil, vale destacar a necessidade de levar-se em conta as contradições dos setores envolvidos historicamente e os interesses no jogo político na construção do arcabouço normativo e no desenvolvimento de ações governamentais, uma vez que, a literatura remete o esporte enquanto campo de disputa entre diferentes atores, entre eles, o Estado.

Outro elemento que contribui para o estudo acerca do reconhecimento do esporte refere-se ao conceito de lazer, que possui amplo significado no conteúdo cultural e na produção das Ciências Sociais e da Filosofia, a partir da transformação socioeconômica advinda do capitalismo, especialmente nos estudos acerca da consideração do *homo ludens* sobre o *homo faber* no contexto pós-revolução industrial (Marcellino, 1996). Acerca da caracterização do conceito, a apropriação do tempo na organização laboral na sociedade em que o trabalho ocupa a atividade principal dos sujeitos, foi fundamental da associação do “tempo-livre” necessário ao desenvolvimento de outras atividades da vida social. Marcellino (1950) destaca ainda que no Brasil os estudos mostram que o reconhecimento do lazer enquanto atividade do *homo ludens* obteve expressão a partir do processo de apropriação dos avanços no campo do proletariado, principalmente a partir da ocupação desse segmento nas áreas urbanas.

Em relação à dimensão teórica acerca do fenômeno do esporte e do lazer, os estudos apontam desde o desenvolvimento da Educação Física, Antropologia e a abordagem sociológica do esporte. Sendo assim, cabe neste estudo, destacar que, a trajetória do acesso ao esporte, bem como sua formação na modernidade, foi perpassada ao longo do século XIX pelas relações de poder desempenhadas pela parcela da população que através do tempo livre obtinha espécie de proeza e façanha (Veblen, 1974). Segundo o estudo no âmbito econômico de Veblen, o consumo improdutivo do tempo destinado a

uma parcela específica da sociedade moderna, denominada por “classe ociosa”, possui através do consumo de qualquer bem o prestígio social. Portanto, ter “tempo livre” significava ter poder e distinção dos demais segmentos sociais.

Especificamente no distanciamento das atividades nas modernas sociedades industriais, considera-se como lazer

Ocupações não-industriais (ligadas a proeza), a política, o espetáculo, a guerra, o domínio das boas maneiras, o domínio de línguas, e outros hábitos que possam atestar que o indivíduo dispensa tempo e dinheiro, aprimorando suas habilidades em ocupações que são consideradas dignas, na medida em que resulta em utilidade para o agente, o aumento do conforto físico, que o consumo de bens proporciona (CAVICHIOLO, SOUZA, CHELUCHINACK, 2006, p. 113)

Até o século XIX o esporte foi apropriado apenas na esfera privada em vista da ausência de representatividade social e importância econômica. Já na primeira metade do século XIX diante do cenário de direito ao tempo livre pelo proletariado, ficava em evidência o receio da classe burguesa em como esse novo tempo seria utilizado pela classe operária, culminando assim, na tentativa de exercer certo controle sobre esse tempo dos trabalhadores até início do século XX (CAVICHIOLO, SOUZA, CHELUCHINACK, 2006).

O cenário apresenta certas mudanças a partir das primeiras décadas do século XX diante das transformações econômicas, principalmente nos países de sistema democrático através da criação de leis que induzissem a necessidade de importância do esporte sob o aspecto ufanista, em vista das ondas nacionalistas vinculadas às guerras mundiais e à ascensão do nazi-fascismo. O mesmo desenvolvimento não ocorreu em países com sistemas menos democráticos, nos quais o esporte inicialmente foi utilizado enquanto indicador ideológico, voltado à projetos políticos nacionais (BUENO, 2008). Sobre este aspecto a realização de megaeventos esportivos, principalmente a Copa do Mundo de Futebol, Jogos Pan-Americanos e os Jogos Olímpicos e Paralímpicos, representam essa dimensão da onda nacionalista da capacidade dos países em sediar um evento de tamanha proporção no âmbito internacional e na disputa pelo legado esportivo.

Alguns assuntos de relevância pública e internacional vêm sendo ao longo da história apropriados no cenário principalmente da realização dos Jogos Olímpicos, através do destaque de temas considerados de emergência não somente do âmbito nacional, mas sobretudo na formação de uma onda de unidade entre os países. Em 1936 o destaque da vitória de um americano negro não ofuscou as intenções do governo nazista alemão de reforçar os jogos enquanto grande símbolo em seu regime. No ano de 1968 a

efervescência dos Jogos no México acompanhou os movimentos estudantis e dos trabalhadores na França, o período militar brasileiro, o assassinato do líder do movimento negro americano Martin Luter King, e a expulsão de dois atletas corredores campeões por demonstrarem gestos do Movimento Panteras Negras². Já em 1980 tem-se o boicote nas Olimpíadas de Moscou diante da tamanha tensão política em meio ao acontecimento da Guerra Fria. Por fim, no último evento Olimpíadas Rio-2016 ficou visível a manifestação política contrária à realização do megaevento, com a passagem da tocha olímpica apagada em alguns locais.

No cenário internacional a partir da década de 1960 inicia o movimento europeu de crítica à valorização alto grau de competição no esporte, com a produção de documentos representativos que conduziram mudanças no pensamento esportivo. A crítica percorreu durante a década seguinte, através de atores intelectuais que apontavam a necessidade de apropriação dos aspectos escolar e de participação do esporte. Na comunidade internacional, o documento “Manifesto Mundial do Esporte” divulgado em 1964 pelo *O Conseil Internationale d’Education Physique Et Sport* – CIEPS vinculado à UNESCO trouxe a crítica ao esporte de alto rendimento através da divisão do esporte enquanto fenômeno social direcionado para três áreas a fim de permitir o acesso de pessoas comuns: 1) esporte na escola, esporte escolar, esporte educacional ou esporte-educação; 2) esporte participação, esporte de lazer ou esporte de tempo livre; 3) esporte de alto rendimento, esporte de alta competição ou esporte-performance (BUENO, op. cit. p. 15). Este documento, portanto, inicia a categorização do esporte que foi adotada inclusive durante o período militar no Brasil no desenvolvimento das políticas públicas no campo esportivo. Esse marco será destacado no estudo acerca de sua importância no desenvolvimento de Projetos Sociais Esportivos.

A elaboração Carta Europeia do Esporte para Todos em 1975 pelo Conselho da Europa, sob o viés de tornar o esporte enquanto prática universal foi outro marco, pois outros países europeus e da América Latina desenvolveram ações que configuraram um processo conhecido por massificação do esporte.³ Segundo Cavalcanti *apud* Linhales (1996) a Carta foi decisiva no direcionamento das ações que passaram a ser estendidas a outros segmentos sociais.

² Grupo de americanos que lutavam pelos direitos da população negra em meados da década de 1960.

³ Para aprofundamento desse período ver LINHALES, MeilyAssbú. *A trajetória política do esporte no Brasil: interesses envolvidos, setores excluídos*. Dissertação de Mestrado em Ciência Política da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, 1996.

Composto por oito artigos, a Carta coloca essa atividade no mesmo patamar que os direitos sociais a que devem ter acesso os indivíduos na sociedade. O esporte ganha aí status similar à educação, saúde e demais direitos fundamentais do cidadão. Dentro dessa nova perspectiva, o documento aponta para a necessidade de aplicação de parte dos recursos públicos para a promoção do acesso de todos ao esporte, incluindo o mesmo nas agendas das políticas públicas do país, como pode ser constatado no conteúdo do Artigo 2 deste documento: “O esporte, enquanto fator importante de desenvolvimento humano, deve ser encorajado e apoiado de modo apropriado pelos fundos públicos”. (MAIA, 2006, p. 2)

O Manifesto do *Fair Play* editado em 1975 trouxe a relevância da prática esportiva com respeito na convivência com as diferenças demarcando o desenvolvimento do esporte enquanto mecanismo também de inclusão social e estratégia de combate aos diferentes segmentos no que tange às desigualdades em diferentes países. O desenvolvimento do campo esportivo via ações privadas e posteriormente a partir de políticas públicas direcionadas ao segmento do esporte e lazer já no final da década de 80 demarcado ao longo da história pela associação entre promoção da saúde e inclusão de segmentos populacionais pobres e residentes de áreas de vulnerabilidades e carência da ação governamental no acesso ao esporte enquanto lazer. A categorização em três áreas trouxe a necessidade de universalização do esporte quanto um arcabouço normativo de incentivo ao reconhecimento do esporte na agenda pública brasileira promovendo uma estratégia concreta governamental da relação do esporte com as mazelas sociais na agenda pública brasileira.

Linhales (1996) destaca que o campo do esporte no Brasil possui sua trajetória incorporada ao desenvolvimento de ações na esfera pública através da implementação de políticas sociais nas áreas da saúde e educação. Talvez essa seria a dificuldade de seu reconhecimento no campo dos direitos sociais e em sua construção enquanto política pública. Ou seja, o período efervescente da abertura democrática em meados da década de 1980 e o desenvolvimento das políticas sociais principalmente da educação e da saúde trouxe uma tímida visibilidade do esporte, porém enquanto um subcampo e elemento metodológico das ações.

O período inicial da década de 1990, diante do contexto de retração das políticas públicas de acesso universal e lógica do encurtamento das ações estatais mediante o processo de adoção político-econômica da valorização da lógica privada observa-se o desenvolvimento de projetos esportivos direcionados para segmentos sociais isolados, como os destinados às crianças e adolescentes moradores de áreas pobres no

enfrentamento das expressões da questão social. Sob essa perspectiva entram em cena as fundações, empresas privadas e iniciativas pessoais isoladas demarcando um período do boom dessas propostas.

2.1.2 Desenvolvimento do Esporte na agenda pública brasileira

O esporte contemporâneo é demarcado pela I Reunião de Ministros do Esporte em Paris (1976) que introduziu diretrizes para o rompimento da perspectiva do esporte apenas como alto rendimento, com incentivo a sua abrangência para pessoas de diferentes idades, segmentos sociais e disposições físicas. A Carta Internacional de Educação Física em 1978 da UNESCO representou o reconhecimento do esporte sob a dimensão universal para os seguintes marcos normativos dos países, entre estes o Brasil.

Nesse sentido, entre as diversas dimensões, faz-se importante compreender a trajetória da construção do campo esportivo nas especificidades da dimensão da *polity*⁴ no caso brasileiro, ou seja, a partir das mudanças jurídico-institucionais. Uma via analítica se constitui no desenvolvimento do esporte apropriado enquanto campo burocrático e político no processo de atuação do Estado brasileiro. Os elementos apresentados convergem para o entendimento acerca da tardia construção do corpo próprio de instituições e leis direcionadas ao esporte no Brasil, que somente em 2003 consolida um ministério próprio na área. Deve-se ainda nesta análise considerar o advento do jogo político na construção do esporte como direito social.

Na concepção de Flexor & Leite (2006) entendemos que “políticas públicas são resultado de um processo político que busca alinhar as preferências dos agentes com os interesses das organizações e instituições” (ibidem, 2006, p. 4). Os autores consideram o jogo político enquanto arena de sequências de temas e áreas que em dado momento/dependendo do contexto serão mais ou menos levados em questão. Flexor & Leite (2006) desenvolvem alguns aspectos tanto no que tange à questão teórico-metodológica no estudo de análise de políticas públicas quanto um esquema próprio de interpretação do processo decisório das políticas. Vão apontar a necessidade de algumas dimensões nos estudos sobre políticas públicas, destacando na dimensão histórica e

⁴ Segundo Frey (2005), a literatura inglesa acerca do campo científico de análise de políticas públicas a partir da Ciência Política compreende três dimensões: *policy*, *politics* e *polity*. *Policy* refere-se às instituições políticas; *Politics* diz respeito aos processos políticos frequentemente de caráter conflituoso; E pode-se compreender por *polity* a ordem do sistema político e a estrutura institucional de dado processo político.

institucional “o modo pelo qual as instituições atribuem a certos grupos ou interesses um acesso desproporcional ao processo de decisão” (ibidem, 2006, p. 7). Tal análise nos permite compreender a composição das estruturas que compõem o setor esportivo na esfera pública.

No caso brasileiro, é durante o contexto do Estado Novo varguista que se verificam as primeiras iniciativas estatais dirigidas ao campo esportivo. Com o Decreto-Lei 3.199/41, a lógica do aparelhamento disciplinar/corporativo prevalece somado à prática eugênica desempenhada não somente pela medicina social. A Constituição de 1937 outorgada na instituição do Estado Novo trouxe a Educação Física como ator importante no processo de apropriação do discurso higienista e eugênico do Estado sob a lógica de melhorar a capacidade de defesa da Pátria bem como, a manutenção da força de trabalho e homogeneização da raça (CASTELLANI FILHO L, 1999).

Manhães (1986) destaca os discursos da disciplina, o discurso nacionalista e o discurso moral e cívico que demarcou a intervenção estatal no período, que direcionou a organização do campo esportivo a partir da lógica do engrandecimento do povo-Nação. O aspecto disciplinar aparece ainda como principal elemento que conduziu nesse período a intervenção do Estado a partir da ordem dominante vigente, via determinação por decretos e leis. Daí a dimensão política da *polity* destacada anteriormente.

A aprovação do Decreto-Lei 3.199/41 teve interferência direta na estruturação do esporte no Brasil. Segundo Starepravo (2011, p.192), essa contribuição se deu através de três aspectos básicos: a regulamentação das entidades esportivas, a definição da função do Estado brasileiro frente ao esporte e a indicação de como administrar as práticas esportivas.

Outro elemento a considerar refere-se às diferentes forças integrantes ao Estado que desenvolveram iniciativas e ações públicas no setor esportivo através da institucionalização da Educação Física no setor educacional pelo Ministério da Educação e Saúde no período varguista.

Linhaes (1996) aponta que a relação do Estado no campo esportivo manteve-se baseada no personalismo sob o modelo populista e corporativo por quase 40 anos estendendo-se ao período pós-1945 até 1964. Como destaca Carvalho (1995) o período – associado ainda a fortes estruturas herdadas do Estado Novo - inaugura um processo de abertura política da participação da massa urbana via tutela do Estado com bases paternalistas.

O destaque nesse período está na ausência de mobilização de setores para a justificação da intervenção estatal. Ou seja, ainda que seja possível considerar certa pluralidade do setor esportivo por meio de grupos e agremiações esportivas, as principais disputas de poder e conflitos giravam em torno de questões internas aos setores de base, que davam um caráter autônomo ao campo esportivo. Portanto, o processo de intervenção estatal não ocorreu a partir de demandas por parte da sociedade ou de setores de mobilização, e sim, a partir de transformações do interior da estrutura estatal (LINHALES, 1996).

As modalidades esportivas ganhavam peso e incorporação na esfera pública a partir da composição tutelar e de barganha. Assim, percebe-se o futebol como modalidade de destaque através da relação de clubes com representantes governamentais, bem como a obrigatoriedade desses atores em eventos esportivos. Os dividendos da barganha política evidenciavam-se em troca de votos e apoio eleitoral, materializando a concessão de áreas públicas para construção de estádios e estabelecimentos de clubes esportivos (LINHALES, op. cit.).

A oficialização do esporte significou colocá-lo a serviço da Nação e não a serviço dos cidadãos. Nesse sentido, as prioridades concentravam-se no desenvolvimento do esporte seletivo e de alto rendimento, o que, em termos gerais, significou o desencadeamento do processo de exclusão que caracterizará o esporte brasileiro promovido pelo Estado (LINHALES, 1996 *apud* STAREPRAVO, 2011).

Conclui-se, portanto, que o período democrático-populista abordado acima, por um lado compreendeu certa massificação do esporte, por outro configurou a relação Estado-esporte marcada pelos elementos inerentes ao contexto político abordado.

A partir de 1964 tal relação se manteve diante dos interesses particularistas no setor esportivo e, somado aos projetos de modernização, o esporte representou no campo simbólico um forte componente de reforço ao controle da ditadura militar. Sob esse contexto antidemocrático, Linhales (1996) salienta que foi marcado por avanços na dimensão legislatória do setor esportivo, diante da combinação entre o estilo tecnocrático esportivo e a burocracia estatal. Percebeu-se a relação entre Estado e esporte através da adoção da forte presença de princípios como hierarquia, ordem, disciplina, ou seja, aspectos valorativos muito bem vistos nesse período político, pilares das atividades esportivas.

A dimensão *politics* a partir do processo político do setor esportivo foi demarcada pelas disputas. Entre os objetivos e propostas foi realizado o "Diagnóstico da Educação

Física e Desportos no Brasil", ação realizada pela Divisão de Educação Física do MEC e o IPEA. do então Ministério do Planejamento e Coordenação Geral. Esse diagnóstico apontava para uma legislação ultrapassada e apresentava sugestão geral de mudanças no setor. Os resultados divulgados em 1971 trouxeram três grupos: a) crescimento da importância do setor esportivo entre 1964 e 1970 principalmente nos estados e municípios mais adiantados onde também é maior a destinação de recursos; b) distorções regionais e setoriais que privilegia o quantitativo ao qualitativo tanto em termos da formação de mão de obra técnica quanto da produção de equipamentos e material esportivo; c) deficiências qualitativas no setor educacional, na função de transmissão de conhecimento, no relacionamento dos diferentes elementos organizacionais (BUENO, 2008, p. 134-135).

A expansão da dimensão social do esporte a partir do movimento “Esporte para Todos” com a experiência da Noruega em 1975, foi o elemento importante que demarcou o esporte de massa com participação voluntária da população, com significativa expressão crítica à primazia do esporte educacional e de alto rendimento.

Tratando-se, portanto, de um período autoritário, de fortalecimento do setor privado e o caráter altamente centralizado da intervenção estatal, o que nos interessa destacar da década de 1970 é a exposição da necessidade de mudanças processuais no setor esportivo a partir da atuação estatal. Entretanto, não podemos dizer em alterações, apenas reparos legais e restritos à Educação Física, mesmo com a promulgação da Lei Federal 6.251/75⁵, conforme aborda Linhales (1996).

A intervenção do Estado no campo esportivo já no contexto do processo redemocrático brasileiro conforme aponta Tubino, (2010, p. 31), configura-se através das seguintes dimensões: a) formulação da Política Nacional do Esporte; b) fomento ao Esporte Social; c) mediação no Esporte de Rendimento, tratando: - da violência/segurança - da responsabilidade civil - do doping/ilícito - dos estímulos às representações nacionais - incentivos à cooperação da iniciativa privada; d) Desenvolvimento da infraestrutura (instalações, equipamentos, planos etc.); e) Desenvolvimento de recursos humanos; f) Fomento das Ciências do Esporte.

Transformado em fenômeno mundial capaz de unir países e incentivar o setor econômico (através de negociações de atletas, vendas de produtos, marketing empresarial, etc.), o esporte a partir de seus valores e crenças possui a capacidade de

⁵ A Lei Federal 6.251 promulgada em 1975 dispunha acerca do Plano Nacional de Educação Física e Desportos.

mover questões que demandam intervenção estatal, em setores em que o Estado é chamado a intervir. Por exemplo, saúde, discriminação étnico-racial e desigualdades sociais.

Assim, o reconhecimento do esporte enquanto política pública, e portanto, de acesso a todos os brasileiros prevista no artigo 217 da Constituição de 1988, trouxe pela primeira vez à esfera pública a consolidação de ações a nível da descentralização político-administrativa. Ou seja, ainda com a criação do Ministério do Esporte e do Turismo no governo FHC, tendo como Ministro Extraordinário do Esporte Edson Arantes do Nascimento, mais conhecido como o ex jogador de futebol Pelé, passa-se a prever ações com responsabilidades nos três níveis de governo. É importante destacar que ficaram previstas inicialmente três dimensões de atividades esportivas com vias à sua abrangência: esporte educacional, esporte escolar, esporte lazer e esporte de rendimento.

Em relação à esfera do Executivo, em 1985 foi instituída a Comissão de Reformulação do Desporto” sob a incumbência de propor caminhos e reformulações ao setor esportivo brasileiro. O primeiro trabalho apresentado da Comissão foi o Relatório Conclusivo composto por 80 indicações agrupadas em 6 grupos temáticos: reconceituação do esporte e sua natureza; redefinição do papel dos diversos segmentos e setores da sociedade e do Estado em relação ao esporte; mudanças jurídico-institucionais; carência de recursos humanos, físicos e financeiros, comprometidos com o desenvolvimento das atividades esportivas; insuficiência de conhecimentos científicos aplicados ao esporte; imprescindibilidade da modernização de meios e práticas do esporte. (LINHALES, 1996, p. 173-174).

Ao analisarmos a conjuntura no período posterior à Constituição de 1988, em que trouxe o esporte como direito social em seu artigo 217, é possível compreender que com a reforma administrativa promovida no governo Fernando Collor de Mello e a criação da Secretaria de Desportos da Presidência da República, trouxe a separação entre educação Física e o esporte como setores diferenciados. O processo de tramitação da Lei Zico a partir da nomeação do ex jogador de futebol Arthur Antunes Coimbra (Zico) à presidência da Secretaria, segundo Starepravo (2011), propunha no texto a desvinculação do esporte do Estado e a liberdade de organização e gestão esportiva como principais mudanças, entre outras. Com a extinção da Secretaria no governo Itamar Franco após o impeachment do presidente Collor de Mello, o setor passou a ser direcionado pelo Ministério de Educação e do Deporto. A aprovação da lei foi trouxe um marco na trajetória da relação governamental com o setor esportivo pois privilegiou interesses das iniciativas privadas

que antes ficariam sob responsabilidade do Estado, ficaram facultados a clubes e entidades ligadas à administração esportiva a atuação como sociedades com fins lucrativos alocados do segmento do esporte de alto rendimento. Por certo, o que se pode destacar é o reconhecimento do esporte através da Lei Zico, em três manifestações: esporte educacional, esporte de participação e esporte de alto rendimento.

O setor educacional representou uma esfera de continuidade de incentivo governamental ao alto rendimento, ou seja, embora tenha contado com mudanças institucionais e criação de leis, a lógica piramidal com o topo do esporte de alto rendimento com incentivo público ao Desporto Educacional e de Educação Física. Como constata Linhales (1996) o direcionamento de ações para o setor da infância e adolescência com vistas à massificação do esporte, não garantiu as diretrizes importantes ao setor esportivo enquanto política pública, visto que, educação e esporte já se configuravam distintamente. Observou-se ainda, grande investimento de iniciativas privadas incorporado à estrutura hierarquizada no esporte de alto rendimento, considerando o avanço da lógica neoliberal e entrada das empresas estrangeiras com forte interesse e atuação no mercado futebolístico brasileiro principalmente.

Com a promulgação da Lei Pelé (Lei nº 9.615 de 24 de março de 1998) influenciada pela nomeação Ministro Extraordinário de Esportes Edson Arantes do Nascimento (Pelé) no governo Fernando Henrique Cardoso, ficou revogada a Lei Zico, porém boa parte do conteúdo da redação anterior foi mantida. Uma das modificações importantes foi a extinção do passe do jogador profissional de futebol (Brasil, 1998). Além das mudanças a nível dos debates no Congresso Nacional pelos pontos polêmicos trazidos pela Lei Pelé, a mesma passou por diversas alterações durante o governo Fernando Henrique Cardoso, o qual foi marcado também pela criação de programas com direcionamento para o esporte nas escolas e nas comunidades e apoio ao esporte de alto rendimento (STATREPRAVO, 2011).

A tabela abaixo nos mostra de forma superficial a instabilidade institucional dos órgãos federais no Brasil direcionados ao setor esportivo, ora com grandes mudanças em períodos curtos.

Tabela 2 - Estrutura institucional do esporte a nível federal

Órgão	Vinculação	Período
Divisão de Educação Física	Ministério da Educação e Cultura	1937-1970
Departamento de Educação Física e Desportos	Ministério da Educação e Cultura	1970-1978
Secretaria de Educação Física e Desporto	Ministério da Educação	1978-1989
Secretaria de Desportos da Presidência da República	Presidência da República	1990-1992
Secretaria de Desportos	Ministério da Educação	1992-1995
Secretaria de Desportos do Ministério da Educação ¹	Ministério Extraordinário do Esporte	1995-1995
Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto	Ministério Extraordinário do Esporte	1995-1999
Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto	Ministério do Esporte e Turismo	1999-2000
Secretaria Nacional de Esporte	Ministério do Esporte e Turismo	2000-2002
Ministério do Esporte	-	>2003

Fonte: Ministério do Esporte *apud* Almada (2016, p. 28)

2.1.3 A política Nacional do Esporte a partir dos anos 2000

Durante o processo de transição do governo FHC para o governo Lula previa-se a por um lado a extinção do Ministério do Esporte e Turismo com a divisão das pastas do esporte para o novo Ministério de Juventude, Lazer e Esporte e o turismo para o Ministério de Desenvolvimento. Por outro lado, as propostas de programa do governo Lula para o setor do esporte e lazer que já haviam sendo discutidas no ano anterior pelo Setor Nacional de Esporte e Lazer do Partido dos Trabalhadores (PT), segundo a análise de Starepravo (2011) não apareceram relevantes pelo grupo central do partido. A criação de um Ministério próprio, portanto, ocorreu dias antes em vista também do impasse de separação ou não entre as pastas do esporte e turismo por conta do seu condicionamento ao aceite do partido PCdoB que até então, não havia sido contemplado ainda no novo governo.

Com a nomeação para Ministro do Estado de Esporte do deputado federal Agnelo Queiroz (Pc do B – DF), autor do Projeto de Lei Bolsa-Atleta, o período inicial do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (Lula) já demarcava mudanças direcionadas à destinação de recursos federais para o setor esportivo. O PL nº 2.556/2000 de autoria do deputado federal Pedro-Piva (PSDB-SP) transformada posteriormente na Lei 10.264 de 16 de julho de 200, conhecida como Lei Agnelo-Piva, acrescentou a destinação de recursos dos concursos de prognósticos e loterias federais para o Comitê Olímpico do Brasil (COB) e o Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB).

É possível compreender que as ações implementadas ao longo do governo Lula contemplaram um arcabouço de transformações que já se apresentavam como demandas do setor ainda não consideradas e, apresenta-se como um período de grande importância. Entre as necessidades iniciais acatadas pode-se destacar a criação do Estatuto do Torcedor (Lei 10.671 de 2003) e a Lei de Moralização dos Clubes (Lei 10.672 de 2003).

O governo que compreendeu a primeira década dos anos 2000 trouxe perspectivas de caráter mais democratizante, um fato importante foi a realização das primeiras Conferências Nacionais do Esporte, que ocorreram em 2004 e 2006. Consideradas como dispositivos da agenda de participação e mobilização social entre governo e segmentos da população e do setor esportivo, as Conferências Nacionais trouxeram prerrogativas importantes ao período. Sendo assim, configuram também espaços de decisões e disputas políticas distintas e dispositivos de formulações da agenda política do setor, fato que aparece no conteúdo dos eixos de discussão. Neste sentido, Caltelan (2011) analisa que a I Conferência Nacional do Esporte ocorrida no governo Lula em 2004 trouxe em seu conteúdo a criação da Política Nacional do Esporte e a Lei de Incentivo ao Esporte⁶, esta última aprovada somente em 2006. Foi criada ainda no mesmo ano através da Lei nº10.891 de 9 de julho de 2004 a Bolsa Atleta, que entre 2009 e 2015 representou um total de R\$553.213.500,00 de investimento⁷ do Governo Federal.

O documento “Política Nacional do Esporte” publicado em 2005 designou as atribuições da pasta em:

O Ministério do Esporte é responsável por construir uma Política Nacional de Esporte. Além de desenvolver o esporte de alto rendimento, o Ministério trabalha ações de inclusão social por meio do esporte, garantindo à população brasileira o acesso gratuito à prática esportiva, qualidade de vida e desenvolvimento humano. (ME, 2008C)

Já a II Conferência Nacional do Esporte realizada em 2006 trouxe no conteúdo dos eixos de debate a criação do Sistema Nacional do Esporte com ênfase na

⁶ A Lei de Incentivo ao Esporte (Lei nº 11.438 de 29 de dezembro de 2006) regulamentada pelo Decreto 6.180 de 2007, permite que empresas e pessoas físicas invistam parte do que pagariam de Imposto de Renda em Projetos Desportivos e Paradesportivos aprovados pelo Ministério do Esporte. As empresas podem investir até 1% desse valor e as pessoas físicas, até 6% do imposto devido. Vale destacar que no ano de 2016 está em tramitação no Congresso Nacional o Projeto de Lei 364/2015, que estende o prazo da Lei de Incentivo ao Esporte até o ano de 2028. Outro marco é o Projeto de Lei 130/2015 do deputado João Derly (REDE-RS) que prevê que pessoas jurídicas possam direcionar até 3% do imposto devido para projetos esportivos aprovados por meio da Lei de Incentivo ao Esporte.

⁷ Dados da Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento divulgados no site <http://livre.jor.br/em-cinco-anos-dobra-numeros-de-beneficiados-com-bolsa-atleta/>

municipalização, com o objetivo de “consolidar a Política Nacional do Esporte, bem como criar mecanismos que garantam a execução e acessibilidade da mesma em todas as esferas da federação” (Brasil, 2006 *apud* Caltelan, 2011). Outra inovação refere-se ao conceito de lazer reduzido ao esporte recreação e participação Deve-se, portanto, destacar que o Plano plurianual 2004 - 2007 do governo Lula intitulado “Um Brasil para todos: crescimento sustentável, emprego e inclusão social” contemplou as prerrogativas destinadas nas primeiras Conferências Nacionais do Esporte, compreendidas como marcos fundamentais na construção de uma política nacional no campo esportivo.

A construção da Política Nacional do Esporte, definida enquanto campo de atuação do Estado juntamente com os níveis subnacionais possui ênfase a partir do acontecimento das Conferências Nacionais e do Plano Plurianual do governo Lula de 2004-2007. No segundo mandato do mesmo governo, foi realizada em 2010 a III Conferência Nacional do Esporte, espaço no qual foi formulado um documento que engloba um conjunto de políticas públicas por meio de um plano decenal. Tal conjunto priorizou dez linhas estratégicas do governo: Sistema Nacional de Esporte e Lazer; Formulação e Valorização Profissional; Esporte, Lazer e Educação; Esporte, Saúde e Qualidade de Vida; Tecnologia e Inovação; Esporte de Alto Rendimento; Futebol; Financiamento do Esporte; Infraestrutura Esportiva; e Esporte e Economia. O conteúdo de cada linha estratégica contemplou ações desde ampliação das ações até a previsão de ampliação orçamentária para a pasta⁸. (ANDRADE E MONTEIRO, 2010). Portanto, é possível compreender um avanço das ações governamentais, principalmente com a criação de Secretarias Nacionais seguindo cada uma das manifestações esportivas reconhecidas no Brasil.

Dando continuidade, no governo Dilma através do PPA 2012-2015 “Mais Brasil” houve desenvolvimento dos programas esportivos já implementados, novas fontes de financiamento e ordenamentos legais para modernização do esporte, bem como, ações dos espaços democráticos de participação, como as Conferências já citadas. A partir de 2007 observa-se a realização dos principais megaeventos mundiais no país, entre eles, a Copa do Mundo FIFA 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016.

⁸ Entre as ações da Política Nacional do Esporte, a linha estratégica “Esporte, Lazer e Educação” prevê a ampliação do Programa Esporte e Lazer na Cidade (PELC) em todos os municípios brasileiros e o Programa Segundo Tempo em todas as escolas públicas brasileiras de educação básica, profissionalizante e universitária. (Andrade e Monteiro, 2010).

O Sistema Nacional do Esporte na atualidade criado a partir da III Conferência Nacional compreende um arcabouço político-institucional no qual são caracterizados os níveis de atendimento, os serviços a serem ofertados e os responsáveis pela execução das diretrizes, seja em âmbito das entidades públicas – União, Estados e Municípios; e define a estrutura e o funcionamento do esporte no Brasil seja em colaboração com as entidades privadas.

Desde 2010 o Ministério do Esporte possui sua atribuição institucional através de Secretarias Nacionais e Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem (ABCD).

A Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social desenvolve os principais programas e projetos: Segundo Tempo, Esporte da Escola, Esporte e Lazer da Cidade e atividades através da Rede CEDES (Centro de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer)⁹. Já a Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento desenvolve e direciona as ações do Plano Brasil Medalhas, Rede Nacional de Treinamento, Centro de Iniciação ao Esporte – CIE, Bolsa Atleta e Jogos Escolares. Outro elemento institucional refere-se à Secretaria Nacional de Futebol e Direitos do Torcedor criado em 2011 que desenvolve incentivo às medidas de segurança dos torcedores. Por fim, vale destacar a Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem (ABCD) enquanto elemento inovador à Política Nacional do Esporte na atualidade a fim de consolidar a consciência antidopagem e defender no âmbito nacional, o direito fundamental dos atletas de participarem de competições esportivas livres de quaisquer formas de dopagem.

Ao observamos o desenvolvimento de políticas públicas direcionadas à universalização do esporte na última década, e, inclusive a partir dos estudos desenvolvidos pela Rede CEDES as mudanças ocorridas na agenda pública vem viabilizando novos termos normativos de incentivo e concretude no campo esportivo. Os resultados consequentes desse processo apontam para um grande avanço da política pública esportiva sob o esforço de atores e movimentos no desenvolvimento da expansão popular de acesso ao esporte. No último megaevento de dimensão mundial realizado no mês de agosto no Brasil, Olimpíadas Rio-2016, por exemplo, foi registrado que 77% dos atletas brasileiros que competiram nas diferentes modalidades são beneficiados pelo Programa Bolsa-Atleta. Vale destacar sob o incentivo público do esporte de rendimento no Brasil que, mais conhecido como um programa, o Bolsa-Atleta é uma ação

⁹ Formado por estudos balizados por referenciais teóricos originários das ciências humanas e sociais, a Rede Cedes, opera por meio da interlocução com grupos de pesquisa vinculados às Instituições de Ensino Superior, públicas e privadas sem fins lucrativos (Ministério do Esporte, 2016).

orçamentária de execução, ou seja, uma política incluída no Plano Plurianual do Governo Federal de 2012-2015 (PPA 2012-2015) e mantido no Plano Plurianual de 2016-2019 vinculada ao Programa Temático “Esporte, Cidadania e Desenvolvimento”. No último Plano Plurianual aprovado (PPA 2016-2019) a principal meta em relação ao Programa refere-se a manter anualmente a contemplação de 100% dos atletas que se candidataram ao Programa Bolsa-Atleta e que preencham todos os requisitos técnicos e esportivos (ALMADA, 2016, p. 34).

Entre as modalidades inovadoras de incentivo público ao esporte o Bolsa-Atleta nos chama a atenção em vista de sua repercussão sobretudo no cenário midiático pelos destaques de atletas brasileiros que competiram na última Olimpíada e Paralimpíada Rio-2016 combinados as suas diferentes realidades da trajetória de iniciação e manutenção de suas carreiras no esporte via incentivo governamental; condições muito distantes das realidades sociais da maioria dos atletas brasileiros de diversas modalidades esportivas.

2.2 PROJETOS SOCIAIS ESPORTIVOS NA PERSPECTIVA DA TRANSFORMAÇÃO SOCIAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Diante da discussão acerca do desenvolvimento de uma política nacional do esporte no contexto brasileiro, enquanto proposta principal do estudo, este tópico pretende esboçar sobre quais prerrogativas e contextos o esporte foi apropriado no desenvolvimento de Projetos Sociais Esportivos e por meio de políticas públicas, entre estas na direção das políticas sociais, principalmente em relação aos direitos de crianças e adolescentes sob a função de transformação social. Assim, o reconhecimento do esporte na direção da inclusão social é percebido pelo crescimento de Projetos Sociais Esportivos, principalmente dirigidos para crianças e adolescentes que residem em áreas consideradas em processo de favelização ou periféricas. Podemos considerar que as iniciativas são viabilizadas pelo desenvolvimento do arcabouço normativo governamental na Política Nacional do Esporte que ao longo da dimensão da *Polity* já discutida anteriormente, incorporou a perspectiva democrática do esporte. A literatura mostra que a Tradição Salesiana, conhecida como um grupo religioso da Igreja Católica, iniciou o desenvolvimento de ações educativas ligadas ao esporte e atividades lúdicas destinadas aos jovens pobres, trabalhadores das fábricas, órfãos, egressos do sistema penal da época, a partir do século XIX inicialmente com Dom Bosco na Itália. Tal iniciativa de inclusão social baseava-se na intenção de oferecer aos jovens um ambiente familiar com dogmas

crístãos e, ao mesmo tempo, alegre. Os Orat3rios Festiv3s conjugavam, portanto, os elementos de am3volezza, protagonismo juvenil e alegria (BORGES, 2005). Sendo assim, o desenvolvimento de pr3ticas educativas direcionadas a um p3blico-alvo espec3fico demarca a origem da l3gica de inclus3o social em projetos sociais esportivos com impulso a partir da Segunda Guerra Mundial, com o agravamento da pobreza e das desigualdades sociais.

No cen3rio internacional a associa3o do esporte enquanto pr3tica s3cio-educativa toma visibilidade a partir da elabora3o da Carta Europeia do Esporte para Todos em 1975 pelo Conselho da Europa, sob o vi3s de tornar o esporte enquanto pr3tica universal. Outros pa3ses europeus e da Am3rica desenvolveram nesse per3odo a3o3es de massifica3o do esporte¹⁰.

Composto por oito artigos, a Carta coloca essa atividade no mesmo patamar que os direitos sociais a que devem ter acesso os indiv3duos na sociedade. O esporte ganha a3 status similar 3 educa3o, sa3de e demais direitos fundamentais do cidad3o. Dentro dessa nova perspectiva, o documento aponta para a necessidade de aplica3o de parte dos recursos p3blicos para a promo3o do acesso de todos ao esporte, incluindo o mesmo nas agendas das pol3ticas p3blicas do pa3s, como pode ser constatado no conte3do do Artigo 2 deste documento: “O esporte, enquanto fator importante de desenvolvimento humano, deve ser encorajado e apoiado de modo apropriado pelos fundos p3blicos”. (MAIA, 2006, p. 2)

No Brasil, o desenvolvimento de projetos sociais esportivos ganhou forte impulso j3 no final da d3cada de 1980 e in3cio da d3cada de 1990, na medida em que a apropria3o do esporte como direito social na Constitui3o de 1988 em seu artigo 217, influenciou a cria3o de um arcabou3o normativo posterior na dire3o de democratiza3o do esporte enquanto pr3tica educativa.

Por conseguinte, diante dos contextos pol3tico e econ3mico vivenciados no Brasil durante o governo Collor e sobretudo com o ide3rio neoliberal, o qual privilegiou em suas propostas para o campo social a manuten3o das pol3ticas sociais compensat3rias, privatiza3o de empresas estatais e resgate do assistencialismo, do clientelismo e do populismo (PEREIRA, 2007), observa-se o desenvolvimento avan3ado de Projetos Sociais Esportivos sobretudo por meio de a3o3es estruturadas no 3mbito das empresas

¹⁰ Para aprofundamento desse per3odo ver LINHALES, Meily Assb3. *A trajet3ria pol3tica do esporte no Brasil: interesses envolvidos, setores excluídos*. Disserta3o de Mestrado em Ci3ncia Pol3tica da Faculdade de Filosofia e Ci3ncias Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, 1996.

privadas, com o propósito de provocar impacto na realidade dos beneficiados, e em alguns casos a partir de um desejo pessoal “para um bem coletivo” (NOGUEIRA, 1998).

Com a criação do Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto (INDESP) através do Decreto n.º 1.437, de 04 de abril de 1995¹¹ (BRASIL, 1995), enquanto uma Autarquia Federal ligada ao Ministério da Educação e do Desporto, houve o direcionamento do desenvolvimento esportivo com vistas também à área da infância e adolescência com início para a implementação de dois projetos sociais esportivos: o Programa Esporte Solidário e o Projeto Navegar, ambos como primeiras iniciativas do governo federal (KRAVCHYCHYN, 2014).

Outro marco normativo mais adiante foi a Lei N.º 9.615, de 24 de março de 1998 a qual institui normas gerais acerca do desporto brasileiro, determinando o desporto enquanto direito individual e tendo como um dos princípios o direito social caracterizado pelo dever do Estado em fomentar as práticas desportivas formais e não-formais.

Quadro 2 - Primeiros Projetos Sociais Esportivos no Brasil

ESFERA	PROJETO / PROGRAMA	PERÍODO	ABRANGÊNCIA
Federal	Recriança	1986-1999	Nacional
	Esporte Solidário	Desde 1995	Nacional
	Esporte Educacional	Desde 1996	Nacional
	Esporte à Meia Noite	Desde 1999	Distrito Federal
	Navegar	Desde 1999	17 Estados
	Esporte na Escola	2001-2003	Nacional
	Segundo Tempo	Desde 2003	Nacional
Estadual	Centro de Desporto e Lazer	Não Inform.	Estadual/RO
	Esporte Popular	Desde 2001	Estadual/MS
	Curumim	Desde 2002	Estadual/MG
	Centro de Esporte do Ens. Fundamental	Desde 2002	Aracaju/SE
Municipal	Handebol na Comunidade	Desde 2003	Maceió/AL
	Em Cada Campo uma Escolinha	Desde 1994	Porto Alegre/RS
	Vila Olímpica da Maré	Desde 1999	Rio de Janeiro/RJ
	Esporte Noite Adentro	Desde 2001	Boa Vista/RR
	Projeto Futuro	Desde 2001	Maringá/PR
	Escolinha de Iniciação Esportiva	Desde 2002	Porto Velho/RO
Iniciativa Privada	Escola de Esporte	Desde 2003	Belém/PA
	PRIESP (Fundação Roberto Marinho)	1978-1988	14 Estados
	Vila Olímpica da Mangueira/RJ (Xerox)	Desde 1987	1 Município
	Educação pelo Esporte (Inst. Ayrton Senna)	Desde 1995	14 Estados
	Centro Rexona (Unilever)	Desde 1997	2 Estados
	Amigos do Basquete/TO (AGAB/APAE)	Desde 1998	1 Município
	Virando o Jogo/Dois Toques (Kellogs/Fundação Gol de Letra)	Desde 1999	2 Municípios
	Espaço Criança Esperança (Unicef/Rede Globo)	Desde 2001	4 Estados

Fonte: último Atlas do Esporte no Brasil (apud Gomes e Constantino (2005)

Nesse sentido, a partir dos anos 2000 a maior parte desses projetos passa a ser implementada por meio de Organizações Não-Governamentais e setores privados mesmo

¹¹ Vale destacar que este Decreto pela primeira vez trouxe para o âmbito das ações do Governo Federal o incentivo de captação de recursos financeiros para o financiamento de programas e projetos na área do desporto. Na primeira década dos anos 2000 a Lei de Incentivo ao Esporte se consolidou na mesma direção.

por meio de parcerias com as esferas estaduais e municipais, contando com as mesmas aliadas à perspectiva de promover oportunidades aos jovens de camadas pobres. A ideia da “cidadania” aparece associada lógica de estimular formas de inclusão social do público-alvo, que em suas realidades vivenciam carências e em diversos aspectos da vida em sociedade (BARBIRATO, 2005).

Multiplicam-se na atualidade os projetos sociais esportivos que, ao incorporar o esporte enquanto forma de atendimento a esse público-alvo, as ações passaram a ser desenvolvidas sob a ideia de socialização de crianças e adolescentes por meio de práticas socioeducativas, a partir do reconhecimento do esporte enquanto fenômeno sociocultural e com capacidade de transformar realidades sociais. A incorporação do esporte enquanto ferramenta de inclusão social dirigida a crianças e adolescentes pobres, tanto de organizações privadas quanto governamentais, se insere na maioria das vezes enquanto fator preventivo sob a concepção de desviar os beneficiados dos caminhos da ociosidade, dos riscos de violência, dependência e tráfico de drogas, e evasão escolar. Ou seja, das realidades constantes inerentes à maioria das comunidades pobres brasileiras. Sendo assim, seguidos do objetivo principal de inclusão social, os objetivos específicos de tais ações privilegiam a promoção de atividades que possam estimular valores como respeito, solidariedade, cooperação, disciplinas entre outros (BORGES, 2005).

Como abordado anteriormente, o esporte pode ser compreendido através de suas dimensões tanto nos campos social, cultural e simbólico quando associado à vida social. O acesso ao esporte ao longo da história ocidental é marcado pelas diferenças nítidas dos seus praticantes, para determinados segmentos sociais como oportunidades de transformação social, para outros como meros momentos de lazer. Nesse sentido, é importante compreender a relação do esporte enquanto campo teórico e de construção de saberes, da mesma forma que remete a um campo de disputas da vida em sociedade. Assim, quando selecionamos este campo para uma análise profunda, necessitamos ainda compreender tanto as propostas institucionais quanto as aspirações dos agentes no processo de intervenção. É nesse sentido que o esporte, deve ser investigado enquanto fenômeno social relacionado à cultura e à história brasileira, com capacidades de transformar ou reforçar as diferenças sociais e culturais numa sociedade. Segundo Stigger (2002, p.2) entre as possibilidades que o esporte pode provocar na vida social possui a capacidade de “mobilizar indivíduos de todos os lugares, estratos sociais, sexos, idades e posições ideológicas”.

Tratando-se, por exemplo, da prática de futebol podemos compreender como uma modalidade esportiva que representa na dimensão ideológica um fenômeno político e histórico que no contexto brasileiro está inserido na construção de um *ethos* nacional com o potencial de polarizar uma sociedade, que remeteu aspectos de transformação da própria construção histórica no Brasil (DA MATTA, FLORES, GUEDES e VOGEL, 1982).

Gomes Tubino (1987, 2002, 2006) aborda três dimensões sociais do esporte para além de prática institucionalizada de competição, são: esporte-educação, esporte-participação e esporte-performance ou de rendimento. Segundo ele, a dimensão esporte-participação seria a que mais proporciona novas oportunidades para prática sem distinções entre os participantes. Dessa forma, as duas primeiras dimensões foram apropriadas como princípios na maioria dos conteúdos normativos dos Projetos Sociais Esportivos em geral desenvolvidos no Brasil, sob o lema “Esporte para Todos”. Na Política Nacional do Esporte vigente, está prevista a Lei de Incentivo ao Esporte (Lei 11.438/2006) que desde 2007 permite que empresas e pessoas físicas invistam parte do que pagariam de Imposto de Renda em Projetos Desportivos e Paradesportivos aprovados pelo Ministério do Esporte. As empresas podem investir até 1% desse valor e as pessoas físicas, até 6% do imposto devido. O Decreto Nº 6.180, de 3 de agosto de 2007 considera como projeto desportivo “o conjunto de ações organizadas e sistematizadas por entidades de natureza esportiva, destinado à implementação, à prática, ao ensino, ao estudo, à pesquisa e ao desenvolvimento do desporto, atendendo a pelo menos uma das manifestações desportivas” previstas no art. 4º (desporto educacional, desporto de participação e desporto de rendimento). É possível perceber certa evolução desses Projetos, conforme mostra a tabela abaixo do Ministério do Esporte, referente a alguns Projetos Sociais Esportivos que obtiveram recursos financeiros no ano de 2015 no estado do Rio de Janeiro em relação à Manifestação Desportiva Educacional.

Tabela 3 – Captação de Projetos Sociais Esportivos no Rio de Janeiro através da Lei de Incentivo ao Esporte em 2015

Projetos Sociais Esportivos – Rio de Janeiro			
Projeto Social	Estimativa Público	Doadores/Patrocinadores	Total captado (R\$)
Golfe Como Um Instrumento de Inclusão Social	120	BRASIL TELECOM AS KLABIN SA	211.298,00
Projeto Craque do Amanhã	210	BRASILCAP CAPITALIZACAO AS COMPANHIA DE SEGUROS ALIANÇA DO BRASIL	879.348,95

Centro Esportivo e Educacional Jorginho - Bola Pra Frente Esporte em Ação Social (2015)	600	CATHO ONLINE LTDA CRBS/AS WHITE MARTINS GASES IND. NORDESTE S.A.	456.000,00
Projeto Esporte Legal - Futsal e Voleibol – RIO	856	CARIOCA CHRISTIANI-NIELSEN ENGENHARIA S/A	200.000,00
Projeto Olímpico da Mangueira	3290	PETROBRAS SA	1.427.098,12
Capacitação em Mini Atletismo – Instituto Para o Desenvolvimento do Esporte e da Cultura	Sem referência	Companhia Coreano Brasileira de Pelotização Companhia Nipo-Brasileira de Pelotização	346.241,43
Projeto Grael – Ventos da Cidadania	340	AGUAS DE NITEROI AS ÁGUAS DE NOVA FRIBURGO LTDA ÁGUAS DO IMPERADOR S/A AGUAS DO PARAIBA S A AKZO NOBEL LTDA AT&T GLOBAL NETWORK SERVICES BRASIL LTDA CONCESSIONÁRIA ÁGUAS DE JUTURNAÍBA S/A GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A KLABIN AS LOJAS RENNER S A SANEAMENTO AMBIENTAL AGUAS DO BRASIL S/A Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá Ltda JOSE ROBERTO BRASILEIRO DE SIQUEIRA Lars Andreas Muller Rodrigo Claessen de Melo	1.003.728,81
Viva Vôlei Superação	Sem referência	SUPERGASBRAS ENERGIA LTDA	180.888,36
Talentos do Tatame – Serviço Social da Indústria - Departamento Regional do Rio de Janeiro	80	GE CELMA LTDA	287.398,73
Nadadores do Futuro 2015 - Serviço Social da Indústria - Departamento Regional do Rio de Janeiro	132	BRASILCAP CAPITALIZACAO AS GE CELMA LTDA	99.198,74
Total Captado (2015): R\$ 5.091.201,14 Total aprovado para Captação (2015): R\$ 15.013.545,00 Manifestação Desportiva: Educacional			

Fonte: Tabela elaborada pela autora através das informações do Ministério do Esporte.

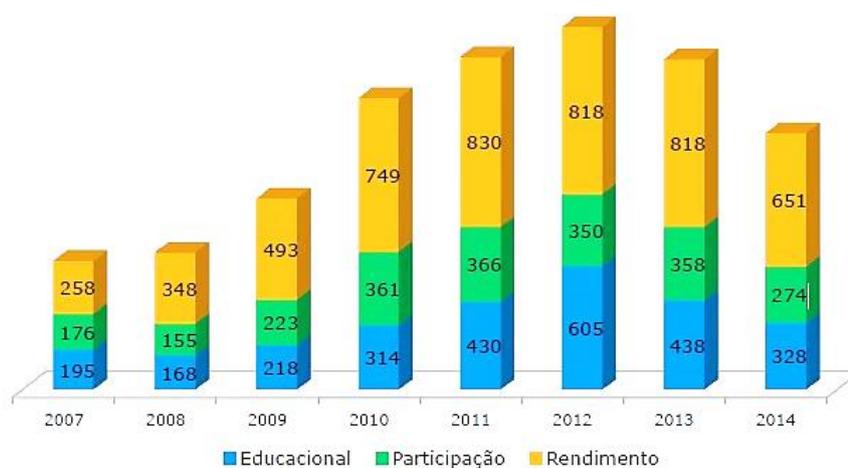
A tabela apresentada demonstra superficialmente determinado grau de importância de viabilização de recursos destinados no ano último à manifestação do esporte-educacional enquanto atribuição de incentivo e execução dos três níveis federativos. A perspectiva educacional assumida no campo esportivo, como apontado anteriormente, destoa do esporte considerado apenas como lazer, sobretudo ao incorporar a área da infância da adolescência como foco das ações sob o aspecto não-formal. Os projetos sociais apresentados na tabela obtiveram recursos financeiros através da Lei de Incentivo ao Esporte no ano de 2015 e possuem em comum a execução de atividades esportivas de diversas modalidades dirigidas a crianças e adolescentes que residem em

áreas periféricas no estado do Rio de Janeiro. Portanto, consideram como pelo menos um objetivo a inclusão social por meio do esporte nas diferentes modalidades por meio da lógica da responsabilidade empresarial dos doadores/patrocinadores.

A trajetória anterior à Lei de Incentivo ao Esporte também contou com a criação da Resolução nº 90, 23 de junho de 2003, a qual dispõe sobre a criação de Comissão de Chancela a Projetos Esportivos Sociais do Ministério do Esporte, a qual prevê a articulação com o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA). Embora não seja objetivo do estudo aprofundar a dimensão dos recursos, vale ressaltar que até 2006 foram captados um pouco mais de R\$ 11 milhões destinados aos Projetos Sociais Esportivos no Brasil através desta articulação.

Através do gráfico abaixo, segundo o Relatório de Gestão do ano de 2014 do Departamento de Incentivo e Fomento ao Esporte do Ministério do Esporte - DIFE, podemos perceber a evolução desses Projetos seguindo cada tipo de manifestação desportiva.

Figura 1 – Projetos Apresentados Por Manifestação Desportiva



Fonte: ME/SE/DIFE - SLIE – 27/03/2015

Em 2016 a Câmara dos Deputados aprovou regime de urgência para o Projeto de Lei que prevê o aumento do prazo da Lei de Incentivo ao Esporte, já que o Decreto nº 6.180, de 3 de agosto de 2007, prevê o incentivo financeiro para projetos sociais esportivos e paradesportivos apenas para o ano-calendário de 2007 a 2015. O texto da PL 364/2015 do deputado federal João Derly de Oliveira Nunes Junior (REDE-RS) estende a validade da Lei até 2028. No ano encontrava-se também em tramitação na Câmara dos Deputados o PL 130/2015 que dispõe sobre o aumento para 3% do limite de dedução de

imposto de pessoas jurídicas e 9% para pessoas físicas para o apoio a projetos sociais esportivos. O principal objetivo através dessas mudanças seria atingir o teto de R\$400 milhões ao ano de renúncia fiscal definido pelo orçamento governamental. Em 2015, o total captado pelos projetos sociais esportivos por meio da Lei de Incentivo ao Esporte foi de R\$ 247,3 milhões¹².

A caracterização socioeconômica dos locais onde os Projetos Sociais esportivos atuam em geral é demarcada por locais marcados pelos índices de pobreza e dominados pela disputa pelo tráfico de drogas. O principal lema das instituições, ainda que no imaginário local, na maioria é de “combate a ociosidade de crianças e adolescentes” e resgate dos mesmos do “mundo das drogas” e seu empoderamento enquanto “cidadãos” capazes de mudar até mesmo as realidades de suas famílias e comunidade.

Borges (2005), Barbirato (2005) e Azevedo e Filho (2011) apontam o trabalho socioeducativo apropriado nos Projetos Sociais Esportivos através de ações que visam à proteção integral das crianças e adolescentes por meio da promoção e defesa dos direitos fundamentais, de modo a garantir que a inserção destes jovens no meio esportivo contribua com o seu “pleno” desenvolvimento. Entretanto, nos vale compreender que a apropriação do “social” por meio das práticas desenvolvidas nestas instituições esta relacionada com o cenário de desresponsabilização do Estado seguindo a lógica neoliberal de atuação dos setores de responsabilidade social e sustentabilidade social das empresas privadas. Hecktheuer e Silva (2011) destacam, inclusive, o desenvolvimento de indicadores empresariais (cálculo de riscos, retorno de investimentos, indicadores de resultados, avaliação quantitativa, metas de produtividade, etc) na apropriação do “social” como campo de atuação, muitas vezes vinculados a melhoria da imagem dessas empresas.

Os locais de implementação dos projetos sociais esportivos na maioria são caracterizados pela disputa pelo tráfico de drogas e carência de políticas públicas nas áreas de saúde, educação, transporte e moradia. Sendo assim, percebe-se que o contexto dos alunos e suas famílias atendidos pelos projetos é perpassado pela dificuldade às demais políticas públicas além do lazer. O número de crianças e adolescentes com histórico de repetência escolar ou fora de rede formal de ensino nas localidades demonstra outro fator de intervenção dos projetos sociais, como alternativa de incentivo ao desempenho escolar através do esporte.

¹² Fonte do Ministério do Esporte.

O corpo de profissionais que atuam nesses espaços representa as necessidades e demandas apresentadas pelos alunos; composto na maioria por educadores físicos, assistentes sociais e psicólogos. O grau de atuação desses profissionais perpassa muitas vezes suas atribuições, sob a responsabilidade de ainda exercer sobre os alunos uma representação moral, um exemplo que pode ser seguido, ou seja, princípios que representam uma dada contribuição pessoal aos adolescentes (BORGES, 2005). Esse aspecto aparece principalmente através da representação da figura dos jogadores de futebol, ex atletas provenientes de camadas pobres, como fator de possibilidade da transformação social, diante de uma realidade familiar e comunitária específica, marcada ainda pela deficiência ou ausência do poder público.

A educação também foi apropriada enquanto elemento importante no processo de inclusão social por meio do esporte. Faz-se necessário, portanto, apontar sobre qual tipo de educação o campo se insere. Gohn (2006) sinaliza que a educação formal se refere ao aprendizado sistematizado historicamente, através de espaços institucionalizados por um arcabouço legal e legitimado através de diretrizes nacionais (em geral as escolas). A informal possui os espaços demarcados por sexo, religião, cultura e aprendizados ligados à nacionalidade. Já a educação não-formal, desenvolvida na maioria dos Projetos Sociais Esportivos, por exemplo, “capacita os indivíduos a se tornarem cidadãos do mundo” (GOHN, p. 29, 2006), provocando a consciência de como agir em grupo, a busca pelo reconhecimento das diferenças, e utilização de processos intencionais de interação.

No campo simbólico a educação não-formal apreende alguns aspectos no que tange à dimensão valorativa em relação à prática do esporte na sociedade brasileira. Bourdieu (1996) contribui para essa compreensão através do conceito de espaço social, na lógica de que, cada espaço corresponde a um campo específico (cultural, econômico, educacional, científico, entre outros). As disputas se materializam na posse por diferentes tipos de capitais (social, cultural, econômico e simbólico). Assim, por meio do conceito do habitus, Bourdieu destaca como as disposições dos sujeitos constituem suas trajetórias para compreendermos em que condições estão as possibilidades de ações dos sujeitos sociais. Sendo assim, o esporte, tomando como exemplo a prática do futebol, enquanto atividade de inserção de crianças e adolescentes é permeada pelo conjunto de disposições desses sujeitos dentro da ausência de outras possibilidades de acesso a outras modalidades esportivas. E nesse sentido, considerando a prática esportiva sob o campo da educação não-formal sua dimensão simbólica é perpassada também pelas realidades dos diferentes tipos de capitais, não restrito ao cultural.

Nessa perspectiva, outra dimensão importante diz respeito à contradição da perspectiva pedagógica desenvolvida por Projetos Sociais Esportivos. Pois, ainda que sejam espaços de promoção de práticas pedagógicas não-formais, com potencialidade de transformar a realidade social dos beneficiários, percebe-se a adoção de ações que estimulem a melhoria comportamental dos mesmos, seja no contexto familiar, escolar ou da comunidade, representando uma cobrança de um padrão de comportamento (jovens com boas notas, ausentes de conflitos familiares e não articulados com os movimentos informais na comunidade). Tal fato representa uma via contrária à valorização das vivências culturais e aprendizados, deixando de lado o protagonismo juvenil e suas experiências específicas.

Por outro lado, esse campo é marcado também pelo intercâmbio de experiências das diferentes áreas envolvidas no trabalho de formação esportiva de crianças e adolescentes, tendo em vista a integralidade das ações por meio da ampliação da atuação interdisciplinar e construção de um saber coletivo. Daí decorrem as ações de políticas de inclusão em articulação entre o setor público e o privado com o fomento à formação de crianças e adolescentes bem como garantia de seus direitos. Ponto que nos instiga a questionar também neste estudo, mesmo não se constituindo proposta principal.

Ainda que se assista a um avanço dessas instituições através do fomento federal via Lei de Incentivo ao Esporte, acompanhamos o desenvolvimento de suas ações dirigidas na maioria das vezes por Organizações Não-Governamentais sob a lógica do compromisso social. Alega-se a busca pela formação de crianças e adolescentes, porém devemos problematizar qual a forma mais eficaz para essa contribuição. Sobre este aspecto Garcia (2007), Montañó (2002) e Muniz (2001) apontam em suas discussões o perigo da manipulação da educação não-formal por meio de ações travestidas de compromisso solidário apropriadas por interesses mercadológicos e políticos/ideológicos.

Desta forma, a educação não-formal, no Brasil, constitui-se dialogando com as ações de filantropia, assistência social, da educação popular, dos movimentos sociais e movimentos culturais, de atividades recreativas, da arte-educação, da educação para o trabalho, das ações voltadas para a recreação e utilização do tempo livre e, mais recentemente, já participando com características próprias, das ações vinculadas ao terceiro setor e ao voluntariado, da filantropia empresarial e da educação social. (GARCIA, 2007, p. 31)

Os apontamentos apresentados, portanto, nos auxiliará na retomada desta discussão no próximo capítulo através da pesquisa realizada neste estudo.

CAPÍTULO III: A PESQUISA – REFLETINDO A INCLUSÃO SOCIAL E PROJETOS SOCIAIS ESPORTIVOS

3.1 ESCOLHAS METODOLÓGICAS DA PESQUISA

Neste capítulo será apresentada a problematização continuada dos capítulos anteriores e o campo empírico estudado, bem como os resultados obtidos enquanto proposta inicial do estudo. Será importante, remeter algumas considerações amplas iniciais e o alcance dos objetivos. Além disso, a metodologia será aprofundada enquanto base de apropriação, sistematização e interpretação dos dados coletados.

Inserido na linha de estudo de Avaliação de Políticas, Programas e Projetos governamentais e não-governamentais o estudo buscou compreender como Projetos Sociais Esportivos atuam no combate à desigualdade social de crianças e adolescentes, partindo de um estudo de caso de um Projeto Social Esportivo localizado no município de São Gonçalo, considerando assim, as dinâmicas sociais da localidade e os demais elementos considerados importantes acerca do *locus* do estudo.

Dessa forma, buscamos entender sob quais aspectos a implementação de Projetos Sociais Esportivos viabilizada através da Lei de Incentivo ao Esporte brasileira atua na perspectiva da inclusão social. Compreendendo nesse sentido, que o processo de implementação engloba uma dinâmica complexa da análise, vale seu destaque neste trabalho inserido no campo avaliativo e analítico de políticas públicas.

Acerca deste campo de investigação Baptista e Resende (2011) nos adverte que

A análise de políticas também se interessa pelas formas de intervenção adotadas historicamente pelas instituições, pelas relações entre atores públicos e privados, pela sociedade civil, pelos pactos, objetivos, metas e perspectivas dos diferentes grupos sociais em disputa, os conceitos e sentidos de política. (2011, p. 65).

O processo de implementação compreende o fluxo do desenvolvimento da superação do momento da formulação. Considera tanto a fase pós definição das estratégias (metodologia) quanto as mudanças que podem ser desempenhadas no meio do caminho.

Assim, para superar uma concepção ingênua da avaliação de políticas públicas, que conduziria necessariamente o avaliador a concluir pelo fracasso do programa sob análise, é prudente, sábio e necessário admitir que a implementação *modifica* as políticas públicas. (ARRETCHE, 1998, p. 2)

A análise contemplou assim, o processo de implementação das ações voltadas para a perspectiva da inclusão social a partir da compreensão do processo que envolve decisões relevantes, cenários de incerteza e interesses guiados pelas interveniências dos próprios agentes implementadores (Vianna, 1995).

A metodologia, portanto, ultrapassa a mera utilização de técnicas para alcançar os objetivos propostos pelo estudo, e como objeto do campo das Ciências Sociais, a pesquisa pretende abranger concepções teóricas considerando a relação entre a fonte empírica e a realidade social (MINAYO, 2012). Dessa forma, para se chegar aos objetivos propostos pelo projeto de pesquisa, serão utilizados alguns instrumentos e métodos de investigação. A pesquisa será caracterizada por qualitativa e exploratória a fim de aprofundar a problemática a ser discutida e proporcionar a compreensão de vários aspectos que podem envolver a mesma, destacando categorias centrais que fundamentam contextos e ideias mais profundos do estudo, além de proporcionar a abordagem de diversos significados e valores não mensuráveis à fórmula numérica.

De início, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, contemplando o levantamento das fontes secundárias, através de livros de referência, publicações periódicas, teses, dissertações, correspondentes ao tema em questão, e a leitura para se identificar as definições teórico-conceituais acerca das categorias centrais de exclusão social, pobreza, desigualdade social e direitos da criança e do adolescente. As leis e portarias relacionadas aos temas citados foram apropriadas na pesquisa documental. Foram utilizadas ainda produções de autores que discutem o campo da análise de política social para compreender as dinâmicas do contexto brasileiro a partir das características de sua formação social, cultural e política específicas, com foco específico no debate em torno das políticas de inclusão social.

Ainda como exploratória, a pesquisa contemplou a análise documental como fonte primária a partir do arcabouço normativo que orienta a execução dos Projetos Sociais Esportivos a partir da Lei de Incentivo ao Esporte aprovada em 2006; os relatórios técnicos, documentos elaborados pela equipe de profissionais (assistente social, psicólogo e educadores físicos) e registros de informações dos beneficiados, referentes ao ano de 2015 de um Projeto Social Esportivo executado no município de São Gonçalo foram contemplados também na pesquisa documental.

O campo de observação foi um Projeto Social Esportivo, que utiliza como principal forma de acesso ao esporte a modalidade futebol, contemplando o objetivo de

um estudo de caso. A instituição possui como principal objetivo a execução de um Projeto Educacional e Sócio-esportivo, na modalidade Futebol, na cidade de São Gonçalo, no Estado do Rio de Janeiro. Esse projeto tem a finalidade de beneficiar 200 crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, entre 09 e 17 anos, de ambos os sexos, que preferencialmente estejam devidamente matriculados na rede pública de ensino, a fim de proporcionar desenvolvimento integral (físico, psicológico e social) dos participantes e melhoria da qualidade de vida destes e de suas famílias. A maioria da população atendida pela instituição reside no próprio bairro ou na vizinhança.

A exposição do resultado empírico obtido contou também com quatro indicadores qualitativos elaborados para maior compreensão e alcance dos objetivos específicos do estudo: significados de inclusão social de crianças e adolescentes; acesso e permanência; esporte como direito social de crianças e adolescentes; desenvolvimento do Projeto Social estudado. A metodologia contou ainda com análise de conteúdo temático para organização dos dados coletados. O segundo momento da pesquisa contou também com a observação participante no turno da manhã em que algumas atividades foram desenvolvidas.

A fim de compreender tanto a percepção de crianças e adolescentes beneficiados pelas atividades da instituição selecionada, quanto as associações e ideias dos responsáveis, e ainda, mapear o perfil profissional dos agentes implementadores (profissionais e gestores) do Projeto Social Esportivo no Município de São Gonçalo, foram selecionados como sujeitos da pesquisa para a entrevista com roteiro semiestruturado: 5 adolescentes e 5 responsáveis dos mesmos (sob o critério que maior tempo de permanência no Projeto); 2 gestores implementadores; e 4 professores de educação física.

Tabela 4- Indicadores qualitativos da pesquisa

Indicadores	Base
Significados de inclusão social de crianças e adolescentes	O Projeto utiliza o futebol como ferramenta de transformação social, desenvolvendo acompanhamento psicossocial dos jovens e familiares, com encaminhamentos para serviços públicos e instituições. O projeto está focado na formação integral do adolescente, tendo como fio condutor o desenvolvimento de valores e habilidades que se apresentam de forma muito evidente nos esportes” (Relatório do Projeto Social Esportivo de 2015)

Acesso e permanência	Lei de Incentivo ao Esporte - Art. 4 I - desporto educacional, cujo público beneficiário deverá ser de alunos regularmente matriculados em instituição de ensino de qualquer sistema, nos termos dos arts. 16 a 20 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, evitando-se a seletividade e a hipercompetitividade de seus praticantes, com a finalidade de alcançar o desenvolvimento integral do indivíduo e a sua formação para o exercício da cidadania e a prática do lazer.
Esporte como direito social de crianças e adolescentes	ECA Art. 4º. É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. Art. 217 CF. É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais, como direito de cada um. § 3º - O Poder Público incentivará o lazer, como forma de promoção social.
Desenvolvimento do Projeto Social estudado	Lei de Incentivo ao Esporte: Parágrafo único. Poderão receber os recursos oriundos dos incentivos previstos no art. 1º os projetos desportivos ou paradesportivos destinados a promover a inclusão social por meio do esporte, preferencialmente em comunidades de vulnerabilidade social.

3.2 UM PROJETO SOCIAL ESPORTIVO EM UM MUNICÍPIO POBRE

O trabalho de campo culminou na escolha de um Projeto Social Esportivo implementado no município de São Gonçalo por se mostrar rica na proposta do estudo tratando-se de uma localidade demarcada pela grande densidade populacional localizada na zona periférica metropolitana do Rio de Janeiro, que apresenta considerado déficit de serviços sociais e que depende majoritariamente dos serviços públicos da rede assistencial. Portanto, aproximado com a realidade de outros municípios da região metropolitana, São Gonçalo apresenta crescentes índices de pobreza e existência considerável da população vinculada aos Programas de Transferência de Renda. Entre eles podemos destacar na tabela abaixo o total da população vinculada ao Programa Bolsa Família e ao Benefício de Prestação Continuada (BPC) no início de 2016.

Tabela 5 - População vinculada – Programa de Transferência de Renda em São Gonçalo

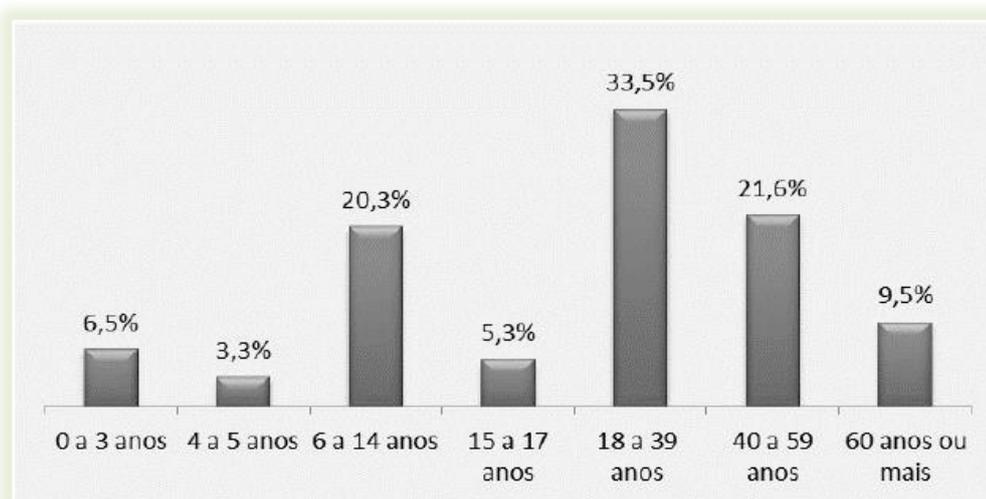
Programa	Cobertura
Bolsa Família	62.621 famílias (abril de 2016)
Benefício de Prestação Continuada (BPC)	12.125 pessoas (fevereiro de 2016)

Fonte: Boletim Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome – 2016.

O Censo do IBGE de 2010, apontou o total de 999.728 habitantes na cidade, desses encontravam-se 36.366 em situação de extrema pobreza, ou seja, com renda familiar inferior a R\$ 70,00 per capita. Desse total, 108 (0,3%) viviam no meio rural e 36.258 (99,7%) no meio urbano¹³. O mesmo Censo ainda revelou sobre o quadro de extrema pobreza no município no segmento infante-juvenil.

Em relação a faixa de 0 a 3 anos de idade, registraram-se 2.370 crianças em situação de extrema pobreza; a faixa de 6 a 14 anos totalizou 7.374; e no grupo de 15 a 17 anos havia 1.916 sob o mesmo quadro. Considerando esse cenário, 35,4 % da população em situação de extrema pobreza no município de São Gonçalo possuía de 0 a 17 anos de idade em 2010 (gráfico 1).

Gráfico 1 - Distribuição percentual da população extremamente pobre por faixa etária no município de SG em 2010



Fonte: Boletim 2010 – Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Outro indicador importante refere-se ao contexto da Educação Básica do Município. O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) mostra que em 2015 São Gonçalo possuía o valor de 0,72 de Índice de Rendimento do Ensino Fundamental Regular, apresentando decréscimo em relação ao ano de 2013 que foi de 0,76¹⁴.

A cidade atualmente possui uma área territorial de 247,709 Km², com a população estimada de 1.044.058 habitantes¹⁵, e uma das maiores concentrações populacionais no

¹³ Boletim Municipal – Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome em 2010.

¹⁴ Informação extraída do site do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

¹⁵ Dados de agosto de 2015 segundo IBGE.

estado. O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica registrou 3,2 em 2013, valor considerado abaixo da meta municipal e estadual de 3,9. A taxa de urbanização do município é de 99,93% e o mesmo encontra-se dividido administrativamente em cinco distritos (São Gonçalo, Ipiíba Monjolos, Neves e Sete Pontes), congregando 95 bairros.

Quadro 3- Bairros de São Gonçalo (RJ) por Distritos Administrativos - 2016

<u>Distritos</u>	<u>Bairros oficiais</u>
São Gonçalo (distrito)	Alcântara • Antonina • Bairro das Palmeiras • Boaçu • Brasilândia • Centro • Colubandê • Cruzeiro do Sul • Estrela do Norte • Fazenda dos Mineiros • Galo Branco • Itaoca • Itaúna • Lindo Parque • Luiz Caçador • Mutuá • Mutuaguaçu • Mutuapira • Mutondo • Nova Cidade • Novo México • Porto do Rosa • Recanto das Acácias • Rio Verde • Rocha • Rosane • Salgueiro • São Miguel • Tribobó • Trindade • Vila Lara • Zé Garoto
<u>Ipiíba</u>	Almerinda • Amendoeira • Anaia Grande • Anaia Pequeno • Arrastão • Arsenal • Coelho • Engenho do Roçado • Jardim Amendoeira • Jardim Eliane • Jardim Ieda • Jardim Nova República • Ipiíba • Joquei • Maria Paula • Oásis • Rio do Ouro • Sacramento • Santa Izabel • Vila Candoza • Várzea das Moças
<u>Monjolos</u>	Apolo III • Barracão • Bom Retiro • Gebara • Guarani • Guaxindiba • Jardim Catarina • Lagoinha • Laranjal • Largo da Idéia • Marambaia • Miriambi • Monjolos • Pacheco • Raul Veiga • Santa Luzia • Tiradentes • Vila Três • Vista Alegre
<u>Neves</u>	Boa Vista • Camarão • Gradim • Mangueira • Neves • Parada 40 • Paraíso • Patronato • Pontal • Porto da Madama • Porto da Pedra • Porto Novo • Porto Velho • Vila Lage
<u>Sete Pontes</u>	Barro Vermelho • Covanca • Engenho Pequeno • Morro do Castro • Pita • Santa Catarina • Sete Pontes • Venda da Cruz • Zumbi

Fonte: Prefeitura Municipal de São Gonçalo.

O destaque para a escolha do campo de observação em um município localizado em uma Região Metropolitana foi permeado pelas características capazes de subsidiar nossa compreensão acerca da organização social para além do espaço, com vistas a alcançar o objetivo deste estudo, através da análise ampla acerca da implementação de Projetos Sociais Esportivos especificamente em locais demarcados pelo processo de pobreza e desigualdade social.

Diante da exposição, o campo de observação selecionado para a pesquisa qualitativa do estudo é um Projeto Social Esportivo localizado na cidade de São Gonçalo, na região Metropolitana do estado do Rio de Janeiro. Por questões de ordem ética,

relativas às informações que serão estudadas neste trabalho, o Projeto não será identificado e será garantido o anonimato do público-alvo e dos demais envolvidos na pesquisa.

A instituição teve seu surgimento em 2012, por meio da iniciativa pessoal de um de seus gestores. Encontra-se localizada em um bairro com grande densidade populacional, rodeado por condomínios privados e oferta considerável de comércio, fábricas, indústrias, serviços públicos e privados, entre eles escolas e unidades básicas de saúde. Entretanto, a mesma localidade possui uma área vasta marcada pela extrema pobreza, em franco processo de favelização e caracterizada pela defasagem de equipamentos públicos, comércio informal, falta de acessibilidade, além da violência urbana e disputa pelo tráfico de drogas.

O projeto está focado na formação do aspecto “integral”¹⁶ do adolescente, tendo como fio condutor o desenvolvimento de valores e habilidades que se apresentam de forma muito evidente nos esportes. Tais valores e habilidades, ao serem referidos numa perspectiva da vida em sociedade, são considerados nas atividades desenvolvidas as bases para a ocorrência de processo educacional de qualidade e de grande impacto na vida dos jovens.

O Projeto Social Esportivo contou para sua implementação com as premissas da Lei Federal de Incentivo ao Esporte¹⁷ e com uma Organização Não Governamental em junho de 2012, signatária do Pacto Global da Organização das Nações Unidas, executora de mais de 354 projetos realizados em quatro eixos de atuação: Educação e Cidadania, Inclusão e Bem-Estar, Desenvolvimento Integrado, Empreendedorismo e Desenvolvimento Comunitário¹⁸. De acordo com Artigo 2º no inciso 1º dessa Lei,

Poderão receber os recursos oriundos dos incentivos previstos nesta Lei os projetos desportivos destinados a promover a inclusão social por meio do esporte, preferencialmente em comunidades de vulnerabilidade social. (BRASIL, 2006)

Assim, o mesmo se enquadra na manifestação desportiva educacional, definida também na Lei Nº 9.615, de 24 de março de 1998 no Art. 3º como

I - desporto educacional, praticado nos sistemas de ensino e em formas assistemáticas de educação, evitando-se a seletividade, a

¹⁶ O termo aparece entre parênteses neste trabalho por entendermos que a integralidade não se limita à oferta de serviços ou ações no âmbito privado ou público. Compreende, antes de tudo, eixo estruturante de diversas políticas públicas enquanto consolidação e, não somente enquanto bandeira ou lema institucional.

¹⁷ Lei nº.11.438/2006

¹⁸ Descrição extraída do site da instituição

hipercompetitividade de seus praticantes, com a finalidade de alcançar o desenvolvimento integral do indivíduo e a sua formação para o exercício da cidadania e a prática do lazer. (BRASIL, 1998)

A cartilha metodológica do surgimento do Projeto afirma que o mesmo não se insere na modalidade de escolinha de futebol, enquanto instituição que desenvolve ações de impacto familiar, escolar e esportiva, numa perspectiva de formação “integral” do jovem.

Ainda segundo a cartilha, o Projeto Social Esportivo se propõe a favorecer a potência do jovem como transformador, envolvendo crianças e adolescentes em uma atividade produtiva, potencializando laços afetivos e contribuindo para o empoderamento de crianças e adolescentes, que podem vir a ser grandes agentes transformadores de suas comunidades. Assim, utiliza o futebol como ferramenta de transformação social, desenvolvendo também o acompanhamento dos jovens e familiares, com encaminhamentos para serviços públicos e instituições.

Nesse sentido, é possível observar que a utilização do esporte enquanto ferramenta de inclusão social incorpora o caráter transformador também na direção de alcance de uma realidade para além da vivenciada pelo público-alvo. É sob essa ótica que percebemos o objetivo central na maioria desses projetos em incentivar crianças e adolescentes a encontrarem novas possibilidades de ascensão, e enquanto elementos fundamentais, a pobreza e a desigualdade social aparece como alvo das intervenções. Os mecanismos, portanto, para o seu enfrentamento correspondem à lógica de “mudança”/“transformação”.

Acerca da metodologia adotada na instituição, partiu da orientação das premissas da UNICEF¹⁹, presentes no Guia de Esporte e Cidadania, são eles: inclusão de todos; construção coletiva; respeito à diversidade; educação integral; rumo à autonomia. Adotou ainda estratégias didáticas e desenvolve metodologias participativas que trabalhem Olhar – Refletir – Agir, em três eixos principais: Família, Escola e Esporte.

As atividades do projeto estão divididas em três eixos temáticos e constituem-se principalmente, mas não exclusivamente, de dois encontros semanais de 03 horas cada um deles realizado no contra turno escolar onde os participantes recebem lanches, atividades externas de apropriação do território, visitas a museus, equipamentos esportivos e espetáculos culturais, encontros bimestrais com pais e responsáveis,

¹⁹ Fundo das Nações Unidas para a Infância.

monitoramento do índice de massa corpórea, participação em campeonatos, jogos e amistosos locais e encaminhamento para políticas públicas. Como já mencionado, a principal modalidade esportiva ofertada é o futebol; outras modalidades são oferecidas apenas em encontros e campeonatos realizados entre os alunos e outros participantes como times escolares e de outros Projetos Sociais Esportivos da região.

Foram elaborados no processo de gestão inicial do Projeto Social Esportivo três eixos-temáticos (Família, Escola e Esporte) sobre os quais as atividades são desenvolvidas, tendo como principal justificativa a necessidade de impacto direto na vida dos beneficiados, segundo o conteúdo da cartilha metodológica e projeto de elaboração mantido junto ao Ministério do Esporte.

Os eixos temáticos além de direcionarem os objetivos previstos pelo Projeto Social Esportivo, possuem a função de critério de pontuação. As crianças e adolescentes são monitorados nos eixos. A pontuação do eixo Esporte é tirada normalmente após os treinos diários, quando é realizada a avaliação coletiva do dia, onde cada jovem é avaliado pelo seu desempenho individual e pelo desempenho de seu grupo, podendo pontuar de 0 a 5. A participação da família nas reuniões e nos encontros também geram pontuações, neste caso de 10 a 0, a mesma pontuação se aplica no eixo escola, onde são considerados a sua frequência, comportamento e rendimento escolar.

A equipe técnica do Projeto é formada por equipe multidisciplinar e conta com 01 coordenador pedagógico, 01 coordenador local, 01 psicólogo, 01 assistente social, 04 professores de Educação Física.

Com base na descrição de implementação do Projeto, as regras de comportamento e convivência no projeto, conhecidas como “gols de placa” foram definidas enquanto ações que podem ser estimuladas pelos profissionais e cumpridas pelas crianças e adolescentes. Tais regras ficam expostas e claramente visíveis no local onde o projeto é implementado. As aulas são divididas em três momentos interconectados, o primeiro momento chamado “aquecimento” visa colocar os jovens no ponto ideal de concentração e resistência física, preparando os movimentos e prevenindo lesões e também é utilizado para realização de dinâmicas reflexivas que trabalhem os valores do esporte como: socialização, rotina, cumprimento de regras, disciplina, trabalho em equipe, liderança, respeito, persistência, solidariedade e cooperação. O segundo momento chamado de “jogo” é o a prática do futebol propriamente dita, onde o participante é estimulado a colocar em prática os conteúdos tratados no primeiro momento. O terceiro momento chamado de “conversa e avaliação coletiva” se refere a auto avaliação e avaliação do

grupo que os alunos fazem junto com os professores, no que tange a apropriação dos conteúdos e valores trabalhados no primeiro momento. A auto avaliação consiste no final da conversa em o próprio aluno atribuir uma nota de 0 a 3 em relação ao seu desempenho/comportamento ao longo das atividades do dia.

3.3 O PÚBLICO-ALVO DO PROJETO SOCIAL ESPORTIVO ESCOLHIDO NA PESQUISA

O público-alvo das atividades são crianças e adolescentes entre 9 e 17 anos de idade, regularmente matriculados na rede de ensino pública e privada (para preenchimento de 15% do total de vagas). Em relação à inscrição dos alunos, assim que convocado é realizada uma entrevista com o responsável a fim de conhecer as demandas e direcionar as ações que serão realizadas individualmente junto com a equipe psicossocial. Desde a implementação do Projeto o número de participantes foi no total de 200 crianças e adolescentes.

Assim que aprovado o plano de atividades pelo Ministério do Esporte, ocorre a divulgação do Projeto em Unidades Básicas de Saúde, escolas, e instituições que compõem a rede de serviços sociais nos bairros próximos. O fluxo de acesso às atividades é composto inicialmente pelo preenchimento de uma ficha com dados inclusive socioeconômicos dos interessados e deve ser entregue com os documentos solicitados. Após a entrega da ficha pelo interessado (responsável ou aluno) sem horário/data estipulado, a mesma é colocada em uma espécie de lista de espera. Entretanto, os critérios percebidos que mais definem o acesso do aluno compõem aspectos de localização de moradia, matrícula regular na rede de ensino e renda familiar.

Os participantes são divididos em seis grupos com aproximadamente 35 participantes por grupo, os grupos são divididos por faixa etária e mistos quanto ao gênero. Há ainda a previsão do percentual de 5% das vagas destinadas à participação de crianças e adolescentes com diversos tipos de deficiência. Em 2015, havia 16 alunos com algum tipo de deficiência. Em relação ao gênero, há a participação de meninos e meninas nas mesmas turmas.

Tabela 6 - Quantitativo de alunos por turma de faixa etária em 2015

Turma	Quantitativo de alunos
09 a 11 anos	72 alunos
12 a 14 anos	69 alunos
15 a 17 anos	59 alunos

Fonte: Relatório do mês de janeiro em 2015

Segundo o relatório do mês seguinte à mudança de local do Projeto, que contou com uma pesquisa interna por meio de grupo focal realizada com os responsáveis dos adolescentes, 65% declararam possuir renda de até um salário mínimo²⁰ e a maioria possuía como fonte de renda o trabalho informal, ou seja, sem vínculo empregatício.

Em 2015, dos 200 alunos beneficiados pelo Projeto Social Esportivo, 175 estavam matriculados na rede pública de ensino municipal e estadual. Foram contabilizados 87 adolescentes cuja renda familiar era de até um salário mínimo²¹ e 135 possuíam responsável inserido em Programas Sociais (Programa Bolsa Família, Renda Melhor e/ou Minha Casa Minha Vida).

Para a pesquisa em questão foram selecionados 5 adolescentes e 5 responsáveis dos mesmos; 2 gestores implementadores; e 4 professores com formação em Educação Física. O critério de seleção dos adolescentes entrevistados foi o maior tempo de permanência no Projeto.

Tabela 7 - Perfil dos alunos entrevistados

Entrevistados (Alunos)	Idade	Escolaridade	Permanência na Instituição	Vínculo escolar	Reside próximo ao Projeto (vai andando)
A1	16	1º ano EM	3 anos	Público	Sim
A2	14	7º ano EF	3 anos	Público	Sim
A3	13	6º ano EF	3 anos	Público	Não
A4	15	8º ano EF	4 anos	Público	Sim
A5	17	1º ano EM	4 anos	Público	Sim

Fonte: elaborado pela autora segundo a coleta de dados

EM: Ensino Médio

EF: Ensino Fundamental

²⁰ Em 2013 o salário mínimo no Brasil era no valor de R\$678,00.

²¹ Em 2015 o salário mínimo no Brasil era no valor de R\$788,00.

Tabela 8- Perfil dos responsáveis entrevistados

Entrevistados (Responsáveis)	Idade	Escolaridade	Vínculo	Renda familiar	Vínculo com Programas Sociais
R1	34	EF incompleto	Mãe	Até um salário mínimo	Programa Bolsa Família
R2	63	Analfabeto	Avó Materna	Até um salário mínimo	Programa Bolsa Família
R3	33	EM completo	Mãe	Até dois salários mínimos	Não
R4	33	EM incompleto	Mãe	Até dois salários mínimos	Programa Bolsa Família
R5	39	EF completo	Mãe	Até dois salários mínimos	Programa Minha Casa Minha Vida

Fonte: elaborado pela autora segundo a coleta de dados

Tabela 9- Perfil dos profissionais e gestores entrevistados

Entrevistados (Gestores/ profissionais)	Cargo	Formação Profissional	Atuação anterior em Projetos Sociais	Tempo de trabalho na instituição
G1	Gestor geral	Graduação em Administração	Não	4 anos
G2	Gestor local	Graduação em Pedagogia	Não	4 anos
E1	Professor Educação Física	Graduação em Educação Física	Sim	2 anos
E2	Professor Educação Física	Graduação em Educação Física	Sim	2 anos
E3	Professor Educação Física	Graduação em Educação Física	Não	4 anos
E4	Professor Educação Física	Graduação em Educação Física	Sim	2 anos

Fonte: elaborado pela autora segundo a coleta de dados

Em relação ao perfil dos adolescentes entrevistados, e a fim de garantir o anonimato dos mesmos foram identificados por A1, A2, A3, A4 e A5. Os adolescentes selecionados são beneficiados pelo Projeto Social Esportivo desde 2012, primeiro ano de implementação do mesmo e, possuem as idades de 16, 14, 13, 15 e 17 respectivamente. Identificamos no trabalho os responsáveis por R1, R2, R3, R4 e R5, os gestores implementadores como G1 e G2, e professores através de E1, E2, E3 e E4.

3.4 PERSPECTIVAS E SIGNIFICADOS APREENDIDOS

Destacamos no capítulo a utilização de indicadores para a sistematização dos dados coletados nas entrevistas semiestruturadas para a pesquisa qualitativa, considerando que “definições são as bases para qualquer medida” (SOLIGO, 2012). Assim, foi possível apreender algumas perspectivas e significados através da interpretação norteados pelos indicadores e suas bases de definição para a proposta do trabalho. Os indicadores permitiram também a análise acerca da implementação de um Projeto Social Esportivo a partir das categorias eleitas.

3.4.1 Significados de inclusão social de crianças e adolescentes

No indicador qualitativo proposto acerca dos significados de inclusão social de crianças e adolescentes, tomamos como parâmetro de descrição a premissa discursiva do Projeto Social Esportivo pesquisado:

O Projeto utiliza o futebol como ferramenta de transformação social, desenvolvendo acompanhamento psicossocial dos jovens e familiares, com encaminhamentos para serviços públicos e instituições. O projeto está focado na formação integral do adolescente, tendo como fio condutor o desenvolvimento de valores e habilidades que se apresentam de forma muito evidente nos esportes. (Relatório do Projeto Social Esportivo de 2015 enviado ao Ministério do Esporte)

Como já mencionado no capítulo anterior, a ideia acerca do impacto do surgimento de projetos sociais esportivos associados à disseminação do papel civilizador do esporte (Elias, 1993) na vida de crianças e adolescentes surge a partir da percepção da necessidade de “incluir” esse segmento e lhe promover novas possibilidades. Sob esse aspecto, nos direcionamos para a especificidade da relação do Projeto Social Esportivo escolhido para a pesquisa com o segmento de crianças e adolescentes em uma área marcada pelos consideráveis índices de pobreza e desigualdade social.

Essa afirmativa aparece nos sentidos dos depoimentos dos entrevistados, tanto dos participantes, responsáveis, professores quanto dos gestores implementadores.

Acredito que nosso papel é ser um exemplo de vida para esses adolescentes. As oportunidades para o caminho ruim são muitas e nossa competição com o tráfico de drogas é desleal. Estamos cada dia mais tentando tirá-los das ruas, mostrando que eles não precisam estar envolvidos com coisas erradas. (G2)

A inclusão social é você oferecer novas alternativas para que essas crianças e adolescentes tenham alguma noção de seus deveres e se tornem cidadãos melhores. (G1)

Nas entrevistas com os gestores implementadores, ficou marcante a associação da perspectiva de “inclusão social” enquanto eixo de metodologia nas atividades desenvolvidas na direção de “salvamento” de crianças e adolescentes sujeitos às vivências locais consideradas prejudiciais (por exemplo, interação com as ações na comunidade e relação com outros adolescentes próximos das atividades do tráfico de drogas).

Gomes Tubino (1987, 2002, 2006) destaca que a manifestação do esporte-educacional apropriada na maioria das metodologias desenvolvidas em Projetos Sociais Esportivos pressupõe: inclusão, participação, cooperação, coeducação e corresponsabilidade. Entretanto, o objetivo de inclusão social apareceu nas entrevistas realizadas com os profissionais e gestores implementadores associado ao distanciamento com os movimentos das próprias vivências dos sujeitos em seus locais de moradia. Sobre esse ponto, pensar o processo socioeducativo, sobretudo dirigido a crianças e adolescentes, pressupõe a necessidade de incorporação de outras dimensões na educação não-formal. Gohn (2006, p. 31) sinaliza que

Na educação não-formal, as metodologias operadas no processo de aprendizagem parte da cultura dos indivíduos e dos grupos. O método nasce a partir de problematização da vida cotidiana; os conteúdos emergem a partir dos temas que se colocam como necessidades, carências, desafios, obstáculos ou ações empreendedoras a serem realizadas; os conteúdos não são dados a priori. São construídos no processo. O método passa pela sistematização dos modos de agir e de pensar o mundo que circunda as pessoas. Penetra-se, portanto, no campo do simbólico, das orientações e representações que conferem sentido e significado às ações humanas.

Outro aspecto nessa direção foi observado em relação às possibilidades e as implicações que o Projeto Social Esportivo pode causar na vida dos beneficiados. As

percepções da maioria dos gestores e profissionais conduziram para o entendimento de que o papel da instituição contribui para o “desenvolvimento integral dos beneficiados”.

O objetivo maior do Projeto é que esses jovens tenham o desenvolvimento integral por meio do esporte. Integral, porque ajuda tanto na parte social, quanto a parte física e psicológica. Por isso o objetivo é alcançado. E eu acho que ajuda eles a se espelharem nos jogadores de futebol para conseguirem alcançar seus sonhos porque muitos possuem histórias de vida parecidas com os problemas que eles vivem na comunidade e na família. (G1)

O futebol ajuda porque interage os alunos uns como os outros. Mas os objetivos são alcançados por meio do aprendizado que eles têm aqui e também por causa das mudanças de comportamento dos alunos. A gente percebe que tudo que eles não querem é sair do Projeto e quando cobramos o comportamento eles passam a ter mais compromisso com o horário aqui, a escola e também em casa. (E3)

Outro elemento percebido nas entrevistas refere-se à cobrança acerca da “melhoria de comportamento” dos alunos, sob a perspectiva de mudança e/ou transformação por meio das práticas apreendidas nas atividades oferecidas na instituição. Zaluar (1994) destaca em seu estudo a forte relação presente entre o fracasso da política educacional com a lógica de enquadramento na prática pedagógica adotada nos Projetos Sociais Esportivos em áreas pobres.

(...) a preocupação era com a “socialização” desagregadora e desmoralizadora que o crime organizado exerce nos centros urbanos do país, onde dominam as ruas e têm a estratégia de atrair os jovens e as crianças para serem usados como peões de suas atividades perigosas. Ora, tendo em vista a redefinição ocorrida no entendimento da categoria rua, que passou a representar o perigo e a violência de um modo sinistro e trágico, essa característica da vida da criança carente, com pouca escola e pouca sociabilidade em outras organizações, tornou-se ponto sensível na sua socialização e no encaminhamento de seu futuro. (ZALUAR, 1994, p. 40)

Neste aspecto percebe-se que os depoimentos dos profissionais conduzem para o entendimento distorcido sobre inclusão social, uma vez que, a associação referida nas entrevistas confere a necessidade de apropriação de valores que conduzem a “melhores comportamentos” dos adolescentes, esta percepção aparece nas entrevistas com os profissionais acerca do conhecimento dos objetivos do Projeto no qual atuam. Todos responderam que conhecem os objetivos da instituição, associando-os ao sucesso de desenvolvimento dos participantes, seja através da melhoria do desempenho escolar ou no comportamento e relação dos mesmos no âmbito familiar.

Eu entendo que o Projeto ajuda essa garotada nos estudos e no comportamento em casa. Muitos chegam aqui com notas ruins, a maioria já repetiu de série e encontra na rua somente coisas que os levam para o caminho ruim. Muitos não possuem os pais presentes e acabam não sendo tão cobrados em relação à escola e isso abre caminho para as drogas. E através do Projeto esses jovens podem alcançar novos caminhos e melhores comportamentos em casa. Talvez serem até jogadores de futebol, mas se não forem, pelo menos possuem a oportunidade de serem pessoas do bem. (E1)

Aqui eles aprendem através das regras e da metodologia do Projeto a levar os valores tanto em relação à escola, quanto em casa, com a família. Não aceitamos, por exemplo, que eles façam as atividades sem o uniforme que eles ganharam, pois precisam aprender a responsabilidade, a lavar seus uniformes e ter autonomia em outras esferas. São valores que muitos não aprenderam em casa; em alguns casos os pais não acompanham de perto os alunos e acabam ficando muito tempo na rua e isso é que o Projeto tenta ajudar, para que eles passem menos tempo na rua. (E2)

A lógica da integralidade como um objetivo de inclusão deve ultrapassar essa dicotomia entre o que se considera como “bom” e “ruim” e a lógica muita das vezes estereotipada. As vivências apreendidas pelos adolescentes no Projeto, bem como, os valores disseminados devem ir de encontro à soma de suas interações como um todo, seja na dinâmica cotidiana na comunidade onde residem ou até mesmo no que tange ao acesso aos diferentes segmentos religiosos, por exemplo. Portanto, a emancipação educacional prevista enquanto um dos objetivos do esporte educacional ultrapassa a lógica dos valores difundidos, prevê antes de tudo a superação das manifestações da pobreza tratadas de forma estereotipada.

3.4.2 Acesso e permanência

De acordo com dados coletados nas entrevistas, a metodologia inicialmente adotada como instrumento de acesso ao Projeto foi uma entrevista inicial com o responsável que trazia a ficha de inscrição do aluno e os documentos como pré-requisitos para iniciar as atividades. Entretanto, nos depoimentos dos responsáveis alguns chamaram a atenção para o processo demorado de retorno da instituição após a entrega das fichas e o desconhecimento acerca dos critérios para o acesso. Acreditam, a maioria, que o acesso não é somente pela situação socioeconômica familiar, mas pela insistência em retornar na instituição e solicitar informações acerca do andamento das fichas entregues, uma vez que, na entrega da ficha é avisado sobre a grande demanda para as vagas disponíveis.

Eu entreguei a ficha e ficava vindo aqui quando eu saia do trabalho para ver se iriam chamar ele. Até que de tanto insistir surgiu uma vaga e me ligaram. Eu não sei como consegui, acho que foi muita insistência. (Risos)... (R3)

A institucionalização do desenvolvimento de Projetos Sociais esportivos dirigidos a crianças e adolescentes foi marcada pela dimensão social do esporte associado à perspectiva de inclusão social como mencionado outrora. Ainda que, tratando-se de um processo considerado atual, se pensarmos na relação com a institucionalização de outros mecanismos no campo das políticas sociais, percebemos certa inexistência de um arcabouço legal que possa orientar o desenvolvimento e instruir as instituições implementadas por meio Lei de Incentivo ao Esporte. Segundo os depoimentos dos gestores, as metodologias adotadas seguem as orientações mais próximas possíveis da legislação. Entretanto, algumas dimensões, como acesso e permanência, não são contempladas na perspectiva legal.

Eu morava aqui perto do Projeto, mas como me separei do pai dele acabamos indo morar naquele Condomínio do Minha Casa Minha Vida. Só que, lá ele não tinha muitas amizades e eu trouxe a ficha dele porque outros colegas da mesma escola já faziam parte do Projeto e como era de graça, pra mim seria perfeito. Mas demorou demais a chamarem ele. Acho que era por que ele ainda não tinha o Rio Card da escola e infelizmente viram que ele morava um pouco longe. (R5)

Um aspecto que merece atenção é o envolvimento e participação do público alvo e seus familiares nas definições e tomada de decisões sobre os rumos do projeto. No trabalho de campo, foi possível observar que o desconhecimento dos gestores sobre a realidade das pessoas a quem se destina o projeto social acaba afetando o próprio acesso e a adesão ao programa. E enquanto proposta do Projeto algumas ações também foram desenvolvidas junto com os responsáveis dos alunos ao longo da implementação, como as reuniões trimestrais para comunicação entre os gestores e os responsáveis. Nas entrevistas com os gestores percebeu-se a importância da criação desse espaço para aproximação com o desenvolvimento interno das atividades enquanto outra metodologia dotada no processo de permanência dos alunos.

A ideia era proporcionar um espaço de participação dos responsáveis também. Além das entrevistas iniciais realizadas pela equipe assim que o aluno entra no Projeto, as reuniões ajudam os responsáveis a estarem mais próximos. E em média em cada reunião sempre podemos contar com no uns 120 responsáveis. Sempre tem alguma proposta para melhorar! Não podemos ouvir todos, mas nós procuramos mostrar o que temos feito. (G2)

Para os pais as reuniões sempre ajudam de alguma forma porque muitos por conta do trabalho não conseguem vir durante a semana e como as reuniões acontecem aos sábados a gente pode estar presente. (R3)

Nas reuniões eu consigo ficar sabendo sobre o que está acontecendo no Projeto e sempre tem alguma novidade. Eu gosto também dos sorteios de eletrodomésticos. (Risos) (R2)

No Projeto Social Esportivo foi observada a ausência de exigências consolidadas de acesso das crianças e adolescentes, embora nos depoimentos de alguns responsáveis tenha aparecido a questão da dificuldade em “conseguir uma vaga”. Entretanto, alguns critérios de permanência foram observados nas entrevistas com os gestores.

Não existe uma seleção para aqueles que irão participar do Projeto. A gente recebe as fichas preenchidas somente com todos os documentos exigidos e se não tiverem damos um prazo para o responsável trazer. E assim que surge uma vaga de acordo com a idade a gente coloca na turma. É claro que acabamos colocando aqueles que moram mais próximo e que possuem condições de locomoção, pois muitos usam o Rio Card escolar para vim. (G1)

Dessa forma, as categorias do acesso e permanência enquanto representam o pano de fundo de uma espécie de processo seletivo, descaracterizando uma das dimensões mais importantes que se refere à universalidade. Se observamos a existência de escolhas pessoais por parte dos “agentes promotores de inclusão social”, a lógica do esporte como direito nos parece desconfigurada.

Sob outro ponto, Guedes (2006) observou no seu estudo o vínculo regular na educação formal como critério categórico de permanência dos adolescentes nos projetos sociais esportivos por ele estudados. Por meio desse aspecto avaliamos a relação e a lógica de reforçar as atividades socioeducativas desenvolvidas por estas instituições sob a perspectiva de “complementariedade”, ou seja, não-formal nas palavras de Gohn (2006). Essa dimensão foi observada nos depoimentos dos próprios alunos entrevistados e dos seus responsáveis.

Depois que ele entrou aqui no Projeto percebi que melhorou o comportamento e está com mais facilidade na escola. (R4)

O Projeto me ajudou a respeitar mais e prestar atenção nas coisas. (A1)

Nas entrevistas realizadas com os alunos percebe-se que a participação no Projeto se vincula muito à prática do futebol na comunidade onde residem. A maioria destacou que a aproximação com o futebol seria o principal motivo de seu acesso na instituição.

O que eu mais gosto aqui é o futebol. (A1)

Meu sonho é ser jogador de futebol. (A2)

Antes de entrar no Projeto eu ficava na rua jogando bola e lá onde eu moro é muito perigoso então minha mãe não deixava muito. (A3)

Aqui eu estou aprendendo a jogar melhor e ter mais comportamento. (A4)

Borges (2009) destaca que em muitos projetos sociais esportivos a cobrança por desempenho escolar aparece como um critério de permanência dos adolescentes. No Projeto Social estudado percebeu-se esse aspecto, porém não há em contrapartida oferta de algum dispositivo metodológico de estímulo à melhoria do desempenho escolar dos adolescentes. Nas entrevistas com os profissionais foi destacada apenas a entrega dos boletins escolares dos alunos a cada bimestre, portanto, não se tem uma programação e um objetivo claro acerca do que fazer com a constatação do diagnóstico escolar dos alunos. Por outro lado, fica em evidência a cobrança sob o aspecto socioeducativo, no sentido de que todos devam ter desempenho escolar para permanecer no Projeto, como se esse fato não fosse influenciado por demais fatores inerentes à realidade social coletiva. Segundo as entrevistas com os profissionais, nunca houve desligamento por esse fator, através da justificativa de que o “desinteresse” em permanecer parte dos próprios alunos.

3.4.3 Esporte como direito social de crianças e adolescentes

Outra questão importante que apareceu nos depoimentos refere-se ao estranhamento em compreender que a implementação de projetos sociais esportivos, ademais, de ações da educação não-formal, é uma área de incentivo do poder público, contando com uma legislação que viabiliza as ações direcionadas preferencialmente em localidades que compreendam carências das mais diversas formas. Portanto, a perspectiva de “inclusão social” não se deve restringir ao aspecto trivial do desenvolvimento de metodologias conclusivas em si mesmas. Devem abarcar desde a potencialidade das vivências dos locais onde os Projetos Sociais Esportivos são desenvolvidos na mesma proporção de possibilitar ao público-alvo oportunidades diferenciadas de promoção social

conforme Parágrafo § 3º “O Poder Público incentivará o lazer, como forma de promoção social” do Artigo 217 da Constituição Federal e o Artigo 4º do ECA.

Sendo assim, nas entrevistas com os responsáveis e gestores foi percebido certo desconhecimento em relação ao dever do Estado em fomentar práticas desportivas formais e não-formais, dimensão pouco colocada na relação com os beneficiados do Projeto Social Esportivo. Ou seja, o reconhecimento do esporte não-formal como direito social da população ainda enfrenta um desafio. Quiçá, a lógica personalista por meio do sucesso profissional dos atletas que apadrinharam o Projeto produza um imaginário subjetivo de ajuda sob o aspecto assistencialista, refletindo assim, no não-reconhecimento do esporte como direito social.

O que eu mais gosto aqui são as reuniões. Mas para eles acho muito legal quando vem os jogadores padrinhos do Projeto, que conversam com as crianças, tiram fotos e sempre trazem alguma coisa para ajudar. Meu filho, chega em casa todo bobo quando algum deles aparecem. (R5)

Eu espero que no futuro ele consiga ser um jogador de futebol. Mas se ele não conseguir, pelo menos, ele será uma pessoa do bem mesmo sendo pobre. (R5)

As entrevistas apontaram também para o caráter do esporte de alto rendimento enquanto caminho para superação da realidade social vivenciada, e não como direito universal.

Zaluar (1994) ao analisar o desenvolvimento dessas instituições no final da década de 1980, destaca o aspecto “social” adquirido pelos projetos reduzido ao suprimento de carências materiais e a atuação de organismos não-governamentais, inclusive internacionais, dirigida para crianças e adolescentes residentes em locais marcados pela pobreza e violência. Aspecto muito condizente com a trajetória marcada pelo não reconhecimento do esporte enquanto direito social, ainda que no século XXI tenhamos avanços no desenvolvimento das manifestações do esporte educacional e de participação.

De acordo com a observação participante também utilizada na metodologia deste estudo, não percebemos a dimensão esclarecimento junto ao público-alvo do esporte enquanto direito social. Esse é um aspecto também presente nos depoimentos dos gestores e profissionais entrevistados. Vale destacar esse adendo, enquanto lacuna não apropriada na lógica educacional da “socialização” por meio do esporte, muito propagada pela instituição.

Outro dilema compreendido nesta análise refere-se ao desenvolvimento de ações sociais seguidas da lógica do marketing social de empresas privadas e Organizações Não-Governamentais refletidas na omissão da consciência do acesso ao esporte enquanto direito.

Tais instituições desenvolvem as ações em áreas periféricas, marcadas pelos consideráveis índices de pobreza de crianças e adolescentes através do campo da educação não-formal, portanto, “corre o risco de ser encarada apologicamente, como algo que vem para dar uma nova “cara” ao sistema formal de ensino, servindo a um discurso e a uma intencionalidade que vem sendo difundidos pelo sistema neoliberal” (Garcia, 2007, p. 39).

Considerando que a maioria dos responsáveis entrevistados possuem acesso a programas governamentais de transferência de renda, sobretudo o Programa Bolsa Família (PBF), os mesmos entrevistados associaram o corte do recebimento dos valores do Programa Bolsa Família aos períodos de faltas consecutivas dos alunos nas escolas, em vista dos períodos de greve. O fato demarca reflexos na vida tanto do aluno quando no contexto familiar, conspirando os impactos desse Programa na vida dos beneficiários. Compreendendo que a escola aparece como ator importante também na relação dos adolescentes com o Projeto, as unidades escolares pouco se apropriam no processo de articulação com as atividades produzidas no campo não-formal. Sobre este ponto, Pereira e Brandão (2013, p. 11) ao analisarem as dimensões entre a escola e a pobreza destacam:

A educação não configura um mero coadjuvante no interior do PBF, contudo, ainda precisa se reconhecer enquanto protagonista, não só das ações pedagógicas, mas enquanto articulador da rede, pois é a instância que maior proximidade física, social e emocional tem com o usuário. Ela está no território e dele faz parte. (PEREIRA E BRANDÃO, 2013, p. 11)

3.4.4 Desenvolvimento do Projeto Social estudado

No estudo acerca do surgimento das instituições destinadas à oferta de atividades esportivas para populações concentradas em áreas marcadas pela pobreza e escassez de recursos públicos, Zaluar (1994) demarca perspectivas que nos parece muito próximas da realidade atual em relação também ao “tripé” alimentação, educação esportiva e orientação para o trabalho.

A justificativa de implementação do Projeto afirma que através da prática esportiva é possível promover a rotina, cumprimento de regras, disciplina, trabalho em equipe, liderança, respeito, persistência, solidariedade e cooperação, além de

proporcionar situações que motivem aprender com os erros e conquistar realizações. Estes valores, concretizados no jogo, são baseados em princípios que devem reger a educação de crianças e adolescentes dentro e fora da instituição. Assim problematizamos alguns aspectos acerca do conhecimento da premissa da Lei de Incentivo ao Esporte que dispõe que “poderão receber os recursos oriundos dos incentivos previstos no art. 1º os projetos desportivos ou paradesportivos destinados a promover a inclusão social por meio do esporte, preferencialmente em comunidades de vulnerabilidade social.” (BRASIL, 2006).

O Projeto conta com a Lei de Incentivo ao Esporte que permite a doação e financiamento por parte de empresas. Essas empresas depositam um valor para seguirmos tudo que foi enviado para o Ministério do Esporte sobre o desenvolvimento do Projeto durante um ano. (G1)

Nas entrevistas quando indagados sobre as formas de financiamento e recursos recebidos pela instituição os gestores apontaram a relação existente com as empresas patrocinadoras, com as imagens dos jogadores de futebol e com uma entidade religiosa que doa uma parte do seu espaço físico para utilização do Projeto na mesma quadra. Os recursos são oriundos também das parcerias estabelecidas entre pessoas físicas, empresas e pessoas jurídica por meio de relações pessoais dos gestores.

As empresas que patrocinam são presentes em algumas datas comemorativas, como aniversário do Projeto e campeonatos internos. Os jogadores de futebol, como acabam sendo amigos pessoais, eles gostam de vir também nessas datas e ajudam doando alguns materiais esportivos, sem ajuda com dinheiro. Mas só de virem aqui e conversarem com eles, já ajuda muito porque as crianças ficam deslumbradas, pedem autógrafa... E contamos com a ajuda de uma igreja que doa algumas salas para o Projeto usar. (G1)

De fato, percebemos que, a relação dos gestores com os jogadores de futebol contribui como fator de adesão de crianças e adolescentes no Projeto. Nas entrevistas com os gestores, todos destacaram a importância de Lei de Incentivo ao Esporte como maior forma de implementação do Projeto, porém a lógica da “ajuda” de outros patrocínios por meio de relações pessoais (amigos e familiares) é marcante. Nesse sentido, a rede pessoal aparece como aspecto importante, uma vez que, em períodos de avaliação do Projeto junto ao Ministério do Esporte o Projeto em tese não deveria estar em funcionamento, entretanto, os gestores dão continuidade às atividades devido à necessidade do vínculo dos alunos.

Mesmo a gente não recebendo diretamente recursos em dinheiro, temos sempre pessoas, amigos e parentes que se sensibilizam para o Projeto não parar quando estamos esperando a aprovação do Ministério do Esporte para captação do próximo ano. Na verdade, esse período só aconteceu uma vez, no ano passado. Esse ano já garantimos a captação pela Lei para 2017. (G1)

Partindo da abordagem acerca das redes de políticas destacada nas análises de políticas públicas Romano (2007) destaca as dimensões do caráter estruturador das relações de patronagem e clientelismo. Ainda que a análise do autor chame atenção para o contexto macrossocial acerca dos sistemas políticos sobretudo da institucionalização dessas relações, podemos compreender o caráter clientelista desempenhado na produção de “bens políticos” enquanto bens materiais e simbólicos no processo de troca entre as instituições e/ou atores sociais. Nesse processo, portanto, considera-se desde a apropriação das relações pessoais para seguimento de processos firmados até a incorporação de novas fontes no progresso da implementação, neste caso, de um Projeto Social Esportivo.

O uso dessa noção não-reducionista do interesse abre pistas para superar o risco de uma análise das políticas públicas na qual predomine a sua mercantilização, deixando de lados aspectos políticos (como o das relações de poder, lealdade ou afinidades eletivas) e sociais (como dignidade, honra, prestígio ou solidariedade). (ROMANO, 2007,p.102)

Outro aspecto relevante à implementação do Projeto Social Esportivo foi a mudança de endereço após o início do processo, fato que demandou transformações também na direção das ações iniciais previstas, em vista do novo local. Como destacado anteriormente, o local inicial de implementação do Projeto possuía algumas características pelo fato também da proximidade a uma rodovia estadual que liga a Região Metropolitana e Região dos Lagos. Entretanto, diante da necessidade de um espaço maior, um ano após o início da implementação, o Projeto foi transferido para outro local, porém no mesmo bairro. O Projeto passou a funcionar no lado oposto ao antigo endereço, em um local demarcado pelo processo de favelização, mais próximo também de áreas periféricas conhecidas pela disputa pelo controle de vendas de drogas e carência de dispositivos públicos, entre estes, nas áreas da educação e saúde. Nos depoimentos dos gestores foi percebida a mudança também na relação do Projeto com a própria população local e a procura maior.

O espaço funcionava no endereço antigo e contávamos com uma rede de serviços. Além disso, havia procura por parte dos adolescentes que moravam nos bairros vizinhos. Mas quando mudamos de endereço ficamos mais próximo das áreas de venda do tráfico de drogas. A violência nos assustou um pouco, mas entendemos que agora o Projeto está mais próximo daqueles que realmente precisam. A procura aumentou, pois temos hoje cerca de 80 fichas de alunos em espera porque não temos vaga. (G2)

Em relação às dificuldades enfrentadas, os depoimentos foram congruentes ao destacarem a questão da infraestrutura física da instituição.

Eu vejo que a maior dificuldade hoje enfrentada é a falta de um espaço maior e o local onde implementamos o Projeto é muito próximo dos locais de tráfico de drogas. (E2)

Os dilemas enfrentados pelos alunos entrevistados, as implicações vivenciadas acerca do ensino regular e do local de moradia se aproximaram da realidade da problemática educacional vivenciada também por outros adolescentes nas diversas regiões metropolitanas brasileiras. Nas entrevistas, eles destacaram os períodos de greve escolar e a localização das unidades escolares como principais obstáculos e motivos de repetência.

Eu repeti de série duas vezes porque o tráfico de drogas queria invadir o morro próximo da minha escola e foram vários dias, meses e as vezes do nada de tiroteio. Ai minha mãe não deixou mais eu ir. Só fui matriculado em outra escola no outro ano. (A3)

Eu tive que trocar de escola no meio do ano porque onde eu estudava tinha tiroteio todo dia praticamente. Minha avó ficou com medo e me tirou de lá. Quando eu mudei não gostei muito da escola e não estava acostumado com o local, tinha medo de ir e por causa das faltas repeti de série. (A2)

Na pesquisa apresentada apontamos os resultados obtidos na compreensão dos indicadores qualitativos expostos anteriormente. A análise contribuiu para pensarmos acerca das contribuições e perspectivas empenhadas através de um Projeto Social Esportivo compreendendo suas especificidades que, se acessarmos outros estudos na área de políticas públicas e não-governamentais direcionadas ao setor esportivo, apreciamos algumas considerações e percepções também apreendidas neste trabalho. Assim, as entrevistas despertaram para o contexto complexo da atuação dos Projetos Sociais Esportivos em áreas marcadas pela pobreza e índices consideráveis de escolarização de crianças e adolescentes.

Da mesma forma que foi possível compreender que as ações desenvolvidas conferem impactos positivos nas realidades do público-alvo, devemos considerar que a problematização se insere também no contexto da formação dos direitos sociais, neste caso do acesso ao esporte. O campo esportivo embora não marcado essencialmente pelas práticas de lógica assistencialista, quando apropriado pelo surgimento dos Projetos Sociais Esportivos podem contribuir para a utilização de práticas nesse sentido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo nos possibilitou apreender aspectos de como o fenômeno da desigualdade social foi apropriado no contexto do surgimento de projetos sociais esportivos a partir de uma análise na aproximação com o campo de estudos acerca da Política Social. Foi possível compreender a partir de uma análise teórica, a pobreza enquanto uma dimensão fundamental do processo de exclusão social vivenciado nas especificidades do contexto social, econômico, cultural e político na formação do modo de produção capitalista.

Em vista do recorte da realidade brasileira, sua formação social nos traz destaques importantes acerca das mudanças nos cenários da pobreza e da exclusão social. Assim, para compreendermos as principais características que configuram a formação da política social brasileira, foi indispensável à discussão apontar como as desigualdades sociais são compostas por representações sociais da pobreza, sendo necessário destacar sua roupagem multidimensional que nos proporciona compreender as desigualdades territoriais no caso brasileiro, e principalmente, os retrocessos enfrentados. Porém os avanços são visíveis, sobretudo se analisarmos o período da primeira década dos anos 2000.

A discussão acerca da construção do esporte enquanto um direito social proporcionou compreendermos o caráter político do fenômeno, inclusive, através das três dimensões no campo das políticas públicas destacadas por Frey (2005). Tal análise nos mostrou que as disputas e os interesses são intrínsecos no campo esportivo, sobretudo diante das ações dos diferentes atores políticos ao longo do reconhecimento do esporte na agenda pública. No último ano, por exemplo, em relação ao cenário legislativo estão em debate mudanças referentes à Lei de Incentivo ao Esporte, inclusive com apontamentos para sua extensão das ações até 2028, implicando na arena política interesses distintos.

Vimos que o desenvolvimento do esporte no campo da política pública possui grandes avanços principalmente na primeira década dos anos 2000, como o Programa Bolsa Atleta e a própria Lei de Incentivo ao Esporte. Ambos apresentam números crescentes de acesso ao esporte, tanto nas dimensões de participação e educação, quanto na de alto rendimento. O Megaevento das Olimpíadas e Paralimpíadas Rio 2016, trouxe esse destaque através do incentivo público, mesmo através de parcerias com ONGS, de atletas oriundos de realidades marcadas pela pobreza no Brasil, muitos inclusive com início de suas trajetórias em projetos sociais esportivos.

No contexto macrossocial estudos como o de Zaluar (1994) apontam na década de 1990 o avanço de implementação de projetos sociais esportivos através de mudanças associadas a fatores como o caráter salvacionista do esporte como solução para problemas sociais e o avanço do Terceiro Setor, associações de atletas e ex atletas, responsabilidade social de empresas e financiamento público. O destaque para o trabalho desenvolvido foi também a Lei de Incentivo ao Esporte aprovada em 2006 que demarca o pacto entre o Terceiro Setor, a iniciativa empresarial e o Estado no desenvolvimento de políticas públicas para o esporte.

Dentro dessa abordagem importante, a atuação de projetos sociais esportivos através da Lei de Incentivo ao Esporte, que foi um marco inovador, demonstra a extensão do esporte no reconhecimento do governo federal enquanto direito social nos últimos dez anos. Entretanto, fragilidades na implementação dessas ações são concretas, principalmente em relação à ausência de normas e orientações em reforçar o acesso ao esporte como direito nessas instituições.

Buscamos assim, conhecer as especificidades de como ocorreu a implementação de um Projeto Social Esportivo em um bairro marcado pela realidade da pobreza e desigualdades no município de São Gonçalo no que tange à lógica de inclusão social de crianças e adolescentes. Notamos que existe uma necessidade real de afirmar o esporte e as ações nesse sentido, no distanciamento de ações clientelistas e paternalistas. Foi observado que a situação socioeconômica de crianças e adolescentes e de suas famílias atendidas na instituição é marcada na maioria, pelo vínculo com programas sociais governamentais, pouco acesso à escolaridade e ao trabalho formal. Nesse sentido que as entrevistas apontaram que o Projeto Social Esportivo estudado contribui para o processo de inclusão social, porém muito na perspectiva de trazer novas expectativas aos adolescentes, sem valorizar suas vivências locais.

Inserido na manifestação do esporte educacional, em contrapartida ao esporte de alto rendimento, as entrevistas mostraram também que o Projeto Social Esportivo estudado proporciona poucos espaços participativos, apenas em torno da prática da modalidade de futebol. Entendemos que a dimensão educativa deva ser extensiva à prática do esporte, portanto, incorporar práticas inovadoras. De acordo com os depoimentos dos alunos e responsáveis entrevistados e a observação, não podemos negar os estímulos e incentivos oriundos das atividades desenvolvidas. Entretanto, ainda que seja compreendido dentro da educação não-formal o Projeto Social Esportivo estudado não dispõe de um projeto pedagógico estruturado, talvez ainda em fase de amadurecimento.

Aliar três dimensões (Escola, Família e Projeto) sem uma estrutura de fato pedagógica implica a finalidade dos objetivos somente na oferta da atividade esportiva.

De fato, os incentivos de atletas e jogadores de futebol são notáveis na percepção dos adolescentes. De mesma forma que os agentes educadores possuem o papel de fomentar comportamentos e atitudes positivas.

Em geral, valoriza-se muito nos Projetos Sociais Esportivos o discurso de incorporação do esporte enquanto ferramenta de inclusão social, porém no caso observado não foi possível conhecer critérios definidos de acesso. Tomar como parâmetro a situação socioeconômica empobrece o entendimento acerca da inclusão social. Percebemos que o avanço no que tange ao arcabouço legal para orientar e acompanhar tais iniciativas nos parece uma via importante.

Por fim, ainda que os projetos sociais esportivos sejam inseridos enquanto manifestação esportiva educacional e de participação, a manifestação de alto rendimento é transversal à lógica de transformação, sob a perspectiva do sucesso e ascensão dos atletas e ex atletas. Busca-se, portanto, na perspectiva dos beneficiados, o exemplo do sucesso de alto rendimento associado ao sucesso de conseguir a superação da situação da desigualdade e da pobreza no futuro.

REFERÊNCIAS

AQUINO, C. A. B e Martins, J. C. de O. Ócio, lazer e tempo-livre na sociedade do consumo e do trabalho. Rev. Mal-Estar Subj. v.7 n.2 Fortaleza set. 2007.

ALMADA, V. E. Capacidade de Implementação e Estimativas de Valores para a Bolsa-Atleta do Governo Federal. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 2016.

ARRETCHE, MTS. Uma contribuição para fazermos avaliações menos ingênuas. In: Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais (Barreira, M.C.R.N. & Carvalho, M.C.B) São Paulo: IEE/PUC, 2001, p. 45-57.

_____ Tendências no estudo sobre avaliação. In: RICO, Elizabeth. Avaliação de Políticas: uma Questão em Debate. São Paulo: Cortez Editora; IEE/PUC/SP, 1998. p. 29-39. BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivanete. Política Social: Fundamentos e História. São Paulo: Cortez Editora, 2006.

AZEVEDO, Marco Antonio Oliveira de. e GOMES FILHO, Arnóbio. Competitividade e inclusão social por meio do esporte. Rev. Bras. Ciênc. Esporte[online]. 2011, vol.33, n.3, pp.589-603. ISSN 0101-3289. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-32892011000300005>.

BADARÓ, L. Múltiplas expressões da questão social ecoam sobre a Infância e Juventudes. SER Social, Brasília, v. 15, n. 32, p. 167-183, jan./jun. 2013.

BAUMAN, Zygmunt. Comunidade: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

BARBIRATO, F. R. A socialização no contexto dos projetos esportivos: um estudo de caso na fundação gol de letra. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Faculdade de Educação, 2005.

BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivanete. Política social. Fundamentos e história. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2010. (Biblioteca básica de Serviço Social, vol. 2)

BICHIR, R. M. Determinantes do acesso à infraestrutura urbana no município de São Paulo. Revista Bras. Ciências Sociais (24) 70.

BOURDIEU, P. Razões Práticas: sobre a teoria da ação. São Paulo. Papyrus. 1996.

_____ Como é possível ser esportivo? In: BOURDIEU, Pierre. 1983. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero. p.136-153. Disponível em <http://www.pgedf.ufpr.br/downloads/Artigos%20PS%20Mest%202015/ELS/WM-Como%20C3%A9%20poss%C3%ADvel%20ser%20esportivo%20P.%20Bourdieu.pdf>

BORGES, Élsio Volsnei. Projetos Esportivos Públicos e Privados no Processo de Inclusão Social de Crianças e Adolescentes: um perfil da 26ª Secretaria de

Desenvolvimento Regional (SDR). Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade do Contestado. 2009.

BORGES, Carlos Nazareno Ferreira. “Um só coração e uma só alma. As influências da ética romântica na intervenção educativa salesiana e o papel das atividades corporais. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação Física da Universidade Gama Filho. 2005

BRANDÃO, A. Conceitos e Coisas: Robert Castel e a desfiliação. Emancipação. Vol. 2., Nº1, 2002

_____, Miséria da Periferia: desigualdades sociais e pobreza na metrópole do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. Pallas Ed. 2004.

_____, A.; PEREIRA, R.; DALT, S. Programa Bolsa Família: percepções no cotidiano da escola. Revista Política e Trabalho, n. 38, Abril de 2013, pp. 215-232. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/politicaetrabalho/article/view/14312>>. Acesso em: 15 de maio. 2014.

_____, A. A relação entre pobreza e renda do programa bolsa família: O Que Mudou na Legislação entre 2004 e 2013? Emancipação, Ponta Grossa, 14(2): 287-301, 2014. Disponível em <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao> Acesso em 02 de setembro de 2016.

_____, A. e OLIVEIRA, R. R. Mudanças no cenário da pobreza no Brasil. Temporalis, Brasília (DF), ano 16, n. 31, jan/jun. 2016.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4.ed. São Paulo: Saraiva, 1990. 168 p. (Série Legislação Brasileira).

BRASIL. Lei Nacional do Esporte.

_____ Estatuto da criança e do adolescente. Lei 8.069/90.

_____ Lei de Incentivo ao Esporte (Lei 11.438/2006).

_____ Decreto Nº 6.180, de 3 de agosto de 2007.

CAPPELA, A. C. Perspectivas teóricas sobre o processo de formulação de políticas públicas. BIB – Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais. 2006;(41): 25-52.

CARVALHO, J. M. Fundamentos da Política e da sociedade brasileiras. In Sistema Político Brasileiro. 2007.

_____ Cidadania no Brasil o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2007.

- CASTEL, R. *Metamorfoses da questão social*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- COHEN, H; FRANCO, R. *Avaliação de projetos sociais*. Petrópolis: Vozes, 1993.
- CORREIA, M. M. Projetos sociais em educação física, esporte e lazer: reflexões preliminares para uma gestão social. *Rev. Bras. Cienc. Esporte, Campinas*, v. 29, n. 3, p. 91-105, maio 2008
- DAMATTA, Roberto. *A casa & a rua: espaço, cidadania mulher e morte no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1997.
- DAMATTA, Roberto, FLORES, Luiz Felipe Baeta Neves; GUEDES, Simoni Lahud; VOGEL, Arno. *Universo do futebol: esporte e sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Pinakotheque, 1982.
- DRAIBE, S. A política social no período FHC e o sistema de proteção social. *Tempo Social*, vol.15, nº 2. São Paulo: USP, nov. 2003.
- _____ A construção institucional da política brasileira de combate à pobreza: perfis, processos e agenda. Unicamp. Núcleo de Estudos de Políticas Públicas – NEPP. Caderno de Pesquisa nº 34. 1998.
- DEMO, P. *Charme da exclusão social*. Campinas: Autores Associados, 1998.
- DUPAS, G. A lógica da economia global e a exclusão social. *Estudos Avançados*. Vol. 12, n.34, São Paulo. Set/Dez. 1999. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=0103-401419980003&script=sci_issuetoc.
- SCOREL, S. Exclusão Social: em busca de uma categoria. In *Vidas ao Léu: trajetórias de exclusão social*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ. 1999
- FREY, K.; Penna, M.C.; Czajkowski Jr., S. Redes de políticas públicas e sua análise. XXIX Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais - **Anais do evento**. São Paulo: ANPOCS, 2005. v. 1. p. 1-22
- FLEXOR, G. & LEITE, S. P. Análise de políticas públicas: breves considerações teórico-metodológicas. *Avaliando a gestão das políticas agrícolas no Brasil: uma ênfase no papel dos policy-makers*. Relatório Final de Pesquisa, 2006.
- GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. *Ensaio: aval.pol.públ.Educ.* [online]. 2006, vol.14, n.50, pp.27-38. ISSN 0104-4036. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-40362006000100003>.
- GÓIS, João Bôsko Hora. “Política Social e Sociedade Brasileira – Instabilidade e Inconclusões: à Guisa de Introdução”. In: João Bôsko Hora Góis. (Org.). *Proteção social e questão social*. 1ª ed. Rio de Janeiro: IMOS, 2013, p. 7-27

GOMES, M. C.; CONSTANTINO, M. T. Projetos esportivos de inclusão social – PIS – crianças e jovens. In: COSTA, Lamartine Pereira da. (Org.). Atlas do esporte no Brasil. Rio de Janeiro: Shape, 2005. p. 602-612.

GOMES-TUBINO, M. J. Dimensões sociais do esporte. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

GOMES, Chistianne e Leila M. S. M. Pinto. “O lazer no Brasil: analisando práticas culturais cotidianas, acadêmicas e políticas”. In: Lazer na América Latina/Tiempo Libre, ócio y recreación em Latinoamerica (Org.) Ed. UFMG. 2009.

HECKTHEUER, L. F. A.; SILVA, M. R. S. Projetos sociais esportivos: vulnerabilização e governo. Movimento, Porto Alegre, v.17, n.03, p.115-132, jul./set. 2011.

HIRAMA, L. K. Algo para além de tirar as crianças da rua: a pedagogia do esporte e projetos socioeducativos. 2008. 359 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

JACCOUD, L. Pobres, pobreza e cidadania: os desafios recentes da proteção social. Texto de discussão IPEA. Disponível em: www.ipea.gov.br

JANNUZZI, Paulo de Martino. Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações. Campinas, SP: Alínea, 2006.

KRAVCHYCHYN, C.; LARA, L. M.; TEIXEIRA, D.; PIMENTEL, G. G. A.; SOUZA, S. A. R.; OLIVEIRA, A. A. B. Avaliação do Programa Segundo Tempo no Estado de São Paulo: realidades e potencialidades. Coleção Pesquisa em Educação Física, Jundiaí, v.11, n.5, p. 31-38, 2012.

KERSTENETZKY, C. L. Desigualdade como questão política. Observatório de Cidadania. 2003.

_____. Pobreza no Brasil: nove temas para o novo século. Texto para discussão 18. Niterói: CEDE/UFF.

LAVINAS, L. Notas sobre os desafios da redistribuição no Brasil. In FONSECA, AM & FAGNANI, E. (Orgs). Políticas Sociais, desenvolvimento e cidadania. Vol. 1. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. 2013.

_____. (coord.); Cobo, B.; Waltenberg, F.; Veiga, A.; Mendéz, Y. (2014). *Percepções sobre Desigualdade e Pobreza. O que pensam os brasileiros da política social?* Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado para Políticas de Desenvolvimento / Folio Digital.

_____. Pobreza a exclusão: traduções regionais de duas categorias da prática. Revista Econômica, v. 4, n. 1, p 25-59. Junho de 2002.

MARCELLINO, N. C. Estudos do Lazer uma introdução. Autores Associados. 4ª ed. São Paulo. 1996.

MATTEI, M. Políticas Sociais de Combate à pobreza no Brasil. 2016

MATIAS, W. B.; ATHAYDE, P. F. ; HUNGARO, E. M. ; MASCARENHAS, F. . A lei de Incentivo Fiscal e o (não) direito ao esporte no Brasil. Movimento (UFRGS. Impresso) **JCR**, v. 21, p. 95-110, 2015.

MEZZADRI, F. M. Cavichioli, F. R. Souza, D. L de. (Org.) Esporte e Lazer: Subsídios para o desenvolvimento e a gestão de políticas públicas. Ed. Cidade, 2006.

MINAYO, M. C. S. (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2001.

OLIVEIRA, Maria José Galleno de Souza. A globalização da pobreza: impactos das políticas sociais do Estado neoliberal nas democracias dos países latino-americanos. **Revista da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 99, p. 461-474, jan. 2004. ISSN 2318-8235. Disponível em: <<http://periodicos.usp.br/rfdusp/article/view/67632>>PAUGAM, Serge. Desqualificação social: ensaio sobre a nova pobreza. São Paulo: Educ/Cortez, 2003.

PEREIRA, P A P. A contribuição do conceito de necessidades sociais humanas básicas à formulação de políticas sociais. In Necessidades Humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais. São Paulo: Cortez.

POCHMANN, Marcio. Estrutura social no Brasil: mudanças recentes. In: Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 104, p. 637-649, out/dez. 2010.

RECUERO, J. A. C., Fagundes, H. S., & Tomasi, E. (2008). Investigando o esporte como meio de inclusão social de crianças e adolescentes em situações de risco. Dissertação de Mestrado. Universidade Católica de Pelotas. 2008

ROSEMBERG, F e MARIANO, C. L S. A Convenção Internacional sobre os direitos da Criança: debates e tensões. Cadernos de Pesquisa, v.40, n.141, set./dez. 2010.

ROCHA, S. Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata? Rio de Janeiro: FGV. Caps 1 e 2. 2003.

ROMANO, J.O. Redes e outros enfoques, teorias e modelos no estudo das políticas públicas. In **Política nas Políticas Públicas um olhar sobre a agricultura brasileira**. Edur: UFRRJ, 2009. Capítulo II.

SANTOS, W. G. Cidadania e Justiça . Rio de Janeiro: Campus, 1979.

SCHNEIDER, Volker. Redes de políticas públicas e a condução de sociedades complexas . Civitas – Revista de Ciências Sociais, v. 5. n. 1, jan.-jun. 2005

SILVA, J. M. C. da. C Prismas: Dir., Pol. Publ. e Mundial., Brasília, v. 7, n. 2, p. 161-211, jul./dez. 2010.

SOUZA, Celina. “Políticas Públicas: uma revisão da literatura”. Sociologias 2006: 8 (16): 20-45.

SPOSATI, A. Modelo Brasileiro de Proteção Social Não Contributiva: Concepções fundantes. In: Concepção e Gestão da Proteção Social não contributiva no Brasil. Brasília. Jun 2009.

STIGGER, Marco Paulo. Esporte, lazer e estilo de vida: um estudo etnográfico. Campinas: Editora Autores Associados, 2002.

THOMASSIM, L. E. C. Os sentidos da exclusão social na bibliografia da Educação Física brasileira. Movimento, Porto Alegre, v. 13, n. 1, p. 151-177, jan./abr. 2007.

VEBLEN, T. A Teoria da Classe Ociosa – Um estudo econômico das instituições. Trad. Olívia Krähenbühl. São Paulo: Atica, 1974. (Os pensadores).

VIANNA, J., LOVISOLO, H.. Projetos de Inclusão Social através do esporte: notas sobre a avaliação. Movimento (ESEF/UFRGS), Porto Alegre, v. 15, n. 03, p. 145- 162, abr./jun. 2009. YAZBEK, M. C. Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n.110, p.288- 322 abr./jun. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-66282012000200005&script=sciarttext> >. Acesso em: 07 de setembro de 2016.

_____ Sistema de Proteção, Intersetorialidade e Integração de Políticas Sociais. Centro Português de Investigação em História e Trabalho Social. 2010.

ZALUAR, A. Cidadãos não vão ao paraíso: juventude e política social. São Paulo: Escuta, 1994.

APÊNDICE 1 TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Dados de Identificação

Título do Projeto: POBREZA, DESIGUALDADES E PROJETOS SOCIAIS ESPORTIVOS DIRIGIDOS A CRIANÇAS E ADOLESCENTES: estudo de uma experiência no município de São Gonçalo

Pesquisador Responsável: Thayane Santos Crespo da Cunha

Instituição a que pertence o Pesquisador Responsável: Universidade Federal Fluminense

Endereço da Instituição: Rua Professor Marcos Waldemar de Freitas Reis - Bloco E - 3º andar - Campus Universitário do Gragoatá- São Domingos - Niterói CEP-24210-201

Telefone para contato: (21) 975683303

E-mail: thayane_snt@hotmail.com

O (A) Sr(a) está sendo convidado(a) a participar da pesquisa a priori intitulada “POBREZA, DESIGUALDADES E PROJETOS SOCIAIS ESPORTIVOS DIRIGIDOS A CRIANÇAS E ADOLESCENTES: estudo de caso em uma comunidade pobre no município de São Gonçalo” cujo principal objetivo é compreender o processo de implementação de Projetos Sociais Esportivos dirigidos a crianças e adolescentes no município de São Gonçalo na perspectiva de promoção da inclusão social.

Dentre as técnicas de pesquisa e instrumentos de coleta de dados utilizados para fins deste Termo, serão realizadas entrevistas a partir da elaboração de um roteiro semiestruturado. Estas entrevistas serão gravadas e transcritas, de modo que seja assegurada a qualidade do material em sua totalidade. A participação nessa pesquisa é voluntária e, por intermédio deste Termo, são-lhes assegurados os seguintes direitos:

a) solicitar, a qualquer tempo, seja através de contato pessoal, por telefone ou via e-mail, que sejam sanadas eventuais dúvidas e apresentados maiores esclarecimentos sobre a pesquisa;

b) negar-se a fornecer informações ou responder a quaisquer questões que considere prejudiciais à sua integridade social, moral e física;

c) ter acesso à transcrição das entrevistas, tendo em vista assegurar à fidedignidade às ideias expressas;

d) solicitar que determinadas declarações e/ou falas não sejam incluídas em nenhum documento oficial, o que será prontamente atendido;

e) desistir de participar da pesquisa em qualquer tempo, sem que isso traga prejuízo ou ônus. Estes direitos são assegurados em todas as etapas da pesquisa, tendo como principal finalidade minimizar ou suprimir riscos potenciais.

Consentimento do (a) participante:

“Eu _____, RG n° _____
_____ declaro estar ciente que, caso ainda haja dúvidas, posso tirá-las agora, ou em surgindo alguma dúvida no decorrer das entrevistas, o pesquisador se colocará ao meu dispor para esclarecê-las. A qualquer momento poderei contatar a pesquisadora, Thayane Santos Crespo da Cunha, pelo celular: (21) 975683303. E-mail: thayane_snt@hotmail.com. Endereço residencial: Rua Dr Luis Felipe de Moraes Lamego – nº 39 - Niterói - Rio de Janeiro - RJ, CEP 24141-420.

Declaro ainda, estar ciente das informações contidas neste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, bem como concedo minha participação nesta pesquisa e autorizo minha identificação: nome, função ou cargo ocupado à época da implementação do Projeto Social Esportivo em estudo. Fico ciente dos direitos que me são assegurados e que os resultados obtidos durante essa pesquisa serão utilizados para fins científicos. Estou ciente de que uma cópia deste termo ficará arquivada com a pesquisadora, da Universidade Federal Fluminense (UFF), responsável pela pesquisa.

Assinatura do participante

Thayane Santos Crespo da Cunha
RG: 21327005-1 –Detran./RJ
Pesquisadora Responsável

_____, de _____ de 2016.

APÊNDICE 2 ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADO COM PROFISSIONAIS E GESTORES

Pesquisador/Entrevistador: Thayane Santos Crespo da Cunha

Entrevistado: _____

Data da Entrevista: ____/____/____

Cargo na Instituição: _____

Tempo de trabalho na instituição:

Formação Profissional: _____

Escolaridade:

QUESTÕES

Bloco 1 – Sobre o Projeto Social em que atua

- 1) O que motivou você a trabalhar aqui?
- 2) Você já trabalhou ou teve experiência pessoal com algum outro projeto social? Qual e por quanto tempo? E em outro Projeto Social Esportivo? Qual e por quanto tempo?
- 3) Você conhece os objetivos do Projeto Social Esportivo no qual atua? Se sim, quais são?
- 4) Em sua opinião, os objetivos são atingidos? Por quê?
- 5) Quais critérios são exigidos para a inserção do aluno no Projeto Social Esportivo?
- 6) Quais os critérios de permanência do aluno?
- 7) O que você acha sobre os critérios de inclusão e permanência?
- 8) Acredita que deveriam haver outros critérios para inclusão e permanência?
- 9) Como você caracteriza a localidade de implementação do Projeto Social Esportivo?
- 10) Quais são as fontes de recursos para implementação do Projeto Social Esportivo?
- 11) Você acredita que o projeto atinge seu público-alvo? Por quê?
- 12) Que ações são oferecidas pelo Projeto?
- 13) Como são definidas as ações a serem oferecidas?
- 14) As crianças participam desse processo? E os responsáveis?
- 15) Qual é a sua avaliação em relação a essas ações?
- 16) Acredita que essas ações são adequadas às necessidades das crianças e adolescentes?
- 17) Que outras ações poderiam ser incorporadas?

- 18) Existe algum tipo de articulação do Projeto em que você atua com outras instituições ou ações sociais desenvolvidas?
- 19) Quais as principais dificuldades/ deficiências enfrentadas no desenvolvimento do projeto social desportivo?
- 20) O que poderia ser feito para melhorar/ aperfeiçoar o projeto?

Bloco 2 – Sobre Inclusão Social

- 1) O que você compreende por inclusão social?
- 2) Como o esporte pode contribuir para a vida de crianças e adolescentes?
- 3) Como o projeto pode afetar a vida das crianças e adolescentes e suas famílias?
- 4) Entende que o projeto promoveu mudanças na vida das crianças e adolescentes e suas famílias? De que forma?

APENDICE 3 ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADO COM RESPONSÁVEIS DOS ALUNOS

Pesquisador/Entrevistador: Thayane Santos Crespo da Cunha

Data da Entrevista: ____/____/____

Idade: _____ Sexo: ()F ()M

Escolaridade: _____

Bairro: _____

QUESTÕES

Bloco 1 – Acesso, permanência no Projeto Social Esportivo

- 1) Como você conheceu o Projeto Social Esportivo?
- 2) Por que inscreveu seu filho no projeto? O que buscou encontrar?
- 3) Foi difícil ou fácil conseguir a vaga para seu filho? Por quê?
- 4) Você possui cadastro em algum Programa Social? Qual?
- 5) Quais as atividades das quais seu filho participa? Como você avalia essas atividades?
- 6) O projeto é próximo de sua residência? É acessível?
- 7) Conhece os critérios para permanência das crianças e adolescentes no projeto? O que acha desses critérios?
- 8) Existem reuniões com pais/ responsáveis pelas crianças/ adolescentes inseridos no projeto? Qual a periodicidade? Quais os temas tratados? O que acha dessas reuniões?
- 9) Qual é a sua maior preocupação na criação dos filhos? Por quê?
- 10) Quais os principais problemas do bairro?
- 11) O que você espera do futuro de seu filho?

Bloco 2 – Participação no Projeto Social Esportivo

- 1) Quais as atividades das quais seu filho participa? Como você avalia essas atividades?
- 2) Como você participa no Projeto Social Esportivo? O que você acha dessa participação? Em caso negativo, por que não participa? O que dificulta essa participação?

- 3) Existe alguma atividade ou espaço no projeto que permita sua participação?
- 4) Você procura atendimento dos profissionais do projeto? Qual e com que frequência?
Por que você procura os profissionais do Projeto? Quando procura é atendido? O que você acha desse atendimento?
- 5) O que você acha do Projeto Social o qual seu filho (a) participa?
- 6) Que atividades poderiam ser oferecidas pelo projeto?
- 7) O projeto tem atendido suas expectativas? Por quê?
- 8) Quais as principais dificuldades ou limites encontrados no projeto?
- 9) O que poderia melhorar no Projeto?

Bloco 3 – Perspectivas de mudança

- 1) Você percebeu alguma mudança de comportamento em seu filho depois que ele ingressou no projeto? Quais? Porque isso ocorreu?
- 2) A partir da inserção no projeto, houve melhoria no acesso a outras instituições (escola, saúde, assistência social, etc.)?

APÊNDICE 4 ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADO COM ALUNOS

Pesquisador/Entrevistador: Thayane Santos Crespo da Cunha

Data da Entrevista: ____/____/____

Idade: _____ Sexo: ()F ()M

Escolaridade: _____

Bairro: _____

QUESTÕES

Bloco 1 – Família e moradia

- 1) Com quem você reside?
- 2) Como é a sua relação com sua família?
- 3) Você gosta do local onde reside ou preferiria outro? Por quê?
- 4) De que você mais gosta em seu bairro? E do que menos gosta? Por quê?
- 5) Quais os principais problemas de seu bairro?
- 6) O que poderia ser feito para melhorá-lo?

Bloco 2 – Educação

- 1) O que você acha da sua escola?
- 2) De que você mais gosta na escola? E do que menos gosta?
- 3) Já repetiu de série? Se sim, por quê?
- 4) Quais os principais problemas da sua escola?
- 5) O que poderia ser feito para melhorá-la?

Bloco 3 – Projeto Social Esportivo

- 1) Há quanto tempo participa do Projeto?
- 2) Por que você procurou o Projeto? Quais as motivações e interesses?
- 3) Quais atividades que você participa? Como você as avalia?
- 4) Que outras atividades poderiam ser oferecidas?
- 5) O que você tem aprendido no Projeto nesse tempo?
- 6) Você acha que o que aprende servirá futuramente para a sua vida? Por quê?
- 7) Já teve algum problema com professores? Qual? Como esse problema foi resolvido?

- 8) Como você gostaria que fosse sua vida quando for adulto?
- 9) O que você pensa em fazer no futuro após a sua saída do projeto?
- 10) O que você melhoraria no Projeto?
- 11) O que você acha mais legal no projeto?
- 12) As atividades que você realiza são aquelas que você gostaria de realizar?
- 13) O que poderia ser oferecido/ o que falta no projeto?
- 14) Conhece os critérios para permanência no projeto?
- 15) O que acha desses critérios?